

TEXTO PARA DISCUSSÃO

No. 482

A MOEDA METÁLICA EM
PERSPECTIVA HISTÓRICA :
NOTAS EM TORNO DE UMA
EXPOSIÇÃO

2ª Parte: De cerca do Séc. XV ao ano 2.000

LUIZ ARANHA CORRÊA DO LAGO



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
www.econ.puc-rio.br

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PUC-RIO

TEXTO PARA DISCUSSÃO
Nº 482

A MOEDA METÁLICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA:
NOTAS EM TORNO DE UMA EXPOSIÇÃO
2ª Parte: De cerca do Séc. XV ao ano 2.000

LUIZ ARANHA CORRÊA DO LAGO

JANEIRO 2004

SUMÁRIO

IV -	Introdução da 2ª Parte	pg. 3
V -	A Evolução da Moeda Metálica, <i>c.</i> 1500–2000	pg. 5
V.1 -	A Europa, <i>c.</i> 1450–1648	pg. 5
V.2 -	A Europa, <i>c.</i> 1648–1789	pg. 13
V.3 -	A Europa, <i>c.</i> 1789-1914	pg. 21
V.4 -	A Europa, <i>c.</i> 1914-2000	pg. 30
V.5 -	Os Estados Unidos da América do Norte (EUA), 1607-2000	pg. 39
V.6 -	As Colônias Europeias Não Ibéricas da América, as Antilhas e o Caribe, 1492-2000	pg. 45
V.7 -	O Império Otomano, o Norte da África e o Oriente Médio, Sécs. XV-XX	pg. 51
V.8 -	O Subcontinente Indiano, a Birmânia e a Tailândia, Sécs. XVI-XX	pg. 56
V.9 -	O Extremo Oriente, <i>c.</i> 1850-2000	pg. 62
V.10 -	O Sudeste Asiático e a Oceania, Sécs. XVI-XX	pg. 69
V.11 -	A África Subsaariana e as Possessões Portuguesas no Mundo, Sécs. XI-XX	pg. 74
V.12 -	A América Espanhola Continental e Países Sucessores, <i>c.</i> 1492-1870	pg. 83
V.13 -	A América Latina Continental, <i>c.</i> 1870-2000	pg. 92
	Referências Bibliográficas	pg. 100
Anexo 1	Mapas da 2ª Sala da Exposição	pg. 124
Anexo 2	Ficha Técnica da Exposição.....	pg. 126
Anexo 3	Créditos Fotográficos e de Ilustrações	pg. 128

**A Moeda Metálica em Perspectiva Histórica:
Notas em Torno de uma Exposição
2ª Parte: De cerca do Séc. XV ao ano 2.000¹**

IV - Introdução da 2ª Parte

O presente trabalho é a segunda parte de um estudo mais amplo. Como já mencionado na introdução da primeira parte, ambas as partes apresentam textos e cronologias preparados pelo autor para uma exposição permanente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, intitulada “A Moeda Conta a História”, aberta ao público desde dezembro de 2002.

Com base num acervo de cerca de 2.600 moedas da Coleção do Museu, descritas brevemente, bem como em mapas e imagens da arte e da arquitetura de diversos períodos e regiões, tal exposição visa retratar as grandes linhas da história mundial entre 600 a.C. e 2.000 d.C., tendo por fio condutor a moeda metálica, que com frequência refletiu glórias e vicissitudes dos poderes emissores.

A exposição inicia-se com duas salas introdutórias, com painéis apresentando textos e imagens sobre o “dinheiro” na Antiguidade antes da introdução das moedas metálicas, e sobre o processo de adoção da moeda metálica por civilizações e/ou regiões selecionadas, inclusive o Brasil (cujas moedas serão objeto, no futuro, de uma sala de exposição específica).

A exposição de moedas propriamente dita consta de 38 módulos em 19 vitrines, que além de mapas e descrições de cada moeda, apresentam “textos de bancada” vinculando as moedas expostas ao seu contexto histórico. Acompanham, também, cada vitrine, painéis com ilustrações da arte do período correspondente, emoldurando cronologias políticas e de história monetária.

Essa segunda parte do estudo, correspondendo aos textos e cronologias da segunda “sala de exposição” da exposição permanente do Museu Histórico Nacional, está dividida em 13 capítulos abrangendo todas as principais regiões do mundo, no período de meados ou final do séc. XV até o ano 2.000.

No caso da Europa, os limites temporais dos subperíodos foram adotados em função das moedas disponíveis, mas guardam sempre relação com fatos históricos relevantes, ocorridos entre 1453 e 2000. A América do Norte (Canadá e EUA) é objeto de um “texto de bancada” específico, mas as cronologias referem-se separadamente aos EUA e às “Colônias Não Ibéricas” de países europeus na América Continental e nas Antilhas e no Caribe. Outro “texto de bancada” trata separadamente das Antilhas e do Caribe.

¹ O autor agradece especialmente a José Breno Bueno Salomão, Liana Flosky Manno, Márcia Neves e Rejane Maria Lobo Vieira pelos comentários, sugestões, revisão e ajuda na formatação dos textos. Os erros remanescentes e a opção por certas grafias ou transliterações de nomes estrangeiros são de responsabilidade do autor.

O Império Otomano, o Norte da África e o Oriente Médio, do séc. XV ao XX, são tratados conjuntamente. A Birmânia (Myanmar) e a Tailândia estão incluídas nos textos referentes ao módulo do Subcontinente Indiano (sécs. XVI – XX), enquanto o restante do Sudeste Asiático é apresentado juntamente com a Oceania. O Extremo Oriente (sécs. XIX – XX) merece textos e cronologias próprias, compreendendo o período da adoção da cunhagem moderna até os dias de hoje.

Dada a abrangência da coleção de moedas das colônias portuguesas pertencentes ao Museu (incluindo várias raridades), e sua importância para a História Luso-Brasileira, aquelas são parte de um módulo específico, incluindo principalmente as moedas da Índia e da África portuguesa, que têm uma interseção inevitável com o módulo da África ao sul do Saara, que mostra cunhagens do final do séc. XVII aos dias de hoje nessa região.

Como o acervo exposto no Museu Histórico Nacional representa uma amostra muito representativa das principais cunhagens no mundo no período de cerca de 600 a.C. até 2.000 d.C., as duas partes do presente estudo podem contribuir para uma melhor compreensão da história econômica e monetária das civilizações enfocadas pela exposição do Museu.

Uma lista dos mapas da segunda sala da exposição, referências bibliográficas, e créditos às pessoas que contribuíram para a exposição no Museu Histórico Nacional, bem como às fontes das imagens e dos mapas, são apresentados no final dessa segunda parte do estudo.

V – A Evolução da Moeda Metálica, c. 1500-2000

V-1 A Europa, c. 1450-1648

EVENTOS HISTÓRICOS

1453-1485 Tomada de Constantinopla pelos Turcos e fim da Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra (1453); Guerra das Duas Rosas na Inglaterra (1455-1485); Luís XI da França (1461-1483): anexação das terras da dinastia de Anjou e do ducado da Borgonha; casamento de Maria de Borgonha com Maximiliano da Áustria (1477); casamento de Carlos VIII da França com Ana da Bretanha (1491); Ivã III, grão-príncipe de Moscou (1462-1505).

1469-1492 O apogeu do Renascimento em Florença sob os Médici; os Sforza, duques de Milão (1450-1535).

1479-1527 Fernando e Isabel (1479-1504), reis de Castela, Leão e Aragão; conquista de Granada (1492) e descobrimento da América (1492); reinado de D. Manuel I de Portugal 1495-1521; Vasco da Gama na Índia (1498) e descobrimento do Brasil (1500); Carlos V, rei da Espanha (1516-1556) e imperador em 1519; guerras intermitentes com a França (1520-1556); legado de Milão a Carlos V (1535).

1494-1525 Guerras da Itália (1494-1525) invasões francesas de Carlos VIII, Luís XII e Francisco I (1515-1547); predominância dos Habsburgo espanhóis sobre a Península; decadência de Florença (grão-ducado em 1569); pontificado de Júlio II (1502-1513); Luis da Hungria e da Boêmia sucedido por Ferdinando da Áustria.

1509-1547 Henrique VIII, rei da Inglaterra; rompimento com a Igreja Católica de Roma (1531) e os “Seis Artigos” (1539); desapropriação dos bens dos mosteiros suprimidos (1534-1540).

1517-1530 Início da Reforma: 95 teses de Martin Lutero; excomunhão e banimento de Lutero (1521); Dieta de Worms; Reforma de Zwingli em Zurique (1524-1526); na Alemanha, guerra dos camponeses e repressão senhorial (1524-1525); organização da Igreja Luterana por Melanchton: Confissão de Augsburgo (1530).

1521-1557 D. João III, rei de Portugal; início da colonização do Brasil; Gustavo Vasa, rei da Suécia, separada da Dinamarca; Luteranismo na Suécia e na Dinamarca e pilhagem de Roma pelas tropas imperiais (1527).

1531-1547 A Companhia de Jesus aprovada pelo Papa (1540); fundação da Igreja Reformada por Calvino, em Genebra e tomada de Buda pelos Turcos Otomanos (1541).

1545-1563 Concílio de Trento; morte de Lutero (1546); Carlos V contra a Liga protestante de Smalkalde; Paz de Augsburgo: determinação, por cada príncipe alemão, da religião dos seus súditos e secularização dos bens do clero; abdicação de Carlos V e

advento de Filipe II (1556-1598); organização da Igreja presbiteriana na Escócia (J. Knox, 1560).

1557-1580 D. Sebastião I de Portugal (1557-1578); União das Coroas Ibéricas sob Filipe II da Espanha (1580-1640).

1558-1603 Elizabete I, da Inglaterra; início da expansão comercial e marítima; execução de Maria Stuart da Escócia e consolidação definitiva do Anglicanismo (1587); a malsucedida “Invencível Armada” espanhola (1588); submissão definitiva da Irlanda (1603).

1562-1610 Guerras de Religião na França (1562-1598); assassinato de Henrique III (1589); Henrique IV de Navarra, rei da França (1594-1610); Édito de Nantes, tolerando o Protestantismo (1598).

1565-1572 Vitória de Ivã, “o Terrível”, (1533-1584) sobre os boiardos na Rússia; União de Lublin entre a Polônia e a Lituânia (1569); extinção da dinastia jagelônica na Polônia.

1567-1579 O Duque de Alba nos Países Baixos e revolta das províncias do norte; vitória naval espanhola e veneziana sobre os Turcos em Lepanto (1571); União de Utrecht: constituição e independência de fato das Províncias Unidas do norte, calvinistas (1579).

1587-1632 Sigismundo Vasa, rei da Polônia e da Suécia (1592-1599); Boris Godunov, czar da Rússia (1598-1605); invasão sueca da Rússia; ocupação polonesa de Moscou (1613); ascensão do czar Miguel Romanov (1613-1645); Ladislau IV da Polônia e triunfo da Contra-Reforma.

1602-1647 Pontificado de Paulo V (1605-1621); fundação, nas Províncias Unidas, da Companhia das Índias Orientais (1602).

1600-1649 Constituição da East Índia Co (1600); Jaime I e Carlos I, reis da dinastia Stuart na Inglaterra (1603-1649); Guerra Civil e decapitação de Carlos I (1642-1649).

1609-1640 Trégua entre as Províncias Unidas e a Espanha (1609-1621); morte de Filipe III, ascensão de Filipe IV (1621-1665); Papa Urbano VIII (1623-1644); revolta e independência de Portugal sob D. João IV (1640-1656).

1610-1643 Reinado de Luís XIII na França; Richelieu, principal ministro (1626-1642); consolidação do absolutismo real.

1618-1648 Guerra dos Trinta Anos na Alemanha; defenestração de Praga (1618); intervenção de Gustavo Adolfo da Suécia (1630-1632); intervenção francesa (1635); Tratados de Vestfália (1648): confirmação da decadência do imperador Habsburgo e da Espanha; ascensão militar da França.

EVENTOS MONETÁRIOS

1450-1600 A prata como metal dominante das cunhagens européias; aumento da produção de prata com o processo de “liquação” e com novas descobertas de minas no Tirol e na Saxônia; generalização de peças de prata de módulo e peso similares aos da “lira” veneziana e do “testone” de Milão introduzidos entre 1471 e 1474; início da cunhagem do “guldiner” ou guldengroschen de prata do Tirol em 1486, equivalente em valor ao gulden de ouro; cunhagens semelhantes em Cantões Suíços.

c. 1460-1530 Manutenção da cunhagem de ouro de alto teor do florim de Florença, do “zecchino” veneziano, do genovino, entre outras moedas de ouro na Itália, notadamente os ducados de Milão e dos papas; consolidação do “écu” de ouro na França; na Inglaterra, o primeiro “sovereign”, em 1489; nos estados alemães, redução do peso e da pureza do “gulden” de ouro, dos 3,543g e 95,6% adotados em 1386, para 3,28g e 77,2%; em Portugal, farta cunhagem do “cruzado”, como moeda de ouro básica, equivalente ao ducado veneziano; na Espanha, cunhagem do “excelente” de ouro em 1481; após 1497 o “real” de prata como unidade básica do reino unificado.

c. 1470-1500 Início da cunhagem de moedas de cobre, (Portugal, Nápoles, Veneza, etc), substituindo moedas de bilhão (prata baixa).

c. 1500-1530 Surgimento dos “thalers” de prata na Saxônia (1500-1508) e na Boêmia (Joachimsthaler de 1519), moedas de 27 a 30g, depois adotadas nos estados alemães, austríacos e suíços.

c. 1500-1535 No Báltico, cunhagem de um marco de prata de 19,33g; na Polônia, a partir de 1526, cunhagem do “grosz” de prata e do ducado de ouro; na Hungria, predominância do ducado de ouro e dos pequenos “denars” de prata; na Rússia, Casa da Moeda criada em 1535 em Moscou emitindo “dengas” e “kopeks”.

1524-1566 Decreto de 1524 estabelecendo um guldengroschen igual a 27,4g de prata pura; pelos decretos de 1551, 1559 e 1566, redução para 25,95g de prata pura, já com a denominação de reichsthaler; em 1524, 1 guldengroschen = 21 groschen; em 1551 1 thaler = 24 groschen = 72 kreuzer; nos estados alemães, o gulden de ouro substituído pelo ducado de ouro, equivalente ao ducado veneziano (1559); após essa data, cunhagem do gulden de prata suspensa por cerca de 100 anos.

c. 1542-1600 Na Inglaterra, “grande enfraquecimento”: forte redução da pureza das moedas de prata (1542-1551); “grande recunhagem” e restabelecimento do “padrão sterling” para a prata (1560-1561); aumento de 2,66 milhões para 3,5 milhões de libras do valor das moedas em circulação entre 1551 e 1600.

c. 1550-1650 Nos Estados alemães, austríacos e cantões suíços, denominações divisionárias referidas ao thaler, refletindo o enfraquecimento ou depreciação das moedas locais; no norte da Alemanha, 1 thaler = 32 schilling no séc. XVI e 48 schilling no início do séc. XVII e 1 schilling originalmente = 12 pfenning; em diversas localidades alemãs, 1 groschen = 3 kreuzer e 1 groeschel = 1/84 de thaler; 60 kreuzer = 1 gulden (até 1873); na Suíça (sécs. XVI-XVIII), 1 batzen = 3 sols ou schillings = 4 kreuzer.

c. 1550-1602 Na França emissão de “sols” ou “douzains” de bilhão e “testons” de prata crescentemente enfraquecidos; “écu” de ouro de 1561 equivalente a 50 sols; 1º franco de prata (1575); quarto de escudo introduzido em 1577 = 15 sous; primeiras moedas de cobre: “deniers” e duplos “deniers” de 1577; em 1602, o écu = 65 sous.

c. 1550-1648 Na Espanha, ampla cunhagem de prata da América Espanhola e consolidação da peça de 8 reales sob Filipe II; primeiras cunhagens mecânicas em Segóvia; entre 1500 e 1600, na Espanha, o nível geral de preços multiplicado por 4 (“Revolução dos Preços”); em 1602, 1 escudo de ouro = 440 maravedis; sob Filipe III e Filipe IV, cunhagem de peças de cobre depois freqüentemente contramarcadas para aumentar o seu valor; nas Províncias Unidas (Holanda), 1 florim ou guilder = 28 stuiver; 1 duit = ¼ de stuiver; emissão do “daalder” de prata = 30 e depois 32 stuiver; Banco de Amsterdam (1609), sem poder de emissão.

c. 1600-1648 Na Hungria, “denar” de prata cunhado nos sécs. XVI e XVII; aumento de cunhagens de cobre nos estados alemães; na Polônia, cunhagem do “ortsthaler” ou ¼ de thaler valendo 6 groschen ou grosze, e do ½ ort, mas também uso crescente de moedas de cobre (1630-1648); nos estados alemães: enfraquecimento generalizado das moedas de prata.

c. 1600-1648 Na Inglaterra, cunhagem total do reinado de Carlos I: cerca de 9 milhões de libras; entre 1550 e 1650 aumento de 216% do preço dos alimentos e de apenas 71% dos salários de trabalhadores não qualificados; na França, emissão do “écu” de prata (1641), de módulo semelhante ao do thaler, e do “luís de ouro”; adoção definitiva da cunhagem mecânica na casa da moeda de Paris (1645).

Módulo 19 - A Europa, c. 1460-1563

O Renascimento destaca-se pela re-introdução de retratos realistas nas moedas, à semelhança da Antiguidade. Nos anos 1470, surge uma nova moeda de prata mais pesada e espessa, inicialmente em Veneza, com a “lira” de 20 soldi (1471-1473 - 11) de cerca de 6,5g e, logo depois, em Milão, com o “testone” (1474- 14, 15), de cerca de 9,8g e de valor nominal de 29 “soldi”. A denominação de testone passou a ser aplicada a todas as moedas de prata semelhantes emitidas em outras localidades, como o “teston” francês (33, 53), o “coronato” de Nápoles (21), os “testones” dos Estados Pontifícios (62) e de Messerano (41), o shilling inglês e até mesmo o “tostão” português, esse sem o retrato do soberano (39, 57).

Outra novidade do período foi a cunhagem de moedas de prata de grande módulo, com mais de 30mm de diâmetro e cerca de 27 a 30g de peso, que se iniciou com o “guldiner” do Tirol, em 1486, seguido nas décadas seguintes, por peças da Saxônia, e da Boêmia cunhadas em Joachimsthal. A denominação de “Joachimsthaler” dessa última, que pesava cerca de 27g, deu origem à expressão simplificada “thaler”, da qual derivaram as denominações daler, dólar, daalder etc.

Tanto os testones como os thalers, devido ao seu maior módulo, deram novamente aos gravadores de cunhos a oportunidade de provar o seu talento artístico, representando os governantes das várias regiões européias, inicialmente o Doge Tron de Veneza e o

Duque Galeazzo Maria Sforza de Milão. A partir de 1500, a datação das moedas, anteriormente rara, tornou-se também comum.

Em paralelo à cunhagem de novas denominações, (12) persistiram, durante algum tempo, tipos próximos dos modelos medievais, notadamente nas cunhagens de ouro (1, 3, 8, 9, 10, 25, 28, 34), e de prata e bilhão (2, 4-6, 13, 16, 17, 19, 24, 26-27, 29-30, 35, 63), não havendo maiores mudanças nos métodos de cunhagem. O valor do florim de ouro de Utrecht (1) correspondeu a cerca de 20 a 22 stuivers de prata nos anos 1460 e 1470 e a cerca de 40 a 45 stuivers em Utrecht e Guéldria no final dos anos 1480. Na virada do século, nos Países Baixos ocidentais, o salário diário de um mestre artesão na construção civil era de cerca de 5 stuivers, e o de trabalhadores não qualificados, cerca de 3,5 stuivers

Outra novidade da segunda metade do séc. XV, foi a volta da cunhagem de cobre, em substituição ou complemento a cunhagens de bilhão progressivamente enfraquecidas. Duas moedas pioneiras foram o “ceitil” português (7) e o “cavallo” de Nápoles (22), depois seguidos por moedas de cobre de outras localidades (18, 20, 23).

Durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), além do cruzado, cunhado a partir do século XV (38, 56), foi emitida em Portugal uma moeda de grande módulo, o “português” (37), que também seria cunhado sob D. João III (54), e imitado em cidades do norte da Alemanha com a denominação de “portugaloser”. Consolidou-se no país a emissão do tostão (39, 57, 65) e do vintém (40) de prata. As moedas de ouro incluíram o Português (37, 54), o S. Vicente (64), e o ½ S. Vicente (55). Sob D. Sebastião, foram cunhadas peças de cobre (66), e sua circulação foi oficialmente autorizada no Brasil. Na Espanha, após a conquista do reino de Granada em 1492, a moeda de prata que continuava sendo a base do sistema monetário de Castela e Leão era o real, de cerca de 3,4g em 1497, emitido também em múltiplos (4, 5), sendo o escudo (36) a denominação básica de ouro.

Enquanto persistiam emissões com traços medievais na Europa Central (46-50, 67), mesmo no período 1530-1560, sob Henrique VII (1485-1509) surgiram na Inglaterra e na Irlanda, novas denominações, como o shilling (51-52) de 12 pence, da “família” do testone, com peso de 9,3g e um excelente retrato do rei, em adição às denominações mais antigas do groat (31) e do ½ groat (32), complementando a introdução do sovereign ou libra de ouro em 1489, como uma moeda real, e não mais como uma moeda de conta.

Em Veneza, por outro lado, foi criado o mocenigo (42) de 24 soldi, também no estilo renascentista. Em meados do séc. XVI, os trabalhadores não qualificados do Arsenal da república, quando empregados durante todo o ano, ganhavam entre 15 a 20 ducados de ouro/ano. Um ducado equivalia a 124 soldi, e salários diários de 8 a 10 soldi eram comuns. Os remadores das galeras da frota veneziana ganhavam cerca de 20 ducados/ano e artesãos qualificados, entre 50 e 100 ducados. Escritores da época somente consideravam um nobre rico, se tivesse uma renda de mais de 1.000 ducados, e muito rico, se ganhasse mais de 10.000 ducados.

Durante o reinado de Maria Tudor, casada com Filipe II da Espanha, foi oficialmente autorizada na Inglaterra, em 1554, a circulação de moedas estrangeiras, cuja taxa de câmbio foi fixada em cerca de 6 shillings 4 pence para as coroas francesas e os cruzados

portugueses de ouro. Do final do séc XV até cerca de 1530, o salário diário de um artesão mostrara uma surpreendente rigidez em torno de 6 pence (1/2 shilling) e o de trabalhadores não qualificados em torno de 4 pence, mas, entre 1530 e 1560, ambas as cifras passaram para quase o dobro, como resultado da inflação, mas também do enfraquecimento da moeda de prata, com reduções de peso e de pureza do metal precioso.

Nas cidades e principados alemães, o gulden ou florim continuou representando uma denominação de ouro básica (28, 45). Em 1558, em Augsburg, com um florim comprava-se cerca de 17 kg de carne bovina, de 6 kg de banha e de 4 kg de linho, ou cerca de 67 arenques ou 13 peças de bacalhau seco. Em Dresden, na Saxônia, um carpinteiro ou um pedreiro ganhava 3 groschen por dia, e uma galinha custava 8 pfenninge ou 2/3 de groschen e um litro de cevada ou de centeio custava cerca de 1/3 de groschen ou 4 pfennige.

Na Península Italiana, além de testones, os Estados Pontifícios e suas dependências (43) emitiram o grosso (44) e o giulio de prata (61) com peso menor, e escudos de ouro (59), denominação também da cunhagem de ouro francesa (34). Já no reino de Nápoles, sob domínio espanhol, foi cunhado um ½ ducado de prata, com um retrato do imperador Carlos V, o monarca da potência militar dominante na época, que é um testemunho do espírito renascentista e do talento do gravador de seu cunho (60).

Módulo 20 - A Europa, *c.* 1563-1648.

O período que se seguiu ao encerramento do Concílio de Trento, que resultou em importantes reformas na Igreja Católica, foi inicialmente marcado na Europa pelas guerras de religião na França e pela luta pela independência das Províncias Unidas, além da pressão turca por terra e por mar. Depois do sucesso de Lepanto contra a frota otomana, a Espanha enfrentou o fracasso da “Invencível Armada” contra a Inglaterra, que iniciou o seu declínio como potência europeia dominante.

No contexto dos vários conflitos, ocorreram cunhagens “de emergência”, ou “de necessidade”, às vezes em cidades sitiadas pelo inimigo, como é o caso das emissões do principado da Transilvânia (29) e de Maastricht, nos Países Baixos (7), essa última de bronze e anterior às cunhagens regulares em prata das províncias independentes, como a Guéldria (8). Nas Províncias Unidas independentes, o valor original do rijksdaalder foi inicialmente fixado em 46 stuivers, mas subiria para 48 stuivers em 1608 e 50 stuivers em 1619. Em 1595-1600, um artesão qualificado ganhava cerca de 12 stuivers por dia, ou cerca de um daalder em 4 dias, enquanto o salário de um trabalhador não qualificado era de 8 stuivers/dia. Esses valores subiram para cerca de 14 a 16 stuivers e 9 a 10 stuivers respectivamente em 1620-1625, e para 18 a 19 stuivers e 11 a 12 stuivers entre 1645 e 1650.

Enquanto na Inglaterra o Protestantismo consolidou-se definitivamente sob Elizabete I (1558-1603 – 1), a França enfrentou décadas de guerras até o reinado de Henrique IV (6) e o Édito de tolerância da religião protestante, dito de “Nantes” (1598). No período cunharam-se o “escudo do sol” de ouro (2, 5), e, em adição ao teston (3), surgiu, em 1575, o primeiro “franco” de prata (4), com uma denominação antes limitada ao ouro, e inicialmente equivalente a 20 sols (sous). Por volta de 1610-1614 (36), um trabalhador

parisiense não qualificado ganhava 120 livres por ano de 200 dias, então a típica duração do ano de trabalho. Isso representava 2.400 sols/ano, ou 12 sols por dia de trabalho. Já em Lancaster, na Inglaterra, em 1595 um trabalhador de curtume ganhava 3 pence por dia com uma ração de carne e bebida, ou 6 pence ($\frac{1}{2}$ shilling) por dia “a seco”.

Em Portugal, entre 1557-1580, cunhou-se “o engenhoso” (12) de ouro, além das denominações usuais (13, 14), até a União das Coroas Ibéricas, quando os tipos tradicionais portugueses foram mantidos pelos monarcas espanhóis (15). Na Espanha, a qualidade das cunhagens manuais (9, 11) contrasta com a da cunhagem mecânica (10), com prensas importadas da Alemanha, muito mais regular. De fato, generalizou-se gradualmente, na Europa ao norte dos Alpes, ao longo do séc. XVII, a utilização de prensas de cunhar.

Na Itália e nos Estados Pontifícios os tipos mais tradicionais coexistiram (16, 19, 21) com os “testones” (18, 20) e moedas de prata de maior dimensão como os 40 soldos (17) e depois o escudo (43) de Veneza ou suas frações (44), e novas moedas de cobre (45). A Ordem de Malta emitiu sequins de ouro copiados do ducado ou “zecchino” veneziano (22).

Os países escandinavos (23) e a Polônia (31, 32) adquiriram uma importância crescente nos assuntos europeus, e a união das coroas da Boêmia e da Hungria, após 1526, sob os monarcas Habsburgo, levou a uma certa uniformização de tipos, como o do ducado (30), também emitido por senhores dos domínios do Império, como no baronato de Rosenberg na Boêmia (28).

Mas é o thaler que, com excelentes retratos, caracteriza a cunhagem dos domínios austríacos e da Alemanha no período, destacando-se as emissões dos arquiducos do Tirol (26), e dos imperadores austríacos na Boêmia (27), na Hungria (60) e na Alsácia (34, 58), bem como os thalers da Saxônia (24, 50, 51, 53) e de outras regiões ou cidades alemãs (25, 49, 52), quase sempre já cunhados mecanicamente. Em 1620, em Schaumburg, um par de sapatos custava $\frac{1}{2}$ thaler, uma galinha $\frac{1}{20}$ de thaler, e um ganso o equivalente a um dia de trabalho manual não qualificado, ou seja, $\frac{1}{9}$ de thaler. Um mestre carpinteiro ganhava 6 mariengroschen ou $\frac{1}{6}$ de thaler/dia. Em Dresden, na Saxônia, em 1625, com o thaler igual a 24 groschen, e um groschen igual a 12 pfennige, um mestre carpinteiro ganhava 3,5 groschen e um mestre pedreiro 4,5 groschen. Um kg de carne bovina custava cerca de 2 groschen, o mesmo que uma jarra de cerveja, e um 1 kg de manteiga custava cerca de 5 groschen.

Em contraste, ao longo do séc. XVI, a cunhagem russa limitou-se a dengas ou kopeks (33) de prata, de pequena dimensão, que refletiam as dificuldades de consolidação da monarquia russa. Já na Polônia e na Lituânia, as peças de prata eram de módulo maior e baseadas no grosz (gros ou groschen) como unidade monetária (31), também adotada pelas cidades de Gdansk e de Riga (32).

Na virada do século, a moeda espanhola por excelência foi o 8 reales de prata (38,39), mas o seu elevado valor exigiu também a emissão de moedas de cobre (37) para pequenas transações, e depois também para atender as necessidades crescentes de recursos da coroa espanhola. Entre 1634 e 1656, emissões excessivas e a prática do “resello”, de contramarcas as moedas de cobre para aumentar o seu valor de face,

levariam a um forte processo inflacionário. Em Portugal, os Filipes mantiveram a cunhagem do cruzado (41) e do tostão (40), e cunharam moedas de cobre com seus retratos em seus domínios italianos (21, 42), além de peças de prata mais importantes, como as $\frac{1}{2}$ piastras da Sicília (46).

Na Inglaterra, sob os Stuarts, Jaime I emitiu uma nova denominação de ouro, o “unite”, uma libra esterlina de peso reduzido, depois substituída por uma peça mais leve de 20 shillings, o laurel (35). Sob Carlos I (1625-1649) manteve-se a emissão do unite de ouro (63) e do tradicional shilling de prata (64) e de outras moedas divisionárias. Nos Países Baixos Espanhóis, os reis da Espanha cunharam “Patagons” de prata (66) semelhantes aos thalers, e soberanos e duplos soberanos de ouro (67), enquanto nas Províncias Unidas independentes, cada uma manteve a sua própria cunhagem de prata e de ouro (65). Nessas Províncias, no entanto, era tolerada a circulação de moedas estrangeiras, inclusive do patagon “do inimigo”. O bispado de Liège também emitiu peças de prata semelhantes ao thaler, como o escudo (56) de 60 patards (ou sols).

Durante a Guerra dos Trinta Anos, a intervenção sueca marcaria a presença de uma nova potência militar no cenário europeu, que utilizou o cobre de suas abundantes minas para algumas das maiores moedas européias desse metal (61). Mas, já anteriormente, a Dinamarca emitira peças de prata de grande módulo, e com bons retratos (47, 48, 62). As emissões austríacas (59), suíças (55) e alemãs incluíram um excepcional ducado comemorativo, da Saxônia (53), e novas moedas “de emergência”, como a cunhagem obsidional de Breisach (54). Mas em algumas das regiões mais devastadas pela guerra, que perderam de 30 a 40% da sua população, a cunhagem cessou temporariamente. Na mesma época, os reis da Polônia também emitiram thalers de prata (57).

A França saiu fortalecida da Guerra. Desde antes de seu término, iniciou-se, em 1641, a emissão de écus (escudos), equivalentes inicialmente a 60 sols, e de $\frac{1}{2}$ écus de prata, com belos retratos de Luís XIII (68, 69), e a seguir, também, de Luís XIV criança (70). Em 1640, iniciara-se a cunhagem do Luís de ouro, equivalente na origem a 200 sols.

Em Portugal, novamente independente a partir de 1640, D. João IV emitiu o tostão de prata tradicional (71), mas introduziu o cruzado de prata (73) e uma bela peça de ouro de 4 cruzados (72).

V-2 Europa, c. 1648-1789

EVENTOS HISTÓRICOS

1643-1715 Reinado de Luís XIV na França; Mazarin, 1o Ministro; Tratado de Vestfália (1648) e dos Pirineus (1659); reinado pessoal de Luís XIV (1661); Colbert, ministro (1665-1683); conquista de Flandres (1668) e do Franco-Condado (1678); revogação do Édito de Nantes e emigração dos Protestantes (1685); guerras da Liga de Augsburgo e da Sucessão da Espanha e fim da hegemonia continental francesa (1714).

1648-1714 Aprofundamento da decadência espanhola, sob Carlos II (1665-1700), rei sem herdeiros; Guerra com a França (1673-1678); disputa, na Guerra da Sucessão da Espanha, entre o arquiduque Carlos (depois imperador Carlos VI) e Filipe V de Bourbon, neto de Luís XIV.

1648-1706 Confirmação da independência portuguesa na batalha de Montes Claros (1665); recuperação de Angola e S. Tomé, mas perda de muitas possessões portuguesas na Ásia sob D. João IV; descobertas de ouro no Brasil sob D. Pedro II (1683-1706); Tratado de Methuen (1703), entre Portugal e a Inglaterra.

1648-1689 Reconhecimento da independência das Províncias Unidas, maior potência comercial e colonial da Europa; intervenções holandesas contra a Dinamarca, Suécia e Inglaterra; guerras com a França (1665-1667) e (1672-1679), e início do declínio; Guilherme de Orange, “stathouder”, também rei da Inglaterra (1689).

1649-1714 Período “republicano” na Inglaterra; “protetorado” de Cromwell (1653); Ato de Navegação e lutas contra as Províncias Unidas e a Espanha; restauração dos Stuart com Carlos II (1660-1685); Jaime II, católico, deposto pela “Revolução Gloriosa” (1688-1689); reinado de Maria II Stuart e Guilherme de Orange, protestantes; Ana Stuart (1702-1714): união da Escócia e da Inglaterra na Grã-Bretanha (1707).

1650-1720 Declínio da supremacia espanhola na Itália; preservação do Grão-ducado da Toscana (1569-1737) sob a dinastia Médici; a Sardenha atribuída ao Piemonte sob os Sabóia.

1683-1689 Cerco de Viena; Turcos vencidos graças a João Sobieski, rei da Polônia (1683); vitórias sucessivas dos austríacos sobre os otomanos; Tratado de Carlowitz confirmando a Hungria e a Transilvânia como possessões da Áustria.

1688-1697 Guerra da Liga de Augsburgo contra a França; devastação da região renana por Luís XIV; Tratado de Ryswyck; ascensão de Carlos XII da Suécia (1697-1718); Augusto da Saxônia eleito rei da Polônia (1697-1633).

1689-1725 Pedro, “o Grande”, czar da Rússia; fundação de S. Petersburgo (1703); vitória sobre Carlos XII e início do declínio da Suécia.

1700-1721 Guerra da Sucessão da Espanha; confirmação de Filipe V de Bourbon no trono espanhol; pontificado de Clemente XI (1700-1721); ascensão de D. João V de Portugal (1706-1750) e “Idade do Ouro”.

1713-1733 Tratados de Utrecht e de Rastadt encerrando guerras na Europa ocidental; morte de Luís XIV da França; Regência e reinado de Luís XV (1715-1774); inícios da Revolução Industrial na indústria têxtil inglesa (1733).

1733-1775 Guerra da Sucessão da Polônia; Carlos de Bourbon (futuro Carlos III da Espanha) rei das Duas Sicílias (1735-1759); a Toscana atribuída a Francisco de Lorena, duque (1737-1746) e depois imperador do Sacro Império (1746-1765), sucedido por Pedro Leopoldo (1765-1790); pontificado de Pio VI (1775-1799).

1740-1748 Guerra da Sucessão da Áustria; restauração da Casa de Orange nas Províncias Unidas; cessão da Silésia a Frederico, “o Grande” da Prússia (1740-1786) e confirmação de Maria Teresa no trono austríaco.

1750-1777 D. José I de Portugal; Terremoto de Lisboa (1755); o Marquês de Pombal: manufaturas e Companhias Privilegiadas e expulsão dos Jesuítas.

1756-1763 Guerra dos Sete Anos; morte de Jorge II da Inglaterra e ascensão de Jorge III (1760-1820); ascensão de Catarina II da Rússia (1762-1796); Tratado de Paris e perda pela França de possessões no Canadá e na Índia (1763); “despotismo esclarecido” na Prússia e em certos estados alemães, na Rússia e na Áustria.

1759-1788 Reinado de Carlos III, monarca “esclarecido”, na Espanha; reformas no reino e nas colônias da América; progresso da Revolução Industrial na Grã-Bretanha.

1772-1784 1ª divisão da Polônia (1772) e supressão da Companhia de Jesus (1773); ascensão de Luís XVI (1774-1792); assistência militar francesa aos EUA contra a Grã-Bretanha; Tratado de Versalhes (1783); anexação da Criméia pela Rússia (1784).

1780-1790 Ascensão de José II da Áustria (1780-1790) e introdução de várias reformas; guerra Anglo-Neerlandesa e decadência pronunciada das Províncias Unidas (1780-1784).

1786-1789 Ascensão de Frederico-Guilherme da Prússia (1786); na França, reunião dos Estados Gerais, tomada da Bastilha e abolição dos privilégios: início da Revolução Francesa (1789).

EVENTOS MONETÁRIOS

c. 1648-1700 Fundação do Banco de Estocolmo (1656); primeiro banco europeu a emitir papel-moeda (1661), substituindo grandes placas retangulares de cobre (de 1 a 10 dalers) com peso de até 14kg!; em 1668, reorganizado como “Riksbank” ou Banco da Suécia, primeiro “Banco Central” do mundo; no final do séc. XVII, pelo menos 25 bancos públicos ou semi-públicos prestando serviços de vários tipos na Europa.

1648-1700 Na Itália, o soldo de cobre como principal vínculo entre as moedas metálicas e a “moeda de conta”, a “lira” dividida em 20 soldi de 12 denari; subdivisões do soldo: soldino (1/2); quattrino (1/4) e sesino (1/6) de soldo e continuada cunhagem de múltiplos de liras de prata, como as piastras ou “talleros” da Toscana e os escudos de Luca; na França, a partir de 1654, cunhagem do “liard” de cobre puro; primeiras

emissões de cobre do governo central inglês já mecanizadas, com a figura de Britânia (1672); em diversos países, as moedas de cobre generalizando o uso da moeda metálica entre toda a população.

1659-1680 Denominações de prata nas Províncias Unidas (Holanda): além do “leeuwendaalder”; “rijksdaalder” cunhado segundo o padrão do reichsthaler alemão e, a partir de 1659, “ducaton” (moeda de prata de 22,5g) para o comércio exterior (preferido na China e Japão); em 1680, introdução do guilder de 20 stuivers; o ducado de ouro cunhado para transações internacionais; valor de emissão anual máximo das Províncias Unidas no séc. XVII, equivalente a cerca de 2 ou 2,3 milhões de 8 reales de prata espanhóis; valor médio 1,5 milhões de 8 reales ou “pesos”.

1663-1672 Na Inglaterra, cunhagem mecânica do “guinea” de ouro, igual a 20 shillings, logo reavaliado para 21 shillings, a partir de 1672; em 1667, convenção monetária de Zinna entre o Brandemburgo e a Saxônia, estabelecendo um thaler com 22,25 g; doravante, 1 reichsgulden = 2/3 de reichsthaler (1667-1837).

1690 Convenção de Leipzig estabelecendo um thaler com 19,45g de prata pura; ducado de ouro mantido inalterado (até o séc. XIX).

1694-1740 Banco da Inglaterra (1694) e Banco da Escócia (1695) ambos com faculdade de emissão de papel-moeda conversível em moedas metálicas; em 1698, valor estimado das moedas metálicas em circulação: 11,6 milhões de libras, contra cerca de 15 milhões de libras de cédulas e obrigações bancárias de vários tipos; após o Ato de União da Inglaterra com a Escócia, recunhagem de 411 mil libras na Escócia no padrão inglês.

1706-1789 Ampla cunhagem de ouro brasileiro em Portugal, principalmente peças de 6.400 réis ou 4 escudos; na Espanha, manutenção da cunhagem de ouro, de prata e de cobre .

1713-1789 Emissão de papel-moeda na Dinamarca em paralelo à cunhagem tradicional; novas emissões de moedas retangulares de cobre na Suécia, de até 20kg, sob Carlos XII e sucessores e cunhagem de metal precioso em paralelo até meados do séc. XVIII.

1716-1789 Na França, experiência mal sucedida com papel-moeda (1716-1719); em 1726, estabilização da moeda com o “Luis” de ouro o “écu” de prata mantidos inalterados até 1789.

1724-1789 Diferentes denominações em ouro, prata e bronze cunhadas nos diversos estados italianos; nos territórios austríacos da Itália, cunhagem do “speciesthaler”, equivalente a 6 libras de conta; entre 1570 e 1750, desvalorização da lira milanesa de 39% e da lira toscana de 13,3%, em termos de conteúdo de prata (igual a 3,5g e 3,9g, respectivamente, em 1751).

1750-1765 Novo thaler prussiano do “padrão Graumann” (1750), de 16,67g de prata pura, mantido até o séc. XIX; fundação do Banco Real de Giro e Empréstimos (1765), depois Banco da Prússia, primeiro banco emissor de cédulas da Alemanha; convenção austro-bávara de 1753 estabelecendo o speciesthaler = 1,33 de reichsthaler ou 2 gulden, com 23,4g de prata pura; padrão desse “conventionthaler” adotado por todos os estados

alemães, menos a Prússia, na Convenção de Leipzig de 1763, com grandes emissões do “Marienthaler” da Baviera e depois do thaler austríaco de Maria Teresa nesse mesmo padrão.

1756-1789 No império Austríaco emissão inicial de papel-moeda do Wiener-Stadt Banco (1766), totalizando 1 bilhão de gulden até 1801!; primeiro banco emissor de papel moeda na Rússia (1768), em paralelo às cunhagens regulares; na Polônia, inicialmente 1 zlot = 1 gulden polonês de 15 ou 18 grosze; no final do séc. XVIII, 8 zlote = 1 speciesthaler; na Polônia prussiana, 90 grosze = 6 zlote = 1 reichsthaler.

1765-1789 Na Inglaterra, cunhagem de prata durante todo o séc. XVIII no valor de apenas 1,25 milhões de libras, contra 17 milhões de libras de ouro cunhadas entre 1695 e 1740 e 46 milhões entre 1774 e 1795; em 1776, na Inglaterra e na Escócia, valor do papel-moeda em circulação já bastante superior ao das moedas metálicas.

Módulo 21 - A Europa, c. 1648-1714

Em meados do século XVII, as Províncias Unidas eram a maior potência comercial europeia, com numerosos empórios na América e na Ásia. Mas, após os Tratados de Vestfália (1648), com o declínio dos Habsburgos espanhóis e austríacos, a França gradualmente emergiu como árbitro militar do continente, enquanto a Inglaterra começou a desafiar o domínio naval holandês. Nas Províncias Unidas, continuaram a existir emissões locais tanto de ducados de prata (equivalentes a 48 stuivers) - como os de Utrecht (4) -, como de guilders ou gulden (florins) de prata (de 20 stuivers), como os da Holanda, e de ducados de ouro, além de moedas divisionárias, como a peça de 30 stuivers de Zwolle (32). Entre 1660 e 1715, os salários nominais diários no oeste dos Países Baixos mostraram uma grande rigidez: em torno de 27 stuivers, no caso de mestres artesãos qualificados e declinando de cerca de 19 para 18 stuivers no caso de trabalhadores não qualificados. Entre meados do séc. XVII e 1750, o custo, para uma família de cinco pessoas, de uma cesta básica equivalente à dos internos de orfanatos de Amsterdam nunca excedeu 2/3 do salário diário de um trabalhador não qualificado, oscilando entre 8,5 e 11 stuivers entre 1666 e 1719.

Em Liège, na Bélgica atual, o “patagon” (tipo de thaler), continuou a ser cunhado pelos bispos (6), representados de forma muito fiel. Mais ao norte, a Dinamarca (3) e a Suécia (2) também emitiram peças de prata de qualidade, e o rei da Dinamarca cunhou moedas específicas para a Noruega (1). Na Inglaterra, com a restauração da dinastia Stuart, após o intervalo “republicano” do Commonwealth de Cromwell, cunharam-se crowns (coroas) de prata com expressivos retratos de Carlos II (5) e Jaime II (26). Por volta de 1660, o salário diário de um artesão alcançava cerca de 18 Pence, e o de um trabalhador não qualificado 12 pence. Um crown, portanto, pagava 5 dias de trabalho não qualificado.

Na França, durante o longo reinado de Luís XIV, prevaleceram moedas com o retrato do monarca, desde as pequenas peças de cobre, como o “liard” (ou ¼ de Sol - 7) até os imponentes “écus” e ½ écus com as armas com três flores de lis, emitidos para circulação geral no reino (8, 34), ou com tipos provinciais, como o “escudo de Flandres” (33), e o tardio escudo das três coroas (51). Na cunhagem de ouro, prevaleceu

o luís de ouro (que valia 400 sous em 1709), que passou a ser a unidade básica, além do $\frac{1}{2}$ e do duplo luís (50).

Como um dos indícios da decadência da Espanha, e de seu forte déficit comercial, boa parte das moedas de ouro e de prata cunhadas no reino era exportada, reservando-se à circulação local principalmente peças de cobre (9), com frequência de má qualidade, às vezes falsificadas, e periodicamente contramarcadas para refletir novos valores. O salário diário de mestres-carpinteiros e pedreiros em Sevilha era de 11 a 12 reales nos anos 1650, de 14 reales em 1672 e de 16 reales em 1679. Em 1680, o governo decretou a desvalorização da moeda de cobre para $\frac{1}{4}$ do seu valor nominal em 1664, o que provocou um colapso nos preços da ordem de 45%. Limitou-se, também, rigorosamente, a cunhagem de cobre. Em Sevilha, conseqüentemente, o salário diário dos mestres-carpinteiros e pedreiros voltou para 12 reales. A valorização relativa da prata, em função da descoberta de ouro no Brasil, contribuiu para o bom êxito da operação, e, em 1693, cessaram as cunhagens de “vellón” (cobre).

Já em Portugal, a dinastia de Bragança introduziu o cruzado de prata (10, 38, 39) e suas frações (11), além de manter uma emissão de ouro de elevado teor (12). Mas também recorreu-se às contramarcas em moedas mais antigas ou em moedas estrangeiras, especialmente espanholas. Na Itália (14) e nos Estados Pontifícios (15), continuou a cunhagem de “testones”, mas também de peças de prata de maior diâmetro, como o “Filipo” de prata de Retegno (13). Ragusa, hoje na Croácia e então importante cidade comercial, emitia peças de prata com o seu santo protetor, S. Blásio (16).

Na Alemanha de hoje, onde a recuperação dos estragos da Guerra dos Trinta Anos levou décadas, vários estados, além de manter a cunhagem de thalers, como a Saxônia (20), emitiram múltiplos, entre os quais sobressaem os duplos thalers (17) de Brunswick-Luneburg-Celle. Por volta de 1650, na região de Lübeck e de Hamburgo, um mestre-pedreiro ganhava $\frac{1}{2}$ thaler/dia, e vigoravam, então, os seguintes preços: 1 cavalo = 15 thalers; um boi = 7 thalers; um porco = 2 thalers; 1 ovelha = 1 thaler. Portanto, o thaler (e também o gulden ou florim de ouro) e os ducados ou duplos ducados de ouro tais como os da Saxônia (46, 63), ou os ducados e $\frac{1}{2}$ ducados de Nuremberg (62), tinham elevado poder aquisitivo, requerendo a emissão de moedas divisionárias, tais como os 4 schilling de Hamburgo (18) e os 4 mariengroschen de Hanôver (19), ou os 12 kreuzer de Mainz (45), também emitidas nos cantões suíços (21), como em Berna, (onde 4 kreuzer = 1 batzen; 40 batzen = 1 thaler). Nas terras dos Habsburgo, o thaler de prata com o retrato imperial era cunhado tanto na Áustria como na Hungria (23, 48), e no arcebispado de Salzburgo, além do ducado de ouro e frações (47), emitiram-se o thaler e suas subdivisões (22), em forma de losango (conhecidos como “klippe”), prática também adotada em certas regiões da Alemanha. Durante a mal sucedida insurreição nacionalista húngara de Rákóczi, os revoltosos cunharam moedas de cobre em 1705 (64).

A ascensão do católico Jaime II ao trono inglês provocou a chamada “Revolução Gloriosa”, e sua substituição por sua filha, Maria II Stuart, e o marido, Guilherme III de Orange, príncipe holandês, ambos protestantes (27, 31). Jaime II tentou manter-se na Irlanda, onde seu irmão, Carlos II, fizera emissões regulares de cobre (29), com uma cunhagem de emergência de latão denominada em coroas (30), mas acabou derrotado. Após a morte de sua mulher, Guilherme III continuou a cunhar com o seu próprio retrato (28). Ana Stuart (1702-1714), outra filha protestante de Jaime II (49), efetuou a

união da Inglaterra e da Escócia sob o nome de Grã-Bretanha (1707), e foi sucedida pela dinastia alemã de Hanôver. Na época, um pedreiro ou carpinteiro ganhava, em Westminster, 2 shillings e 6 pence ou $\frac{1}{2}$ crown por dia, e em Greenwich, de 15 a 16 shillings por semana. Em 1688, Gregory King estimou em £ 200 a 400 a renda anual de negociantes com o ultramar e em £ 45 a de comerciantes donos de loja (1 libra esterlina ou £1 = 20 shillings).

A Polônia e suas dependências, como a cidade de Dantzig, mantiveram a cunhagem de ducados de ouro (24) e de thalers de prata e de suas subdivisões. Já na Rússia, onde a dinastia Romanov buscava consolidar-se, recorreu-se à prática de contramarcas moedas de prata estrangeiras para a circulação em determinadas regiões, como a Ucrânia (25), além da emissão dos pequenos kopeks tradicionais, conhecidos como “moedas-fio” (ou “wire-money”). A cunhagem russa somente seria reorganizada de forma duradoura sob Pedro, “o Grande” (65).

No final do séc. XVII e início do séc. XVIII, Portugal emitiu ouro em maior abundância, cuja oferta seria reforçada pelas descobertas no Brasil, destacando-se as peças de 4.000 réis (37, 54) e frações (57). Continuou a cunhagem do cruzado de prata (56) e de denominações de menor valor, como os 12 vinténs (55), além da de peças de cobre. Na Espanha, Carlos II cunhou emissões de prata para circulação geral (35) e regional, como as peças de Barcelona (36), e para outras possessões, como Nápoles (44), mas morreu sem herdeiros, o que provocou a Guerra de Sucessão da Espanha (1701-1714). Filipe V de Bourbon (52) tornou-se rei, após disputar o trono com Carlos, arquiduque da Áustria e futuro imperador (53), mas teve que aceitar a perda de Gibraltar, da Sicília, e de Minorca, além de ter sido obrigado a ceder os Países Baixos à Áustria.

Na Itália persistiu a divisão do território entre diversos estados, como os ducados de Savóia (40), da Toscana (41) e de Mântua (58), além dos Estados Pontifícios, que cunharam piastras (42) e $\frac{1}{2}$ piastras (43, 60), bem como moedas de ouro, com retratos excepcionais. Veneza emitiu moeda para a metrópole e suas possessões, como a “Dalmácia e Albânia” (61), enquanto Filipe V de Bourbon cunhou moeda no reino de Nápoles mesmo antes de sua confirmação definitiva no trono (59).

Módulo 22 - A Europa, c. 1714-1789

Entre 1714 e 1789, a Grã-Bretanha, com o regime parlamentar consolidado sob a dinastia de Hanôver, reforçou a sua posição de maior potência marítima e colonial da Europa. Sua moeda de ouro básica foi o guinea (guinéu) de 21 shillings (40), e manteve-se a cunhagem do shilling de prata (9) e de seus múltiplos, como a $\frac{1}{2}$ coroa (10), e do penny de cobre e suas subdivisões, tanto na Inglaterra como na Irlanda (8) e em dependências como a Ilha de Man (41). Em 1760, as dez famílias nobres mais ricas da Inglaterra tinham uma renda anual de 20.000 libras, os comerciantes mais ricos ganhavam em média 600 libras/ano e advogados por volta de 100 libras/ano. Os salários nominais por dia de trabalho rural no inverno parecem ter aumentado de cerca de 10 pence entre 1670 e 1679 para cerca de 11 pence entre 1745 e 1754 e 13 pence, ou 1 shilling e um penny, entre 1785 e 1789.

No séc. XVIII, as Províncias Unidas mantiveram um papel comercial e financeiro importante, mas perderam a supremacia naval. O sistema monetário permaneceu inalterado, com o ducado de ouro como moeda comercial básica (38), e as denominações de prata em múltiplos do stuiver (6), como o gulden de 20 stuivers. Entre 1715 e 1789, o salário diário de um artesão qualificado nos Países Baixos Ocidentais oscilou entre 27,2 e 28,7 stuivers, e o dos trabalhadores não qualificados alcançou 19 stuivers entre 1730 e 1735, recuando depois para o intervalo de 17,2 a 17,5 stuivers até 1790. Os países escandinavos tiveram menor influência sobre o resto do continente após a derrota de Carlos XII da Suécia (2). No reinado de Frederico I (1720-1751), além de riksdalers de prata (3), cunharam-se placas de cobre retangulares de grandes dimensões (4). Já a Dinamarca continuou cunhando o krone de prata (5) e fez emissões de ouro (37), além de moedas para a Noruega (1).

A França foi o mais importante centro cultural da Europa, mas a insistência da monarquia em não alterar o seu sistema político e social, levaria à Revolução Francesa, a partir de 1789. Em 1718, o Luís de ouro (11) equivalia a 6 écus de prata de 120 sous ou 6 livres (12), e essas moedas básicas permaneceram (42) até a última década do século. Em Paris, um trabalhador não qualificado, em 1714-1715, ganhava cerca de 20 sous por dia, e nos anos 1770 e 1780, esse salário variava de 18 a 24 sous no inverno e 22 a 28 sous no verão. Houve, no período, uma queda apreciável do salário real.

A Prússia emergiu como importante potência militar, disputando com o Império Austríaco - do qual conquistou a Silésia -, a supremacia na Europa central após a guerra dos Sete Anos (1756-1763). Frederico II mandou cunhar Fredericos de ouro (30), além do tradicional Thaler de prata (65). Um general prussiano recebia anualmente 4.000 thalers e, para cuidar da Biblioteca Real e do Gabinete de Numismática e Antiguidades reais, Winkelman tinha um salário anual de 2.000 thalers em 1765, o preço de compra do quadro de Watteau “A Insígnia da Loja do Negociante de Arte Gersaint” em 1744. Já a Rússia, também expandiu-se militarmente, primeiro no Báltico, às expensas da Suécia, e depois, em detrimento do Império Otomano, na direção do mar Negro. Pedro, “o Grande”, que fundou S. Petersburgo, criou o rublo de prata (34, 35) e cunharam-se, ao longo do século, múltiplos do rublo, em ouro (70).

Durante o séc. XVIII, a Espanha continuou a emitir os 8 escudos de ouro (14) sob Filipe V e seus sucessores, e moedas de $\frac{1}{2}$ a 4 escudos (16), além de farta cunhagem de prata em reales (15), reforçada pelo aumento da produção de prata do México. Carlos III (1759-1788), que já fora rei de Nápoles, onde havia cunhado moedas com denominações locais (24, 54), promoveu certa modernização da Espanha através de uma reforma administrativa e financeira, e emitiu belas peças de ouro com o seu retrato (44, 45), além de moedas de prata e de cobre (43). Em 1787, na Nova Castela, um mestrecarpinteiro ganhava cerca de 380 maravedis de cobre (ou cerca de 11 reales de prata/dia), um pedreiro cerca de 12 reales/dia e um marceneiro cerca de 20 reales/dia.

As cunhagens do Império Austríaco incluíram desde os “soberanos” de ouro dos ex-Países Baixos Espanhóis (7), até os “ducados” da Hungria (67) e da Transilvânia (68). A imperatriz Maria Teresa deu seqüência aos thalers e frações (33) emitidos por seus antecessores, e iniciou a cunhagem de thalers de prata (66) com tipos que seriam cunhados com a data congelada de 1780 até o séc. XX, servindo como uma moeda comercial com ampla aceitação na África Oriental e no Oriente Médio. José II, que

aboliu a servidão nas terras da Coroa e secularizou os bens do Clero, emitiu também peças de prata como duque de Luxemburgo (39) e soberano de Milão (51).

Ao longo do séc. XVIII, Portugal acabou transferindo parte do ouro do Brasil para seus principais parceiros comerciais, sobretudo a Grã-Bretanha e a França. No entanto, este foi certamente também um “século do ouro” para Portugal, que cunhou, além de peças de 4 escudos ou 6.400 réis (18, 48, 49), verdadeira moeda internacional nas Américas, peças de grande módulo, como os 8 escudos ou 12.800 réis de D. João V (17), e moedas menores, de 2 escudos (47), e de 1 e ½ escudo de ouro. Foram, igualmente, emitidos “cruzados novos” de prata, já com o valor de 480 réis (46), além de diversas moedas divisionárias de prata e de cobre. Mestres-carpinteiros e pedreiros da indústria de construção em Lisboa ganhavam, entre 1769 e 1775, de 400 a 450 réis/dia, enquanto trabalhadores não qualificados recebiam apenas 200 réis/dia.

Como resultado da Guerra da Sucessão da Polônia (1733-1738), a Lorena foi passada para Estanislau Leszczyński, e Francisco I da Lorena assumiu o Grão-ducado da Toscana, onde emitiu o “Francescone” de prata (20), que sucedia os talleres cunhados pela dinastia Médici (19). A “república” de Luca cunhou grandes escudos de prata com tipos religiosos (21) e o reino da Sardenha, incluindo o Piemonte, além de reforçar a sua posição na península, emitiu prata (50) e ouro em quantidades crescentes. Veneza, na sua última fase de independência, manteve a cunhagem dos tradicionais ducados de ouro (53), assim como Ragusa, sua tradicional rival comercial, que também continuou a cunhagem do taller de prata (56). As emissões dos Estados Pontifícios preservaram elevado padrão estético, com sequins (23) de ouro e escudos (52) e meios escudos de prata (22). Os grão-mestres da Ordem de Malta produziram importante cunhagem de ouro (25, 55), além de grandes peças de prata com tipos religiosos (26). Em comparação, as emissões do Principado de Mônaco parecem muito modestas (13).

No séc. XVIII, os tipos dos thalers alemães são muito variados, incluindo belos panoramas de cidades como os de Nuremberg (59) sob Francisco I, imperador da Áustria, tipo retomado em moedas dos cantões suíços, como os thalers de Basileia (32). Os de outras regiões, como Stolberg (28), Lübeck (58), Hesse-Cassel (61), Frankfurt (62), Baviera (63), Prússia (65) e Saxônia (64), entre outras, apresentam as armas locais ou bons retratos de soberanos, como também é o caso da cunhagem dos reis da Dinamarca para o Schleswig-Holstein (57) e da dinastia da Saxônia na Polônia (69), ainda independente. O ducado de ouro, com seus múltiplos e frações, continuou sendo uma denominação básica, cunhada tanto em Pfalz-Sulzbach, no Palatinado alemão (27, 60), como em Zurich (31), existindo igualmente denominações de caráter local, como os carolinos e ½ carolinos (29) da Baviera. Em Dresden, na Saxônia, um thaler de prata pagava, em 1764, 6 dias de um trabalhador braçal não qualificado e quatro dias de trabalho de um carpinteiro ou pedreiro, no inverno.

No séc. XVIII, em paralelo ao declínio da Suécia (36), a Rússia continuou sua expansão territorial e fez cunhagens de ocupação na Moldávia-Valáquia (73) e emissões locais, como na Livônia-Estônia (72) e na Sibéria, onde cunharam-se grandes peças de 10 kopeks de cobre, com o monograma de Catarina, “a Grande” (74), que também emitiu rublos de prata com seu retrato (71).

V-3 A Europa, c. 1789-1914

EVENTOS HISTÓRICOS

1789-1803 Monarquia constitucional na França; queda da monarquia (Agosto 1792) e “Convenção”; execução de Luís XVI (1793); “Terror” e queda de Robespierre (1794) e “Diretório”; 3ª divisão e fim da independência da Polônia (1795); Napoleão Bonaparte, 1º Cônsul (1799-1804); absorção do Estado Veneziano pela Áustria (1799); união da Inglaterra e da Irlanda.

1803-1815 1º Império na França; Napoleão I; fim do Sacro Império Germânico; Bloqueio Continental (1806); invasão de Portugal (1807) e ocupação francesa parcial da Espanha (1808-1814); Napoleão na Rússia (1812); abdicação de Napoleão e ascensão de Luís XVIII; a Noruega cedida à Suécia pela Dinamarca (1814); Napoleão derrotado em Waterloo e Congresso de Viena (1815); formação da “Santa Aliança”, inspirada por Metternich.

1808-1833 Fernando VII na Espanha (1808-1833): perda de grande parte das colônias espanholas na América; D. João VI em Portugal: ratificação da Constituição e independência do Brasil (1821-1822); usurpação de D. Miguel e restauração de D. Maria II (1834); guerra de independência da Grécia (1821-1827).

1815-1834 Em 1830, revoluções liberais e nacionais na Europa (Alemanha, Itália), e insurreição polonesa; independência da Bélgica do Reino da Holanda, criado em 1815; Luís Felipe rei da França (1830-1848); formação do “Zollverein”, união aduaneira entre a Prússia e diversos Estados alemães (1834).

1820-1850 Na Inglaterra, Jorge IV (1820-1830) e a emancipação dos Católicos (1829); Guilherme IV (1830-1837) e abolição da escravidão nas colônias; longo reinado de Vitória I (1837-1901); Grande Fome na Irlanda (1846); supremacia econômica mundial da Grã-bretanha.

1833-1889 Na Espanha, sob Isabel II (1833-1868), reformas liberais e guerras civis; regência (1868-1870) e 1ª República (1870-1873); ascensão de Afonso XII (1874), sucedido por Afonso XIII (1886-1931); em Portugal, Maria II (1834), Pedro V (1853) e Luís I (1861-1889).

1848-1871 2ª República na França; Luís Bonaparte, presidente (1849) e imperador (1852-1870); união aduaneira com o Principado de Mônaco (1865); derrota na guerra Franco-Prussiana (1870-71).

1848-1867 “Primavera dos Povos”; revoluções liberais de 1848-1849 malsucedidas; rivalidade Austro-Prussiana e derrota austríaca (1866); criação da “Monarquia Dual” ou Império Austro-Húngaro (1867) sob Francisco José (1848-1916).

1855-1881 Alexandre II na Rússia; Guerra da Crimeia (1854-56) e abolição da servidão (1861); repressão do levante Polonês (1863); Alexandre III (1881-1894); a Moldávia e a Valáquia unidas para formar o principado e depois reino da Romênia.

1859-1870 Unificação Italiana: Vitor Emanuel, rei da Itália (1861): intervenção francesa e cessão pela Áustria da Lombardia (1859) e do Veneto (1866); República de São Marinho sob proteção italiana (1862); anexação dos Estados Pontifícios (1870).

1871-1901 Na Inglaterra, movimento reformista e sindicalista e política expansionista de Disraeli (1874-1881); governos liberais de Gladstone (até 1894): reforma eleitoral e livre comércio; mortes de Karl Max (1883) e da rainha Vitória (1901).

1871-1914 Comuna de Paris e 3ª República na França; caso Dreyfus (1894-1906); “crises marroquinas”; assassinato de J. Jaurès (1914).

1871-1918 Império Alemão (1871-1918), com 25 Estados e absorção da Alsácia e Lorena (1871-1918); Tríplice Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria, Itália (1882); Conferência Colonial de Berlim (1884-1885); Guilherme II (1888-1918): a Alemanha como primeira potência industrial da Europa; políticas sociais.

1878-1887 Congresso de Berlim; confirmação da independência da Sérvia, da Romênia e da Bulgária.

1889-1911 Em Portugal, Carlos I (1889-1908), assassinado; Manuel II (1908-1910), deposto; Constituição republicana (1911).

1894-1918 Nicolau II, czar da Rússia; derrota na Guerra russo-japonesa (1904-1905); Revolução de 1905; eleição e dissolução de uma Assembléia (Duma), 1906-1907; reformas e assassinato de Stolypin (1907-1911); Revolução de 1917; fuzilamento do czar (1918).

1901-1914 No Reino Unido, Eduardo VII (1901-1910): “Entendimento Cordial” com a França (1904); fundação do Partido Trabalhista (1906); “Triplo Entendimento anglo-franco-russo” (1907); redução da influência dos Lordes (1910); Jorge V (1910-1936).

1905-1914 Independência da Noruega (1905); anexação da Bósnia pelo Império Austro-Húngaro (1908), 1ª e 2ª Guerras Balcânicas (1912-1913); independência da Albânia; assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria e início da 1ª Guerra Mundial (1914).

EVENTOS MONETÁRIOS

1789-1848 Na França, além de moedas metálicas, grande emissão de papel-moeda, “assignats” (1789-1795), logo muito depreciados; criação do franco decimal, dividido em 100 centimes (1795); fundação do Banco da França em 1800, com monopólio de emissão de papel-moeda na região parisiense e depois na França toda (1848); fixação do valor do franco em 5g de prata e 322,56mg de ouro, estabelecendo-se um sistema bimetálico; até 1847, moedas em circulação totalizando 3,8 bilhões de francos em valor, contra apenas 250 milhões em papel-moeda; na Suíça, emissões próprias dos Cantões até 1848.

1789-1821 No Reino Unido, cunhagem de prata entre 1760 e 1816 limitada a 68,6 mil libras; contramarcas sobre 8 reales espanhóis, e cunhagem de cobre dos “cartweels” de 2 e 1 pence; entre 1816 e 1821, consolidação do padrão ouro com a libra (sovereign) de ouro (1817) e a restauração da conversibilidade das cédulas do Banco da Inglaterra, após cerca de 24 anos de “libra-papel” (1821).

1803-1815 Forte redução do número de estados alemães emissores de moeda; efêmera cunhagem do Grão ducado de Varsóvia (1806-1814); na Polônia sob domínio russo (1815-1914), 1 zlot = 15 kopeks; após 1815, confederação alemã com 39 estados autônomos e moedas próprias.

1808-1889 Na Espanha, até 1865, as moedas ainda representando 90% do meio circulante; adoção da peseta decimal em 1869; em Portugal, cunhagem denominada em réis e adoção do padrão-ouro em 1854; fim da cunhagem em ouro em 1889.

1815-1861 Na Itália, principais entidades territoriais com cunhagens diversas: Reino da Sardenha, Reino das Duas Sicílias, Grão ducado de Toscana e Reino Lombardo-Veneto, este sob domínio austríaco; nos Estados Pontifícios, farta cunhagem de ouro, prata e bronze e adoção do sistema decimal em 1866; na Grécia adoção da dracma, como moeda nacional; cunhagem russa inalterada e baseada no rublo de prata, com emissões de ouro e platina.

1834-1838 Após a formação do “Zollverein”, em 1834, adoção pela maioria dos estados alemães em 1837-1838 do thaler de 16,67g de prata; na Alemanha do sul, mantido o gulden de 9,52g de prata pura = 4/7 de conventionthaler; reavaliação do thaler em 30 “neugroschen”, “silbergroschen” ou groschen de bilhão na maioria dos estados alemães.

1857 Nos Estados Alemães, nova união monetária (“münzverein”), com um vereinsthaler, de 60 kreuzer, mantido com 16,67g de prata pura; em 1857 adoção do gulden austríaco, equivalente a 2/3 de “vereinsthaler”, e dividido em 100 kreuzers; introdução do krone de ouro substituindo o ducado, em vários estados alemães.

1852-1873 Durante o 2o Império, na França, cunhagem de ouro superior em volume à de todos os regimes anteriores; em 1873, moedas em circulação equivalentes a 5,9 bilhões de francos, contra 2,8 bilhões de papel-moeda e na Itália, em 1861-1862, cerca de 1,1 bilhão de liras em moedas em circulação, contra apenas 256 milhões em papel-moeda conversível.

1865-1914 União Monetária Latina (1865-1927), com sistema bimetálico, na prática substituído em 1878-1879 pelo padrão-ouro até 1914.

c. 1866-1883 Predominância da circulação de cédulas não conversíveis em vez de moedas de prata na Rússia e na Austro-Hungria (com cunhagens próprias à Hungria); entre 1866 e 1881-1883, curso forçado do papel-moeda na Itália; cunhagens independentes da Romênia (1867-), da Sérvia (1868-1915) e da Bulgária (1881-).

1871-1918 Indenização de guerra recebida pelo Império Alemão da França: 5 bilhões de francos; adoção do padrão-ouro após 1873 e transformação do Banco da Prússia no Reichsbank, mantendo com os bancos de quatro outros reinos o direito de emissão de

papel-moeda; preservação de cunhagens próprias dos Estados alemães, em ouro e em prata, até 1918.

1873-1914 União Monetária Escandinava (1873-1924), com adoção do padrão-ouro e emissões decimais, circulando livremente nos países-membros; adoção gradual do padrão-ouro na maioria dos países europeus, a Holanda já em 1873 e inclusive a Rússia em 1897; no final do séc. XIX, a Espanha com sistema monetário principalmente baseado em papel-moeda inconvertível, mas com 1,3 bilhões de pesetas em moedas em circulação em 1900; Itália e Austro-Hungria com a moeda nacional vinculada a moedas de países no padrão-ouro.

1906-1914 Cunhagem independente de Montenegro (1906-1914); em 1913, preferência marcada dos franceses pela moeda metálica ainda totalizando 9 bilhões de francos contra 5,7 bilhões de francos de papel-moeda; na Alemanha, as moedas metálicas representando cerca da metade dos 6,6 bilhões de marcos do meio circulante.

Módulo 23 - A Europa, *c.* 1789-1848

Nos primeiros anos da Revolução Francesa, uma monarquia constitucional foi mantida sob Luís XVI, que passou a cunhar como “Rei dos Franceses” (1). Com sua execução, em 1793, a França tornou-se uma república, que preservou inicialmente o sistema monetário anterior (2). Sob o “Diretório” (1795-1799), generalizou-se o sistema decimal, com a emissão de moedas de prata e de bronze denominadas em francos e suas subdivisões (3). Mas foi sob Napoleão, inicialmente 1º Cônsul (4) e depois imperador (5), que o franco ficou definitivamente estabelecido como unidade monetária da França, sendo também definida sua paridade legal com o ouro e a prata. A restauração dos Bourbons no trono francês, sob Luís XVIII (6) e depois sob Carlos X (51), e, após a revolução de 1830, o advento de Luís Filipe (52), não levaram a qualquer alteração do novo sistema monetário. O salário nominal diário de um trabalhador urbano não qualificado era em média de 1,80 francos no período de 1825 a 1834, de 2 francos de 1835 a 1844, e de 2,30 francos entre 1845 e 1854.

Na Grã-Bretanha, no final do séc. XVIII, continuara a emissão do guinea (7) e tinham-se cunhado moedas de bronze de grande módulo (8). Na primeira década do séc. XIX, o Banco da Inglaterra (9) e o Banco da Irlanda (10) fizeram emissões de emergência de moedas de 5 e 6 shillings com o retrato do rei. Mas, com o final das guerras napoleônicas, após as quais a Grã-Bretanha emergiu como a maior potência militar, colonial e econômica do mundo, foi emitido, em 1817, o soberano ou libra esterlina, como a nova unidade básica da cunhagem de ouro (48), e o país entrou, realmente, para o padrão-ouro em 1821, ao ficar estabelecida a plena conversibilidade das notas do Banco da Inglaterra em moedas de ouro. A libra também foi emitida em múltiplos, que incluíram grandes peças de 5 libras (49). Permaneceu a equivalência entre 20 shillings e uma libra (agora não mais uma moeda de conta), e a maior peça de prata era o crown (coroa) de 5 shillings (50).

Na Alemanha, entre 1803 e 1806, Napoleão impôs o fim do Sacro Império Romano Germânico e a formação da Confederação do Reno. Entre 1806 e 1814, após vencer a Prússia, Napoleão estabeleceu o “Bloqueio Continental” contra a Inglaterra. Criou também o reino da Vestfália, consolidação de vários pequenos estados independentes,

para o qual nomeou seu irmão Jerônimo (35) como rei (1807-1813). Outros estados, como a Prússia (33), a cidade de Hamburgo (34), o principado de Waldeck-Pyrmont (32) e a Baviera, a Saxônia e Wurttemberg preservaram suas próprias cunhagens, assim como Hanôver, que tinha como soberano o rei da Inglaterra (36). Mas após o Congresso de Viena, em 1815, ocorreu uma simplificação da situação territorial alemã, com a redução das mais de 300 entidades territoriais existentes em 1789 para 39 estados autônomos, todos membros da Confederação Alemã, sob a presidência honorífica da Áustria. Esses estados incluíam, além do reino de Hanôver (36) e da Prússia (67), os três reinos da Saxônia (68), da Baviera (69) e de Wurttemberg (70), além de principados e ducados, como Mecklenburg-Schwerin (66) e de cidades livres como Hamburgo, Bremen e Frankfurt.

Vencido por Napoleão - que casaria, em segundas núpcias, com sua filha, Maria Luiza -, Francisco II, ex-imperador do Sacro Império Germânico, tornou-se, em 1806, o imperador Francisco I da Áustria (37). Esse monarca teve também que aceitar a reconstituição, por Napoleão, do Grão-Ducado de Varsóvia, que produziu emissões próprias à Polônia (39), cuja cunhagem havia cessado, em 1795, com a destituição de Estanislau Augusto (38) e a partilha do país entre a Rússia, a Prússia e a Áustria.

A Revolução Francesa e o reinado de Napoleão também tiveram forte impacto sobre as emissões da Península Ibérica, da Itália e dos Países Baixos. Na Espanha, Carlos IV (1788-1808), que mantivera a mesma cunhagem de seus antecessores (15), foi deposto e substituído pelo irmão de Napoleão, José (1808-1813), que emitiu moedas em Madrid (16) e Barcelona (17), disputando o trono com Fernando VII (1808-1833), filho de Carlos IV, que também fez cunhagens no período (18), e que, com a derrota de Napoleão, reinaria até 1833 (53), sendo sucedido por Isabel II (54). Em Portugal, o príncipe regente D. João VI prosseguiu, no início do séc. XIX, com emissões do cruzado novo de prata (19) e da peça de 6.400 réis de ouro (20). Sua relutância em implantar o “Bloqueio Continental” viria a ser um dos pretextos para a invasão francesa de Portugal (1807) e a partida da família real para o Brasil. Encerradas as hostilidades, D. João VI retornou a seu país e seu falecimento, em 1826, deu origem a um período conturbado em que sucederam-se as cunhagens de D. Pedro IV, I do Brasil (55), de seu irmão D. Miguel I (56), e, finalmente, de D. Maria II, que, após sua confirmação no trono (1834-1855), emitiu a peça de 6.400 réis de ouro já com o valor de 7.500 réis (57).

Durante as guerras revolucionárias e napoleônicas, significativas redistribuições de territórios ocorreram na Península Italiana. Sob a impulsão dos exércitos revolucionários franceses, criaram-se as efêmeras repúblicas Cisalpina (24) e Subalpina (25), e ocorreu, em Roma, uma revolta republicana contra o Papa (27), logo reprimida. Veneza, após emitir os seus últimos ducados ou zecchinos (21), foi absorvida pela Áustria. Gênova ainda emitiu grandes peças de prata (23), e, especialmente, de ouro (22), antes de ser transformada por Napoleão na República da Ligúria. Seria depois brevemente incorporada ao Reino da Itália (1805-1814), constituído por Napoleão (26), tendo sido absorvida pelo Reino da Sardenha após 1815. O reino de Nápoles e da Sicília, antes sob os Bourbons (28), foi desmembrado, e Nápoles passou para José Bonaparte (29) e depois para o marechal J. Murat (30). Em 1815-1816, Fernando IV foi restaurado no trono de Nápoles, reunido à Sicília para reconstituir o Reino das Duas Sicílias. Com a derrota de Napoleão, sua ex-mulher, Maria Luiza (31), recebeu o Ducado de Parma (1815-1847). O Reino da Sardenha emergiu, então, como o principal reino italiano (58, 59), mas outros estados independentes perduraram no centro-norte,

como o Grão-ducado da Toscana (60) e o Reino Lombardo-Veneto, sob a Áustria, no qual os revolucionários mal sucedidos de 1848 produziram emissões efêmeras tanto em Milão (62) como em Veneza (63).

A Grécia alcançou a sua independência do Império Otomano após a revolução de 1821-1827. As primeiras emissões do governo provisório de João Capodistria (64), seguiram-se as do rei Oto I (65), filho do soberano da Baviera. Na Suíça, a Revolução Francesa ocasionou, durante um breve momento, a formação da República Helvética (42), sucedida, em 1803, pela Confederação Helvética. Vários cantões mantiveram emissões próprias (41, 43) e, em 1814, foram recuperados da França o Valais, Neuchâtel e Genebra, e, após um período em que continuaram as emissões autônomas dos cantões (71, 72), formou-se, em 1848, um verdadeiro estado federal, com uma cunhagem unitária a partir da década de 1850.

As guerras revolucionárias arruinaram as Províncias Unidas, cujas emissões provinciais (12) foram sucedidas pelas da efêmera República Batava (13), depois transformada em reino, finalmente anexado à França (1810-1815). Os Países Baixos Austríacos (a Bélgica de hoje) tinham-se sublevado, sem sucesso, contra a Áustria em 1790 (14) e, após o Congresso de Viena, foram incorporados, juntamente com as antigas Províncias Unidas, num novo Reino dos Países Baixos (46). Uma revolução, em 1830, resultou na formação do Reino da Bélgica, separado do reino dos Países Baixos (47). Após intervenções inglesas, o reino da Dinamarca tornou-se aliado de Napoleão, mas foi arruinado pelo “Bloqueio Continental” e perdeu a Noruega para a Suécia, em 1814. Gustavo IV Adolfo da Suécia (11) abdicou após ter tido que abandonar a Finlândia em favor da Rússia, em 1808. Seu sucessor, Carlos XIII, adotou o Marechal francês, Bernadotte, que se juntaria à coalização contra Napoleão em 1813 e reinaria com o nome de Carlos João (1818-1844), emitindo moedas para a Noruega (44) e para a Suécia (45), separadamente.

A Áustria, sob o ministério de Metternich, e a Rússia, sob Alexandre I (40), saíram fortalecidas do Congresso de Viena. O imperador Francisco I da Áustria continuaria a emissão dos tradicionais thalers de prata (73), e seria sucedido por Ferdinando I (74), que iria enfrentar as revoluções de 1848 e a revolta da Hungria. A Rússia e a Áustria toleraram a existência da cidade livre polonesa de Cracóvia (1815-1846), que cunhou moeda própria (75), e a Rússia criou emissões específicas para a Polônia (76), em grande parte incorporada ao seu império. Permitiu também cunhagens na Geórgia (77) e manteve, em seu próprio território, emissões de ouro, do rublo de prata (79) e de suas subdivisões de prata e cobre, além de uma interessante cunhagem de platina (78).

Módulo 24 - A Europa, c. 1848-1914

As revoluções de 1848 provocaram certas mudanças legais, mas não alteraram duradouramente o caráter monárquico da Europa em meados do séc. XIX. Na França, a 2ª República (12) levou à eleição de Luís Napoleão Bonaparte como presidente (13), cedo tornado o imperador Napoleão III (14). Este promoveu a União Monetária Latina de 1865, através da qual a França, a Itália, a Bélgica, a Suíça, e depois a Grécia, concordaram em harmonizar suas cunhagens de ouro e de prata em termos de módulos, teor de pureza e peso. Somente após a derrota para a Prússia, a França se consolidaria como a primeira república do continente, mantendo as emissões de ouro (50, 51) e de

prata (15) sem alterações no sistema monetário e na paridade do franco. Na prática, no entanto, após 1878, a prata foi desmonetizada para grandes pagamentos, e cessou a emissão das peças de 5 francos, representando o abandono do sistema bimetálico e a adesão ao padrão-ouro pela França, seguida pela Bélgica e outros países europeus como Mônaco (52). A indenização de guerra paga pela França, por sua vez, facilitaria a transição do Império Alemão para o padrão-ouro.

Na Hungria, onde os revolucionários emitiram moedas de cobre até 1849 (33), a revolta foi abafada com o auxílio russo, já sob o imperador Francisco José, que reinaria de 1848 a 1916, e que, em 1867, criaria a monarquia dual Austro-Húngara, com emissões separadas para os reinos da Áustria (34, 35, 36, 61, 62) e da Hungria (37, 63, 64).

Nos países nórdicos, a Suécia manteve emissões separadas para a Noruega (1), e a Dinamarca cunhou belos dalers de prata (3), equivalentes a 96 skilling, semelhantes em módulo ao riksdaler sueco (2). Já no séc. XX, em 1905, a Noruega tornou-se independente sob Haakon VII (1905-1957), que adotou o krone (42) de prata decimal como unidade básica, enquanto a Suécia e a Dinamarca continuaram emitindo respectivamente o krona (43) e o krone (44) e seus múltiplos e subdivisões, também no sistema decimal, introduzido a partir de 1874. Em 1910, um trabalhador urbano não qualificado ganhava, em média, 3 krone/dia na Noruega, e 3,2 kronor na Suécia, entre 1911 e 1913.

O reino dos Países-Baixos manteve a emissão de guilders (florins) de prata, equivalentes a 100 cents, bem como de seu curioso múltiplo de 2 ½ guilders sob Guilherme III (8) e Guilhermina (48). A Bélgica, que também adotara o sistema decimal em 1830, emitiu francos de prata (9) e de ouro (10) semelhantes ao franco francês. O Luxemburgo, temporariamente sob Guilherme III da Holanda (11), e depois com sua autonomia plenamente reconhecida, preservou a sua cunhagem própria (49).

A Grã-Bretanha, durante o longo reinado da rainha Vitória, manteve inalterado o seu sistema monetário, com belas moedas de ouro comemorativas (7), e cunhagens regulares de ouro (45), prata (4) e bronze (5), e emissões específicas de bronze para suas dependências européias como Jersey (6), Guernsey e a ilha de Man. O mesmo sistema prevaleceria sob Eduardo VII (46, 47). Em 1867, estimava-se que apenas 15% dos trabalhadores manuais ganhavam mais de 28 shillings e até 2 libras por semana, enquanto mais da metade, tanto no campo como na cidade, ganhava de 10 a 12 shillings. Houve um ganho de salário real de mais de 80% entre 1850 e 1900, com uma posterior estabilização. Em 1913-1914, um homem adulto ganhava em média, por uma semana de 54 horas, cerca de 30 shillings (ou 77 libras/ano, se plenamente empregado), enquanto uma mulher empregada na indústria, pelas mesmas horas de trabalho, ganhava apenas 13 shillings e 6 pence (ou 35 libras por ano). Somente 6% da população deixavam alguma herança ao morrer, mas apenas 4% deixavam mais de 300 libras.

A Espanha enfrentaria tempos conturbados sob Isabel II (1833-1868), com diversos golpes de estado, que se refletiriam sobre a cunhagem. No início do reinado, 16 reales de prata (de 34 maravedis de cobre) eram equivalentes a um escudo de ouro. Mas foi também introduzido um sistema paralelo, no qual 20 reales de vellón equivaliam a 8 reales de prata, e, finalmente, de 1864 a 1868, o sistema de um escudo de 100 centimos. Isabel emitiu peças de prata de 20 reales (17) e, no final do reinado, peças de ouro denominadas em escudos (16). Seguiu-se o período do governo provisório, já sob um

novo sistema de uma peseta dividida em 100 centimos (18), ao qual sucedeu o breve reinado do príncipe italiano Amadeu I (19) e, finalmente, a restauração sob os Bourbons, que mantiveram emissões de ouro (20) e de prata (53) em pesetas. Em Portugal, os últimos monarcas cunharam, com base no sistema decimal denominado em réis criado em 1835, moedas de cobre, de prata (21, 54) e de ouro (22) - estas somente até 1889. Com o advento da república em 1910, emitiu-se, em 1914, um escudo de prata comemorativo (55), a nova unidade monetária dividida em 100 centavos.

Na segunda metade do séc. XIX, ocorreu a unificação da Itália, que também absorveu os Estados Pontifícios. Os papas mantiveram uma cunhagem própria (25) até 1870, assim como o Reino das Duas Sicílias (23) e o Reino Lombardo-Veneto, sob a Áustria (24), até 1859 e 1866, respectivamente. A partir de 1861, o rei da Sardenha, Vítor Emanuel (1861-1878) iniciou, como rei da Itália, emissões (26) que, sob os seus sucessores (65, 66), circulariam por todo o território italiano, sobrevivendo apenas as cunhagens do pequeno enclave da República de San Marino (67).

Na Alemanha de hoje, onde a União Aduaneira (“Zollverein”) havia estreitado, a partir de 1834, os laços comerciais entre muitos Estados, a unificação política ocorreria como consequência da guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Anteriormente, vários Estados tinham emitido belas peças de 2 thalers, como Hesse-Cassel, Nassau e Hanôver (28, 29, 31), de cerca de 37g, frações (30) e o thaler, como Frankfurt (27) e a Prússia (32), esses últimos já sob a denominação de “vereinsthaler” ou thalers da união, de módulo mais reduzido (e pesando 18,5g). Com a fundação do Reich ou Império Alemão, a unidade monetária básica passou a ser o marco de prata (59), dividido em 100 pfennig, cunhado apenas pelo governo central. Entre 1871-1875 e 1911-1913, o salário diário médio de trabalhadores urbanos não qualificados na Alemanha aumentou de cerca de 2,3 para 4,1 marcos. Em 1900, o salário diário de estivadores nos portos de Kiel e Bremerhaven era de 2,7 a 3 marcos e o de um operário da indústria química era de 120 marcos por mês. Em Hamburgo, vendedores de lojas ganhavam 100 marcos por mês em 1908. Após 1872, os Estados mantiveram o direito de emitir múltiplos de marco em prata, como os 5 marcos de Hamburgo (60), e em ouro, como os 10 marcos de ouro da Baviera (57) e os 20 marcos da Prússia (56, 58), cujo rei acumulava o título de imperador. Na vizinha Suíça, cessaram as emissões autônomas dos cantões, substituídas pela cunhagem federal denominada em francos (38), divididos em 100 centimes.

Nos Bálcãs, ocorreram diversas mudanças políticas importantes, geralmente em detrimento do Império Otomano. O principado da Romênia tornou-se independente em 1866, cunhando moeda própria (39), e transformando-se, depois, em reino, com emissões de prata e da pouco usual denominação de ouro de 12 ½ Lei (71). A Sérvia tornar-se-ia um reino (69), assim como a Bulgária (70), juntando-se à Grécia, onde Jorge I (68) teve um longo reinado. Esses novos países teriam conflitos entre si e com o Império Otomano durante as chamadas Guerras Balcânicas (1911-1913).

O Império Russo, onde a servidão somente foi abolida em 1861, preservou um regime autocrático até a Revolução de 1905. Alexandre II cunhou rublos para circulação geral no império (40) e uma emissão específica para a Finlândia (41), mas morreu assassinado. Alexandre III (72) não fez alterações nas cunhagens, mas seus ministros buscaram implementar uma reforma fiscal e a estabilização do rublo. O Império Russo aderiu plenamente ao padrão-ouro sob o reinado de Nicolau II (1894-1917), que manteve o sistema monetário russo inalterado, cunhando bonitas peças de um rublo de

prata comemorativas (73), antes de ser deposto pela Revolução de 1917, após a qual foi fuzilado.

V-4 A Europa, c. 1914-2000

EVENTOS HISTÓRICOS

1914-1918 1ª Guerra Mundial; entrada da Itália (1915) e dos EUA (1917) na Guerra; Revolução (1917), fim da monarquia e Guerra Civil (1918-1921) na Rússia.

1918-1921 Fim dos Impérios Austro-Húngaro e Alemão; criação da Tchecoslováquia; independência da Hungria, Iugoslávia e Polônia; a Áustria e a Alemanha transformadas em Repúblicas; Tratado de Versalhes; início de longa crise econômica na Grã-Bretanha; criação da Liga das Nações (1920); Tratado de Sèvres; Tratado de Riga entre a Polônia e a União Soviética; Estado Livre da Irlanda.

1922-1929 Mussolini no poder (1922); ocupação da Ruhr e hiperinflação na Alemanha (1923); morte de Lênin (1924) e Stalin no poder na União Soviética; Conferência de Locarno; Alemanha na Sociedade das Nações; Pacto Kellog-Briand (1928); criação do Estado do Vaticano; início da Crise Econômica Mundial (1929).

1930-1936 Evacuação da margem esquerda do Reno e Conferência de Desarmamento em Genebra; Conferência de Lausanne e fim das Reparações alemãs; agravamento da recessão mundial (1932); Salazarismo em Portugal (1932-1968); Hitler, Chanceler do Reich (1933) e saída da Alemanha da Liga das Nações; remilitarização da Renânia.

1936-1939 Início dos grandes Processos de Moscou; a Frente Popular no governo da França; Guerra Civil Espanhola (1936-1939); proclamação do Eixo Roma-Berlim; Anschluss (anexação) da Áustria pela Alemanha; crise e anexação dos Sudetos, Conferência de Munique e ocupação alemã da Tchecoslováquia; ocupação da Albânia pela Itália; invasão alemã da Polônia e início da 2ª Guerra Mundial; invasão da Finlândia pela União Soviética.

1939-1945 2ª Guerra Mundial; invasão alemã da Bélgica, Holanda, Dinamarca e Noruega; entrada da Itália na Guerra; capitulação da França (1940); invasão alemã da União Soviética (1941); invasão anglo-americana da Itália; desembarque na Normandia e libertação de Paris (1944); suicídio de Hitler; capitulação da Alemanha; bombardeio atômico e capitulação do Japão; Carta das Nações Unidas (1945); Zonas de ocupação na Alemanha e na Áustria.

1947-1952 Plano Marshall (1947); agravamento da “Guerra Fria”; separação das duas Alemanhas; na Europa Oriental, consolidação de repúblicas socialistas ou populares, unidas pelo COMECON, Conselho de Ajuda Econômica Mútua; a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949); Comunidade Econômica Européia do Carvão e do Aço (1951); ascensão de Elizabete II na Inglaterra (1952) e morte de Stalin (1953).

1955-1957 Pacto de Varsóvia; desocupação da Áustria; Khrushchev no poder na União Soviética; repressão da Revolução Húngara; Comunidade Econômica Européia (CEE) ou “Mercado Comum Europeu” (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo); De Gaulle presidente da França (1959-1969); Associação Européia de Livre Comércio (1960).

1961-1969 Muro de Berlim (1961); Concílio Vaticano II (1961-1965); Brejnev e Kossyguin no poder na União Soviética (1964); repressão, pelo Pacto de Varsóvia, da “Primavera de Praga”.

1973-1979 Ampliação da CEE (com Dinamarca, Irlanda e Reino Unido); Conferência de Segurança de Helsínqui (1975); democratização de Portugal (1974-1975) e da Espanha (1975), após a morte de F. Franco, sob o novo rei Juan Carlos I; João Paulo II, papa e morte de Aldo Moro (1978); las eleições diretas para a Assembléia das Comunidades Europeias (1979); ascensão de M. Thatcher e reformas econômicas no Reino Unido (1979-1990).

1980-1986 Sindicato “Solidariedade” na Polônia; a Grécia na CEE (1981); reformas de Gorbatchev na U.R.S.S.; criação da Organização Mundial do Comércio (O.M.C.) e entrada de Portugal e Espanha na CEE; presidência de Mitterand na França (1981-1995).

1989-1991 Fim do regime comunista na Polônia; e na Hungria; queda do muro de Berlim; execução de N. Ceausescu na Romênia e eleições multipartidárias na Hungria, Alemanha Oriental, Iugoslávia, Tchecoslováquia (V. Havel), Polônia (L. Walesa) e repúblicas baltas; reunificação da Alemanha.

1991-1993 Guerra do Golfo com intervenção de tropas europeias sancionada pelas Nações Unidas; dissolução da União Soviética, independência das repúblicas-membro e formação da Comunidade de Estados Independentes (CEI); fim do Pacto de Varsóvia; nova Constituição na Rússia e Ieltsin presidente; guerra civil na ex-Iugoslávia, após a declaração de independência da Eslovênia, da Croácia, e depois, da Bósnia e da Macedônia; separação das repúblicas Tcheca e Eslovaca.

1993-2000 Consolidação da União Europeia a partir do Tratado de Maastricht, com o ingresso da Áustria, Finlândia e Suécia (1995); intervenção da OTAN na Bósnia; T. Blair 1o Ministro trabalhista no Reino Unido, após 18 anos de governo conservador; acordo de paz na Irlanda do Norte e crise econômica da Rússia (1998); crise de Kosovo e bombardeio da Iugoslávia pela OTAN.

1955-1957 Pacto de Varsóvia; desocupação da Áustria; Khruchtchev no poder na União Soviética; repressão da Revolução Húngara; Comunidade Econômica Europeia (CEE) ou “Mercado Comum Europeu” (Alema-nha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo); De Gaulle presidente da França (1959-1969); Associação Europeia de Livre Comércio (1960).

1961-1969 Muro de Berlim (1961); Concílio Vaticano II (1961-1965); Brejnev e Kossyguin no poder na União Soviética (1964); repressão, pelo Pacto de Varsóvia, da “Primavera de Praga”.

1973-1979 Ampliação da CEE (com Dinamarca, Irlanda e Reino Unido); Conferência de Segurança de Helsínqui (1975); democratização de Portugal (1974-1975) e da Espanha (1975), após a morte de F. Franco, sob o novo rei Juan Carlos I; João Paulo II, papa, e morte de Aldo Moro (1978); las eleições diretas para a Assembléia das Comunidades Europeias (1979); ascensão de M. Thatcher e reformas econômicas no Reino Unido (1979-1990).

1980-1986 Sindicato “Solidariedade” na Polônia; a Grécia na CEE (1981); reformas de Gorbatchev na U.R.S.S.; criação da Organização Mundial do Comércio (O.M.C.) e entrada de Portugal e Espanha na CEE; presidência de Mitterand na França (1981-1995).

1989-1991 Fim do regime comunista na Polônia e na Hungria; queda do muro de Berlim; execução de N. Ceausescu na Romênia e eleições multipartidárias na Hungria, Alemanha Oriental, Iugoslávia, Tchecoslováquia (V. Havel), Polônia (L. Walesa) e repúblicas bálticas; reunificação da Alemanha.

1991-1993 Guerra do Golfo com intervenção de tropas européias sancionada pelas Nações Unidas; dissolução da União Soviética, independência das repúblicas-membro e formação da Comunidade de Estados Independentes (CEI); fim do Pacto de Varsóvia; nova Constituição na Rússia e Ieltsin presidente; guerra civil na ex-Iugoslávia, após a declaração de independência da Eslovênia, da Croácia, e depois, da Bósnia e da Macedônia; separação das repúblicas Tcheca e Eslovaca.

1993-2000 Consolidação da União Européia a partir do Tratado de Maastricht, com o ingresso da Áustria, Finlândia e Suécia (1995); intervenção da OTAN na Bósnia; T. Blair 1o Ministro trabalhista do Reino Unido, após 18 anos de governo conservador; acordo de paz na Irlanda do Norte e crise econômica da Rússia (1998); crise de Kosovo, bombardeio da Iugoslávia pela OTAN e força de paz.

EVENTOS MONETÁRIOS

1914-1918 Com o início da 1a Guerra Mundial, fim da operação plena do padrão-ouro na Europa; com a emissão de cédulas do Tesouro inglês de 1/2 e de 1 libra, fim não-oficial da circulação de moedas de ouro na Inglaterra; na Alemanha, proibição das transações com ouro; emissões de papel-moeda nos países beligerantes; emissões locais de emergência, de moedas de metal não precioso e/ou de notas de baixa denominação (conhecidas como “notgeld”).

1918-1924 Principais economias européias fora do padrão-ouro; adoção de taxas de câmbio flutuantes; surgimento de novos países com o desmembramento dos impérios Austro-Húngaro e Russo, com novas moedas; hiperinflação na Áustria, na Hungria, na Alemanha e na U.R.S.S.; estabilizações com o schilling, o pengö, o reichsmark e o rublo como denominações nacionais.

1924-1927 Dissolução da União Monetária Escandinava pela Suécia; volta do Reino Unido ao padrão-ouro, (1925) e de vários países a um novo tipo de padrão-ouro, o “gold exchange standard”, com reservas em moedas de outros países com moeda conversíveis.

1928-1929 Retorno da França ao padrão-ouro, juntando-se a cerca de outros 45 países do mundo; meio circulante dos países europeus composto predominantemente de papel-moeda, com moedas servindo para pequenos pagamentos; mesmo na França, em 1929, valor das moedas em circulação equivalente a apenas 2% do meio circulante; no mundo, somente a Inglaterra, Alemanha, França (e EUA) com sistemas puros de padrão-ouro, com reservas de ouro para cobrir a conversibilidade do papel-moeda em circulação; na Bélgica, Holanda e Suíça, conversibilidade interna com limitações.

1929-1939 Com a Crise Mundial de 1929, gradual abandono do padrão-ouro: inicialmente pela Áustria e Alemanha, seguidas pelo Leste Europeu; suspensão da conversibilidade no Reino Unido (Set. 1931) e criação da “Sterling Area”, incluindo os países escandinavos, Portugal e os membros do Commonwealth, com suas moedas vinculadas à libra esterlina.

1932-1936 No mundo, abandono do padrão ouro por mais de 20 países até 1932; fim da conversibilidade na Tchecoslováquia (1934), Bélgica (1935), França, Holanda e Suíça (1936); com o abandono do padrão-ouro, adoção de taxas de câmbio flutuantes.

1939-1945 2a Guerra Mundial: numerosas cunhagens em zinco e alumínio em territórios ocupados; inflação nos principais países beligerantes europeus e forte emissão de papel-moeda.

1944-1949 Hiperinflação na Grécia, Hungria e Romênia; na Hungria, em 1946, papel-moeda com maior denominação na História: 100 mil bilhões de pengo!; após a estabilização adoção do forint ; em 1948, o reichsmark substituído pelo “deutsche mark” (DM), na relação de 10:1, na Alemanha Ocidental, e pelo marco da Alemanha Oriental; desvalorização da libra esterlina em 30% e fim das cunhagens de moedas de prata para circulação no Reino Unido.

1944-1959 Acordo de Bretton Woods, prevendo paridades fixas para as moedas européias com o dólar americano no pós-guerra; em muitos países europeus conversibilidade adiada até 1959.

1960-1970 Na França, introdução do novo franco equivalente a 100 francos antigos (1960); emissões de moedas de prata para grande circulação na França, Alemanha, Suíça, Áustria, Espanha, Holanda, Itália, Grécia, entre outros, abandonadas gradualmente até o final da década ou no início da seguinte.

1971-1973 Adoção da libra decimal no Reino Unido e flutuações das principais moedas européias com o abandono das regras de Bretton Woods, em função da suspensão da conversibilidade e da flutuação do dólar.

1990 Tratado de união monetária entre as duas Alemanhas com regras de conversão de marcos orientais em ocidentais.

1990-2000 Com o desmembramento da União Soviética e da Iugoslávia e independência de várias repúblicas, surgimento de novas denominações nacionais.

1993-1994 República Tcheca e República Eslovaca com moedas próprias; em 1993, na Casa da Moeda inglesa, produção de 3,5 bilhões de moedas e discos para futura cunhagem em 70 países; 63% das transações de valor superior a 1 libra no Reino Unido efetuadas com moedas ou papel-moeda; em 1994, 17 bilhões de moedas em circulação, correspondendo a 9% do meio circulante britânico.

1999-2002 Utilização preliminar (1999) e exclusiva (2002) do “euro” na União Européia; cunhagem de bilhões de moedas e de cédulas nas novas denominações e desmonetização das antigas.

Módulo 25 - A Europa, c. 1914-1945

Durante a 1ª Guerra Mundial, vários Estados mantiveram, por algum tempo, sua cunhagem inalterada, como a França (12), a Grã-Bretanha (8) e Portugal (21). Mas, durante a fase final do conflito, e até 1922 surgiram emissões de emergência, de caráter local, na França e na Alemanha, como as moedas de porcelana da Saxônia (31). No período da Grande Inflação Alemã, cunharam-se valores elevados como o dos 10.000 marcos da Vestfália (32) e denominações de até centenas de milhares de marcos em alumínio. A estabilidade foi restabelecida com um novo marco, o rentenmark, dividido em 100 rentenpfening (33), equivalente a 1 trilhão de antigos marcos de papel-moeda, logo transformado em reichsmark. Essa nova unidade foi emitida em prata, cunhando-se também belas peças de 3 e 5 marcos de prata (34) e diversas peças comemorativas, homenageando, entre outros, o Conde Zeppelin (35) e Martinho Lutero (36). Com a crise econômica mundial, a partir de 1929, e a ascensão do Partido Nazista, em 1933, o módulo das moedas de prata (37) foi reduzido e a cunhagem, nesse metal, cessou durante a 2ª Guerra Mundial limitando-se ao zinco e ao alumínio.

Os países nórdicos, neutros durante a 1ª Guerra Mundial, participaram das dificuldades do pós-guerra, refletidas no uso de novos metais como o níquel, na Noruega (1), e o bronze-alumínio na Dinamarca (3), até mesmo para a unidade monetária, enquanto a Suécia preservava emissões de krona de prata (2). A Suíça, que permaneceria neutra nas duas Guerras Mundiais, manteve inalterada, durante as décadas de 1920 e 1930, sua cunhagem de prata de 1 franco (39) e de 2 francos, mas as moedas de 5 francos do período 1922-1928 (40), de 25g, foram reduzidas, na década seguinte, a peças de 15g. Cunharam-se, também, 10 e 20 francos de ouro (38).

Os Países Baixos mantiveram a emissão de guldens de prata e seus múltiplos (4) até a ocupação nazista alemã, durante a 2ª Guerra, quando somente foram cunhadas peças de zinco (5). Na Bélgica, nos anos 1920, com a desvalorização da moeda, recorreu-se ao níquel para as emissões do franco, e à prata somente para moedas de 20 a 50 francos, e ao cupro-níquel para os centimes (6), que seriam todas substituídas por peças de zinco durante a 2ª Guerra Mundial. Também em Luxemburgo, o franco passou a ser emitido em níquel nos anos 1920 (7). Iniciaram-se as cunhagens da Irlanda Independente (11), mantendo-se inalteradas as denominações britânicas (9, 10) mas com teor de prata mais baixo.

Na França, a Câmara de Comércio emitiu moedas de 1/2 e 1 franco (13) e de 2 francos de bronze-alumínio no período de 1920 a 1928. Após um período de inflação, foi implementado um plano de estabilização em 1926. O governo central emitiu então moedas de 1/2, 1 e 2 francos de bronze-alumínio até 1939 e moedas de 5 francos de níquel, e de 10 e 20 francos (14) de prata baixa (com grau de pureza de 68%). Durante a 2ª Guerra Mundial, as cunhagens restringiram-se ao zinco e ao alumínio (15), e os aliados emitiram, em 1944, moedas de 2 francos de latão (16). Em Mônaco, onde o metal e a denominação das cunhagens acompanharam os das emissões francesas, foram produzidas moedas de bronze-alumínio e, depois, de alumínio (17).

Na Espanha, no final do reinado de Afonso XIII, cunharam-se apenas centimos de cupro-níquel (18). Com a república (1931-1939), emitiram-se ainda pesetas de prata (19). O novo regime franquista ou “nacionalista”, enfrentando inicialmente sérias

dificuldades econômicas, limitou-se a cunhar moedas de alumínio (20) e de bronze-alumínio até o final da 2ª Guerra Mundial. Em Portugal, durante os anos 1920, o escudo de prata (21) foi substituído por peças de bronze-alumínio, e depois de níquel-bronze (23). Sob o “Estado Novo” de Salazar, foi emitida, em 1928, uma moeda comemorativa de 10 escudos (22) e, na década de 1930, adotou-se o tipo da caravela para as cunhagens de prata de 2 1/2, 5 e 10 escudos (24), que perdurariam nas duas décadas seguintes.

Na Itália, a partir de 1922, o partido fascista controlou o poder, preservando a monarquia, e o símbolo das “fascas” já aparecia em moedas de 1923 (25). Os 25 anos de reinado de Vítor Emanuel III motivaram a emissão de belas peças de ouro (26), e moedas de prata baseadas em tipos do Império Romano continuaram a ser cunhadas nos anos 1930 (27). A partir do início da 2ª Guerra Mundial, recorreu-se ao aço inoxidável como metal monetário (28). A partir do Tratado de Latrão, de 1929, foram reconhecidas, pela Itália, a soberania e a independência do Estado do Vaticano, que logo iniciou uma nova cunhagem (29). Em paralelo, a República de San Marino continuou a ter moedas próprias (30). A Grécia tornou-se república em 1925, com emissões limitadas de cupro-níquel (50) e de prata entre 1926 e 1930. A restauração da monarquia em 1935 não resultou em cunhagens até a 2ª Guerra Mundial, durante a qual o país foi invadido pela Itália em 1940 e pela Alemanha, em 1941.

A Áustria, república em 1920, enfrentou uma hiperinflação, cunhando moedas de até 1.000 kronen (41). Após a estabilização, com a adoção do schilling, equivalente a 10.000 antigos krone de papel-moeda, o país voltou a emitir moedas de ouro (42) e de prata, com uma série de moedas comemorativas de 2 e de 5 schillings (43), interrompida pela sua anexação pela Alemanha nazista, em 1938. A Hungria, depois da República Socialista de 1919, foi restaurada como monarquia em 1920, sob a “regência” do Almirante Horthy, e também enfrentou uma hiperinflação. A partir de 1925-1926, foi introduzido o Pengo, dividido em 100 filler e equivalente a 12.500 antigos krone de papel-moeda, e foram cunhadas belas peças de prata comemorativas de S. Estevão (44) e do Almirante Horthy. A república Tcheco-eslovaca também emergiu do desmembramento do Império Austro-Húngaro, adotando, como sua unidade monetária, a koruna, dividida em 100 haleru (45). Foram emitidas diversas moedas de prata comemorativas, inclusive em homenagem ao presidente Masaryk (46). Em 1939, a Tchecoslováquia, foi desmembrada entre o protetorado alemão da Boêmia-Morávia e a “república” Eslovaca, estado-títere sob influência alemã.

Nos Bálcãs, a Albânia tornou-se independente, inicialmente como república, e depois como reino sob Zog I (1928-1939), que fazia emissões em níquel (51) e em prata, evocando tipos da Grécia Antiga, interrompidas pelas invasões italiana e alemã, entre 1939 e 1944. A Iugoslávia surgiu como o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovênios, tendo como unidade monetária o dinar, dividido em 100 “para”. Alexandre I cunhou o 1/2, 1 e 2 dinares em níquel-bronze (52), e, nos anos 1930, moedas de prata de 10, 20 e 50 dinares. Pedro II (1934-1945) emitiu moedas de bronze-alumínio (53) e de prata em 1938, mas a cunhagem iugoslava cessaria durante a 2ª Guerra Mundial até 1945, quando iniciaram-se as emissões republicanas, já sob o Marechal Tito. A Bulgária permaneceu como uma monarquia sob Bóris III (1918-1943), que emitiu moedas em vários metais, inclusive prata (54). Esse foi também o caso da Romênia sob Ferdinando I (55) e seus sucessores.

Com o fim da 1ª Guerra Mundial e as guerras revolucionárias na Rússia, a Polônia independente fez extensa cunhagem de prata com tipos comemorativos (48) e para circulação corrente, inclusive com o busto do Marechal Pilsudski (49), e Danzig (Gdansk) cunhou moeda própria (47). A Finlândia também tornou-se independente, e, às emissões do Império Russo (56), mantidas até 1917, seguiram-se cunhagens com as armas da nova república (57). As repúblicas bálticas da Letônia (60, 61), Lituânia (62) e Estônia (63) também se separaram do antigo Império Russo, com cunhagens próprias. O restante desse império foi incorporado na U.R.S.S., que, após um período de hiperinflação, fez uma emissão isolada de um belo rublo de prata em 1924, já com os tipos refletindo o regime socialista (58). A partir de meados dos anos 1920, o governo central cunhou diversas peças divisionárias em cupro-níquel (59) e bronze-alumínio, até o fim da 2ª Guerra Mundial.

Módulo 26 - A Europa, c. 1945-2002

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, numa primeira fase, vários países retomaram cunhagens de prata com valores de face compatíveis com o seu valor intrínseco. Alguns inclusive, como a Suíça, entre 1945 e 1949, e o Reino Unido sob Elizabete II (1952 -), e o Liechtenstein (47), ainda emitiram dezenas de milhões de moedas de ouro, para entesouramento ou reservas bancárias, mas não para circulação. Mas a partir do final dos anos 1960, e com o fim da paridade do dólar americano com o ouro, as emissões em metais preciosos foram principalmente comemorativas.

Em 1944, a Islândia tornou-se uma república, independente do reino da Dinamarca, com o krone como sua unidade monetária (1). Os países escandinavos, no pós-guerra, confirmaram a sua posição entre as mais ricas nações do mundo. Todos cunharam moedas comemorativas de prata nos anos 1960 e início de 1970, notadamente a Suécia (2) e a Noruega (6, 7), em paralelo a emissões em metais não-preciosos (3-5, 8). No Reino Unido, a partir de 1947, as moedas correntes passaram a ser de bronze ou de cupro-níquel, inclusive os crowns ou coroas (9), cuja emissão de 1965 incluiu excepcionalmente o retrato de Churchill (10). A partir de 1968, o Reino Unido adotou o sistema decimal (com 1 libra = 100 pence) e o país não entrou para o sistema do “euro”, mantendo cunhagem própria (11). A Irlanda seguiu as mudanças monetárias do país vizinho, com o sistema decimal a partir de 1969 (12), mas aderiu ao euro.

A Holanda manteve uma cunhagem regular de prata até o início dos anos 1970, incluindo peças de 10 guilder (13). Mas, após 1966, as moedas de prata de 1 e 2 ½ guilders foram substituídas por peças idênticas em níquel (14), e as emissões mais recentes foram em bronze revestido de níquel. Na Bélgica, também circularam no pós-guerra moedas de 100 francos (15) bem como de 50 e 20 francos de prata, pelo menos até o início dos anos 1970. Para as denominações mais baixas adotou-se o cupro-níquel, o níquel (16) e mais recentemente o bronze (17), antes da passagem para o Euro, ocorrendo evolução semelhante também no Grão-Ducado de Luxemburgo (18).

Na França, os tipos do pré-guerra foram mantidos inicialmente, mas em cupro-níquel, não mais em prata, no caso do 10 francos (19), ou em alumínio em vez de níquel ou bronze-alumínio. Nos anos 1950, houve emissões de até 100 francos de cupro-níquel, substituídas em 1960 pelo novo franco de níquel (21), igual a 100 francos antigos, com múltiplos de prata, como o 5 francos (20), destinados à circulação. A França continuou

cunhando, após o início dos anos 1970, peças comemorativas de prata com valor intrínseco e de face compatíveis com a sua circulação (22). Em paralelo, em diversos anos das décadas de 1980 a 1990, peças comemorativas de níquel, de 1, 2 e 5 francos, notadamente com o busto de De Gaulle (23), foram colocadas em circulação até as vésperas do advento do euro. O Principado de Mônaco emulou a cunhagem francesa no pós-guerra (24), e também adotou o novo franco em 1960.

Na Espanha, introduziu-se o busto do General Franco em certas denominações, a partir de 1949 (25), inclusive na moeda de 100 pesetas de prata de 1966 (26). Restabelecida a monarquia sob Juan Carlos I (1975 -), este cunhou, em metais não preciosos, tipos muito variados, de caráter regional ou comemorativo, a partir das emissões comemorando a Copa do Mundo de 1982 (27), mantendo também uma cunhagem regular de certos valores com tipo menos variável (28), recentemente substituídos pelas emissões em euros. Em Portugal, cunharam-se peças comemorativas de prata em 1953 (29), 1960 e 1966 (30), em paralelo às emissões regulares em escudos, adotando-se posteriormente, para os valores mais elevados, o cupro-níquel (31) e a combinação de um núcleo de bronze-alumínio e de um anel de cupro-níquel (32), também retomada na emissão de 1 e 2 euros.

A Itália manteve a cunhagem regular de moedas de prata de 500 liras até o final dos anos 1960 (34), em paralelo a emissões em alumínio (33) e aço inoxidável. Em 1970, ainda foi cunhada uma moeda comemorativa de 1.000 liras de prata (35). Depois, adotou-se para as moedas de 500 liras um núcleo de “bronzital” e um anel de “acmonital” (36), com aspecto semelhante ao das moedas mais recentes de 1 e 2 euros (80). Tanto o Vaticano (37), como a República de San Marino (38) acompanharam todas as mudanças de metal das denominações italianas. Já a ilha de Malta, que se tornou uma república em 1974, adotou a libra decimal como unidade monetária, com subdivisões cunhadas em cupro-níquel (39) e latão.

A Alemanha foi dividida, nos anos que se seguiram a 2ª Guerra Mundial. A Alemanha Ocidental cunhou o marco em cupro-níquel (40) e moedas de 5 e 10 marcos (41) de prata para circulação até os anos 1970. A partir de 1975, as moedas de 5 marcos foram cunhadas em cupro-níquel revestido de níquel, composição também adotada após 1979 para as moedas comemorativas desse valor, como a dos 100 anos de morte de Karl Marx (42). Na Alemanha Oriental, as emissões para circulação corrente, foram principalmente de alumínio, inclusive o marco, e ocasionalmente de cupro-níquel (43). Após a unificação, para o tipo de anverso do euro, foi adotada a águia alemã. Na Áustria, após 1955, houve numerosas emissões de prata para circulação com os valores de 25 schilling (44), 50 schilling (45) e 100 schilling, e o cupro-níquel substituiu a prata nas moedas de 10 schilling (46) a partir de 1973. Cunharam-se também moedas de 500 schilling de prata, não destinadas à circulação, até a adoção do euro. Na Suíça, manteve-se a cunhagem das moedas de 5 francos de prata (48) até 1969, quando foram substituídas por peças de cupro-níquel com o mesmo tipo. As moedas de 1 e 2 francos (49) foram cunhadas em prata até 1967, quando também foram substituídas por moedas de cupro-níquel (50).

A Grécia, uma monarquia até 1973, emitiu moedas de prata de 20 e de 30 dracmas (51) para circulação, nos anos 1960. A república cunhou peças de diferentes metais, algumas comemorando personagens da Antiguidade como Homero, com seu retrato hipotético (52), até a adoção do euro.

Na Europa Oriental e nos Bálcãs, vários países tornaram-se repúblicas populares ou socialistas entre 1945 e 1950. A Iugoslávia que, seria desmembrada ao longo dos anos 1990, emitiu peças em zinco e alumínio (53) e depois em bronze-alumínio e em ligas de cupro-níquel (54). A Hungria ainda fez uma cunhagem regular de prata em 1947 (55), mas posteriormente, cunhou principalmente moedas de alumínio e de cupro-níquel (56), e após o fim do regime socialista, em diversas ligas, como cupro-níquel-zinco (57). A Tchecoslováquia manteve uma cunhagem comemorativa de prata (58), com valor intrínseco compatível com a sua circulação, até o início dos anos 1950. Depois emitiu o koruna de bronze-alumínio e múltiplos em cupro-níquel (59). Nos anos 1990, após abandonar o regime socialista, o país cindiu-se entre a República Tcheca (60) e a República Eslovaca (61) que adotou uma moeda celta como tipo para as 5 koruny.

A cunhagem do pós-guerra da Polônia manteve o zlot como unidade, com o cupro-níquel logo substituído pelo alumínio nos anos 1950 (62). Para valores mais elevados, alguns com duplo fim comemorativo e de circulação, foi adotado o cupro-níquel, metal também utilizado para diversas emissões posteriores ao regime socialista (63). A Romênia permaneceu uma monarquia até 1946, quando foi emitida uma moeda de prata de 100.000 lei, talvez o valor de face mais elevado de uma moeda de prata para circulação (65). A república popular fez principalmente emissões em alumínio (66) e aço e, após a sua queda nos anos 1990, fizeram-se emissões em aço revestido de níquel (67). A cunhagem da Bulgária sob o regime socialista foi principalmente em cupro-níquel, incluindo emissões comemorativas também destinadas à circulação (64). Após 1992, o novo regime, não socialista, cunhou moedas em níquel latão e cupro-níquel.

No período do pós-guerra, a U.R.S.S. emitiu regularmente rublos de cupro-níquel-zinco (70), e suas subdivisões, para circulação corrente. Algumas emissões comemorativas, como a do nascimento de Lênin (71) também foram nessa liga, tendo havido também várias emissões comemorativas em prata, ouro e platina, não destinadas à circulação. Mais recentemente, a república russa, já após o regime socialista e enfrentando séria inflação, emitiu moedas de 50 rublos em bronze-alumínio (72). A Finlândia recuperou a sua independência após a 2ª Guerra Mundial. O país fez algumas emissões de prata nos valores de 500 markkaa (68), e após a adoção um novo markka, cunhou peças em cupro-níquel, alumínio-bronze e cupro-alumínio-níquel (69).

A moeda européia mais recente é o euro, que entrou em circulação em 2002. Todos os países que o emitem usam os mesmos tipos de reversos (73-80), com o mapa da Europa ou um globo terrestre, estando os anversos reservados aos tipos nacionais.

V-5 Os Estados Unidos da América do Norte (EUA), 1607-2000

EVENTOS HISTÓRICOS

1607-1642 Fundação de Jamestown, na Virgínia (1607); peregrinos do Mayflower (1620); fundação das colônias inglesas de Massachusetts (1629), Maine (1630) e Maryland (1632); fundação da Universidade de Harvard (1636).

1642-1718 Nova Amsterdã, rebatizada Nova Iorque (1664); exploração do vale do Mississippi (1673); fundação da Luisiana (1683) e Nova Orleães (1718).

1680-1750 “Colônia de Penn” (1681); colonização inglesa das Carolinas (1729) e da Geórgia (1733); Lei dos Melões e ruína do comércio de Boston com as Antilhas; proibição da indústria metalúrgica nas colônias inglesas da América do Norte (1750).

1765-1774 Tarifas aduaneiras e uso obrigatório de papel timbrado pelos colonos da América do Norte (1765); incidente do “Tea Party” de Boston (1773).

1776-1810 Independência dos Estados Unidos da América (EUA); adoção da Constituição Americana e Washington, presidente (1789); crescente demanda inglesa e grande expansão da cultura do algodão no Sul dos EUA; importação de cerca de 550 mil escravos africanos para América do Norte inglesa e os EUA entre 1700 e 1810, depois proibida.

1803-1812 Guerra entre os EUA e a Grã-Bretanha (1812-1814); compra da Flórida da Espanha (1819), compromisso de Missouri sobre a extensão da escravidão nos EUA (1820).

1822-1840 Reconhecimento dos novos países latino-americanos (1822); Doutrina de Monroe; fundação do Partido Democrata (1828); expansão agrícola para o Mid-West e industrial na Costa Leste.

1845-1860 Texas anexado pelos EUA (1845); guerra com o México e anexação da Califórnia e do Novo México; descoberta de ouro na Califórnia (1848); fundação do Partido republicano (1854); “Pânico” de 1857 (crise bancária); Lincoln presidente (1860).

1860-1868 Guerra Civil Americana (1860-1865); formação dos Estados Confederados da América (1861); abolição da escravidão pelo Congresso americano e fim da Guerra Civil (1865); igualdade de direitos civis assegurada aos negros pelo Congresso Federal; compra do Alasca à Rússia.

1869-1877 Grant Presidente; abertura da 1a. estrada de ferro transcontinental; lei sobre os territórios Indígenas; “Pânico” de 1873, séria crise bancária.

1884-1890 “Crash” da Bolsa de Nova Iorque (1884); 685 greves nos EUA (1885); últimas revoltas dos índios Sioux e 1a. Conferência Panamericana em Washington (1890).

1890-1898 “Pânico” de 1893; anexação do Haváí pelos EUA; descoberta de ouro no Alasca (1897); Guerra Hispano-americana; Porto Rico e Filipinas, possessões americanas.

1903-1914 Vôo bem-sucedido dos irmãos Wright (1903); terremoto e incêndio de S. Francisco (1906); Woodrow Wilson, presidente (1913-1921).

1914-1918 1ª Guerra Mundial; entrada dos EUA na guerra (1917); os 14 pontos de Wilson (1918).

1919-1929 EUA credor da Europa e com grande influência nos tratados de paz; Lei sobre a Proibição de Bebidas Alcoólicas (1919); direito de voto para as mulheres (1920); primeira Lei de Quotas de Imigração (1921); após forte expansão da economia, “crash” da Bolsa de Nova Iorque e início da Grande Depressão (1929).

1929-1941 Forte aumento do desemprego e queda da produção; Roosevelt, presidente (1933-1945); “New deal” e política de “Boa Vizinhança” com a América Latina (1933-1934); reformas sociais: semana de 40 horas e salários mínimos (1935); nova recessão (1937-1938); ataque japonês a Pearl Harbor e entrada dos EUA na 2ª Guerra Mundial (1941).

1941-1945 Guerra no Pacífico; Conferência de Yalta (1943); invasão da Europa e Conferência de Postdam e tropas de ocupação na Europa e no Japão.

1945-1960 “Baby boom” (forte aumento de nascimentos); início da “Guerra Fria” (1947); fundação da OTAN (1949); Guerra da Coreia (1950-1953); Macartismo; Eisenhower presidente (1953-1960).

1960-1981 John Kennedy presidente (1960, assassinado em 1963); crescente intervenção no Vietnã (1964); assassinato de Martin Luther King e Robert Kennedy (1968); Nixon presidente (1968-1973); pouso tripulado da Apollo 11 na lua (1969); escândalo de Watergate; negociações SALT entre os EUA e a U.R.S.S.; presidência de G. Ford (1973-1976) e armistício no Vietnã (1973); eleição de J. Carter (1977-1981).

1981-1988 Presidência de R. Reagan; 1º Computador pessoal; intervenção militar em Granada (1984) e bombardeio da Líbia (1986); eleição de G. Bush (1988).

1991-2000 Guerra do Golfo (1991); presidência de W. Clinton (1993-2000): longo período de crescimento econômico; eleição de G. W. Bush (2000).

EVENTOS MONETÁRIOS

Sécs. XVII-XVIII Insuficiência crônica de moeda metálica nas colônias inglesas da América do Norte suprida de várias formas; adoção de “moedas nativas”, como o “wampum” e as peles; uso de mercadorias chamadas de “moedas do país”: fumo, arroz, índigo, trigo, milho etc.; uso de moedas estrangeiras, especialmente moedas hispano-americanas de prata e luso-brasileiras de ouro (essas já no séc. XVIII); uso limitado da cunhagem oficial inglesa e finalmente, em volumes crescentes, de papel-moeda de vários tipos emitido localmente.

1652-1682 Primeiras cunhagens de prata da América do Norte em Massachusetts, depois proibidas.

c. 1690-1775 Primeiras emissões oficiais de papel-moeda pela Colônia de Massachusetts (1690) totalizando 89.000 libras em 1712, já então sujeitas a um desconto de 30% de seu valor de face; moeda de 8 reales ou “dólar espanhol” equivalente a 20 shillings de papel moeda em 1726 e a 50 shillings em 1750; emissões de papel-moeda por outras colônias, algumas excessivas; emissões de “tokens” de cobre com denominações inglesas, para circulação geral ou em colônias específicas, geralmente mal recebidas pelos colonos.

1774-1775 Riqueza média per capita nas 13 colônias inglesas da América do Norte, cerca de 46,5 libras (60,2 libras para a população branca), versus 42,3 libras na Inglaterra e Gales; em 1775, na Carolina do Norte, 17 formas diferentes de moeda declaradas de circulação legal, mas vinculadas a libras, shillings e pence ingleses.

1775-1783 Emissão de papel-moeda, (“continentals”), pelo governo central americano entre 1775 e 1780: US\$ 241 milhões; emissões dos Estados: US\$ 210 milhões; valor reduzido a 1/100 e depois 1/1000 do valor de face.

1791-1811 Em 1791, 1o Banco dos Estados Unidos com patente de 20 anos e capital de 10 milhões de dólares, com direito de emissão, e principal depositário dos recursos do Tesouro; licença cancelada em 1811.

1792-1803 Adoção do dólar dividido em 100 cents como unidade monetária federal, com sistema bimetálico, com relação ouro/prata de 15:1; cunhagens de cobre (1793) e ouro e prata (1794); autorização legal para circulação de peças hispano-americanas de 8 reales e outras moedas estrangeiras; compra da Luisiana da França por US\$ 27 milhões, cerca de 10 cents por hectare.

1816-1836 2o Banco dos Estados Unidos, com reservas metálicas compostas em 1831 por US\$ 9 milhões em moedas estrangeiras e apenas US\$ 2 milhões em moedas americanas; patente não renovada em 1836; 713 bancos existentes nesse ano, muitos emitindo papel-moeda circulando com desconto sobre seu valor de face.

1834-1861 Em 1834 mudança da relação ouro prata para 16:1 e retomada da cunhagem regular de prata; somente em 1857, lei federal cancelando a circulação legal de moedas estrangeiras; em 1861, 1.601 bancos em operação: necessidade de “guias de cédulas bancárias em circulação no país”, que incluíam frações de dólar!

1848-1860 Após a descoberta de ouro na Califórnia, cunhagem de US\$ 400 milhões em moedas de ouro entre 1850 e 1860, mais do dobro cunhado entre 1793 e 1850; em 1850, o meio circulante composto de US\$ 154 milhões em moedas e 131 milhões em papel-moeda e em 1860, de US\$ 253 milhões em moedas e US\$ 207 milhões em papel-moeda.

1861-1865 Emissão de notas do governo confederado num total de US\$ 1,56 bilhão; emissão pelo governo federal de “greenbacks” no total de US\$ 450 milhões, não conversíveis.

1878-1921 Entre 1878 e 1893, bi-metalismo na prática, com compras pelo governo federal de prata no montante de US\$ 570 milhões convertidas em moedas; a partir de 1900, padrão-ouro em plena vigência; em 1913-1914, surgimento de um Banco Central americano com o Federal Reserve System, e padronização do papel-moeda em circulação; número máximo de bancos: 29.788 em 1921.

1933-1963 Abandono do padrão ouro pelos EUA; aumento do preço do ouro de US\$ 20,67 para US\$ 35 por onça (1934); fim da circulação interna de ouro; no mesmo ano, lei forçando o governo federal a adquirir prata em quantidade suficiente para esse metal representar regularmente $\frac{1}{4}$ do estoque de moedas metálicas (mantida até 1963).

1964-1973 Fim da cunhagem em prata do $\frac{1}{4}$ e do $\frac{1}{10}$ de dólar (1964), e do $\frac{1}{2}$ dólar (1970); colapso do sistema de Bretton Woods: abandono definitivo de uma paridade do dólar com o ouro (1971-1973) e flutuação da moeda.

1992-1995 Em 1992, existência de 12.050 bancos nos EUA; em 1995, 90% do valor das transações realizados eletronicamente; mas, em termos de número de transações, 90% ainda efetuados com moedas ou papel-moeda, justificando a continuidade da emissão de ambos.

Módulo 27 - O Canadá e os Estados Unidos, Sécs. XVIII a XX

As primeiras moedas cunhadas na América do Norte continental foram peças de prata produzidas na colônia de Massachusetts entre 1652 e 1682. Com o fim dessas emissões, cessou a cunhagem em território norte-americano até o final do séc. XVIII. Ao longo desse século, vários “tokens” ou moedas particulares, em metais não preciosos, foram cunhados para circulação nas colônias norte-americanas. Em 1773, a coroa britânica autorizou a emissão de uma moeda de $\frac{1}{2}$ penny, de cobre, para circulação na Virgínia (24).

Na Nova França – o atual Canadá -, devem ter circulado, em pequena quantidade, algumas peças emitidas para as “colônias francesas” em geral, incluindo uma limitada emissão de 1670 de moedas de 5 e 15 sols de prata, com o retrato de Luís XIV, bem como 1 sou e 9 deniers de cobre de 1721 e 1722 (1), que também destinou-se ao Caribe. Novas cunhagens destinadas ao território correspondente ao Canadá atual ocorreram no século XIX, incluindo, inicialmente, um “penny token” para a Nova Escócia (2), e emissões – entre 1837 e 1852 - do Banco do Canadá e do Banco de Montreal para circular no Baixo Canadá, e, depois, na Província do Canadá (3, 4, 5). Essas emissões foram complementadas por um penny de cobre (6) emitido em 1857, em Toronto, pelo Banco do Alto Canadá. As primeiras moedas canadenses no sistema decimal (1, 5, 10 e 20 cents) foram cunhadas em 1858 em nome da Província do Canadá, um ano após o estabelecimento do dólar como a unidade monetária do país. A partir de 1861, foi também emitida uma cunhagem decimal para New Brunswick (7), e, em 1871, fez-se uma emissão isolada de 1 cent para a ilha do Príncipe Eduardo (8). As emissões para a Terra Nova começaram em 1865, incluindo cents de bronze, moedas de prata de 5, 10, 20 e 50 cents (9), e uma de ouro – de 2 dólares.

Em 1867, foi criado o Domínio do Canadá ou Confederação Canadense, tendo o monarca inglês como chefe de Estado e incluindo o Alto Canadá (Ontário) e o Baixo Canadá (Quebec), a Nova Escócia e o New Brunswick, aos quais juntaram-se a Colúmbia Britânica, em 1871, e a ilha do Príncipe Eduardo, em 1873. Apenas a Terra Nova permaneceu como uma possessão britânica separada, até 1949, com emissões próprias até 1947 (10). A cunhagem canadense de prata tinha inicialmente 92,5% de conteúdo de metal precioso (11, 13), reduzido em 1920 para 80%, e depois mantido até 1967, quando foi reduzido para 50%, e logo abandonado em favor do níquel. A emissão de moedas de 1 cent de bronze de grande módulo (12) foi mantida entre 1848 e 1920. As moedas de ouro para circulação corrente limitaram-se aos 10 e 5 dólares (14) de ouro cunhados entre 1912 e 1914 com o retrato de Jorge V. Entre 1908 e 1915 foram também emitidas no Canadá libras de ouro do tipo corrente no Reino Unido.

Os tipos monetários das moedas de prata canadenses variaram pouco entre 1858 e 1937, apresentando o retrato do soberano (11, 13). Sob Jorge VI, os tipos de reverso foram: para o 10 cents, um barco a vela; para o 25 cents, um alce (22), e, para o 50 cents, as armas do Canadá (20). Para o dólar, Jorge V havia adotado o tipo de dois viajantes em uma canoa (15), que seria mantido nas emissões dessa denominação sob Jorge VI (17) e Elizabete II (19). Durante o reinado de Jorge VI (1936-1952), o tipo normal do 5 cents de níquel passou a ser um castor, mas cunharam-se também 5 cents comemorativos (18). Mais recentemente, em 1973, cunhou-se um 25 cents comemorativo da Real Polícia Montada do Canadá (21), e, em 1987, adotou-se o “aureate”, uma nova liga metálica, amarela, para o dólar, cujo reverso passou a ser um pato selvagem nadando (23). O Canadá emitiu também numerosas moedas comemorativas no período do pós-guerra.

Na época da Independência americana, foram cunhadas na Inglaterra, para circulação nos EUA, peças da iniciativa privada, como os chamados $\frac{1}{2}$ penny de “Washington President” (27), ou com caráter semi-oficial, como o cent “Nova Constellatio”, de 1783 (25). A primeira emissão contratada pelo Tesouro norte-americano foi a de “Fugio Cents” de cobre, de 1787 (26). A primeira cunhagem federal para circulação geral nos Estados Unidos foi iniciada em 1793, baseada no sistema decimal, sendo um dólar igual a 100 cents. Apenas cents e meios cents (28) foram cunhados em 1793. A cunhagem do dólar iniciou-se em 1794, mas de forma mais expressiva em 1795 (29), com os tipos da Liberdade drapeada e da águia. Em 1798, adotou-se o tipo da águia heráldica, cunhado nesse ano (30) e em 1800 (31).

Um dos principais problemas comerciais do início da República nos EUA foi a insuficiência de moedas cunhadas pelo governo central. A cunhagem do dólar de prata (29-31) e da “eagle” (águia) de ouro de 10 dólares, emitidos a partir de 1794 e 1795 respectivamente, foi descontinuada após 1804. O meio dólar (34, 38), cunhado em maiores quantidades, passou a ser o meio preferido para grandes transações, reservas bancárias e pagamentos ao exterior, circulando muito pouco entre a comunidade. Por outro lado, a cunhagem de quarters (1/4 de dólar – 33, 35), dimes (10 cents – 36) e meios dimes (5 cents), incluindo o tipo da Liberdade drapeada e o tipo com barrete (35, 36, 39), foi inexpressiva entre 1794 e 1834, período durante o qual papel-moeda de numerosos bancos privados e moedas estrangeiras de vários tipos compuseram a maior parte do meio circulante. Até 1857, circularam legalmente nos Estados Unidos várias moedas estrangeiras, incluindo os 8 reales de prata da América espanhola e do México,

bem como moedas de ouro brasileiras e portuguesas de 4.000 e de 6.400 réis, estas últimas conhecidas como “Joe”.

Entre 1800 e 1808, adotou-se para o ½ cent (32) e para o cent o tipo da Liberdade com busto drapeado. A partir de 1808, adotaram-se sucessivamente os tipos da “cabeça clássica” (1808-1814) e o tipo “Coronet” (37). A começar de 1838, alterou-se o desenho da águia do reverso das moedas de prata (40), mantendo-se até o ano seguinte a Liberdade com barrete.

Entre 1837 – 1838 no caso do “quarter” e 1839 no caso do ½ dólar – e 1891, o reverso das moedas de prata passou a ser o da Liberdade sentada. Após 1853, com a redução do peso das moedas, ocorreram variantes (45, 51, 52). Após 1838, adotou-se também o tipo da Liberdade com “coronet” – diadema -, para as moedas de ouro de 2,5 (41), 5 (48) e 10 dólares (42), além das moedas de ½ e 1 cent (43) de cobre, e um busto um pouco diferente para as moedas de 20 dólares (49).

Pequenos dólares de ouro (44, 47) também foram cunhados no período de 1849 a 1889, com a cabeça da Liberdade, e depois com o tipo da cabeça de índio (47). Entre 1840 e 1873, retornou-se à emissão de dólares de prata para a circulação geral, já com o tipo da Liberdade sentada, mas poucas dessas peças foram mantidas em circulação. A partir de 1873, foram cunhados “trade dollars” – ou dólares de comércio (53) -, para o comércio com o Extremo Oriente. Duas leis de 1878 e 1890, visando proteger os interesses dos mineradores de prata, tiveram como efeito líquido a cunhagem de 570 milhões de dólares de prata! A partir de 1900, no entanto, os EUA passaram a ter um único padrão monetário baseado no ouro, em vez do bimetalismo. O dólar de prata do tipo Morgan, introduzido em 1878, deixou de ser cunhado entre 1904 e 1921 (61).

Em 1892, adotou-se um novo tipo para as moedas de 10 a 50 cents, conhecido como “Barber” (56, 57). Em 1892 e 1893 cunhou-se um ½ dólar comemorativo de Cristóvão Colombo (54), iniciando uma longa série de meios dólares comemorativos. Em 1907, foi introduzido um novo tipo de 20 dólares de ouro (59). Logo a seguir, em 1909, adotou-se para o cent de bronze o busto de Lincoln (58), iniciando-se a prática de representar personalidades históricas norte-americanas nas moedas. Durante a Primeira Guerra Mundial, foram introduzidos novos tipos na cunhagem de prata do ½ dólar (a Liberdade andando – 66), do ¼ de dólar (a Liberdade de pé, de frente - 60), e do dime (cabeça de Mercúrio – 64), que se seguiriam aos tipos do índio e do búfalo adotados em 1913 para o 5 cents de níquel (63). O dólar com o tipo da “Paz” (62) foi cunhado entre 1921 e 1925. A partir de 1932, o tipo de anverso do quarter passou a ser o busto de Washington (65), seguido, a partir de 1938, pelo de Jefferson nas moedas de 5 cents (67), pelo de Roosevelt no dime (68), a partir de 1946, e pelo de Franklin no ½ dólar entre 1948 e 1963. A partir de 1964, passou a figurar no anverso do ½ dólar o busto de Kennedy (71).

Após 1964, abandonou-se a cunhagem de prata de dimes e quarters, e, entre 1965 e 1970, apenas o ½ dólar continuou mantido em prata. Posteriormente, a cunhagem passou a ser de cupro-níquel, incluindo o dólar comemorativo de Eisenhower e a aterrissagem na Lua (69), a série do Bicentenário da Independência (70-72), de 1976, e o dólar de módulo reduzido de 1979 (73). Iniciou-se no final da década de 1990 a cunhagem de quarters de cupro-níquel comemorativos dos Estados norte-americanos, com o tipo estadual no reverso, como o de Nova Iorque de 2001 (75). Em 2000, um dólar comemorativo foi cunhado em latão (74).

V-6 As Colônias Européias Não Ibéricas da América, as Antilhas e o Caribe, 1492-2000

EVENTOS HISTÓRICOS

1492-1512 Descobrimto da América por Cristóvão Colombo: Cuba, Hispaniola e Bahamas identificadas em 1492, a Jamaica em 1494, Trinidad em 1498; início da colonização de Cuba e de Porto Rico (1511); 1º Bispado em Santo Domingo (1512).

1536-1538 Exploração do Rio S. Lourenço (Canadá) por Jacques Cartier (1534-1536); e fundação da 1ª Universidade da América em Santo Domingo (1538).

1598-1613 Os franceses na Nova Escócia e fundação de Quebec (1608); os ingleses nas Bermudas (1612) e nas Bahamas (1629); fundação de Montreal (1642) e a Nova França (Canadá) como colônia real (1663); os franceses na Martinica e em Guadalupe (1635), em Caiena (1643) e na Guiana Francesa, colônia real (1679); colonização inglesa de Honduras Britânica (1638); Suriname, colônia holandesa (1677-1975).

1655-1670 Conquista inglesa da Jamaica (1655-1658) e destruição de Santiago de Cuba (1662); cessão pelos espanhóis das atuais Ilhas Caimãs à Inglaterra (1670); ocupação das Índias Ocidentais Dinamarquesas, atuais Ilhas Virgens norte-americanas; em 1697, aquisição pela França da metade oriental da ilha de Hispaniola, (atual Haiti); no Caribe holandês, francês e inglês, intensificação da produção de açúcar e da importação de escravos africanos (cerca de 3,8 milhões, 1601-1800).

1713-1763 Cessão pela França à Inglaterra da Baía de Hudson e de partes da Acádia e da Terra Nova; ocupação de Havana pelos ingleses (1762-1763); perda do Canadá pela França para a Inglaterra (1763).

1791-1816 Após a importação de cerca de 860 mil escravos africanos (c.1690-1790), rebelião dos escravos no Haiti (1791); guerra de libertação contra os colonos franceses e as tropas de Napoleão; o Haiti, 2ª república do hemisfério (1804); cessão pela Espanha de Trinidad e de Tobago aos ingleses entre 1802 e 1814; ocupação portuguesa da Guiana francesa (1809-1816); a parte oriental de Suriname transformada em Guiana Inglesa em 1814.

1791-1840 O Ato Constitucional de 1791 separando territorialmente e constitucionalmente o Alto Canadá (anglófono) do Baixo Canadá (francófono); Canadá unificado, com regi-me parlamentar sob a Inglaterra (1840).

1822-1886 Conquista e ocupação de Santo Domingo pelos haitianos e independência dominicana (1844); controle inglês reforçado de Honduras Britânica (1825); abolição da escravidão nas colônias inglesas (1833-1834), na Guiana e nas Antilhas francesas (1848), no Suriname (1863), em Porto Rico (1872-1873) e em Cuba 1886; (após a importação de 570 mil escravos para Cuba, 57 mil para Porto Rico e 96 mil para as colônias francesas entre 1801 e 1865).

1867-1873 Criação do “Dominion” do Canadá ou Confederação Canadense, englobando o Alto Canadá (Ontário) , o Baixo Canadá (Quebec), a Nova Escócia, e

New Brunswick em 1867; criação da Província de Manitoba em 1870 e adesão da Columbia Britânica, em 1871, e da Ilha do Príncipe Eduardo, em 1873.

1898-1944 Guerra Hispano-americana e perda de Cuba e Porto Rico pela Espanha; independência cubana definitiva em 1902 (mas intervenções americanas em 1907, 1912 e 1917); protetorado americano no Haiti (1915-1934); ditadura de G. Machado em Cuba (1925-1933), Acordo de Reciprocidade Cuba-EUA (1934) e ditadura de F. Batista (1934-1944).

1914-1949 Participação do Canadá na 1ª e na 2ª Guerras Mundiais; o Canadá membro da Comunidade Britânica, plenamente independente, e incorporação da Terra Nova (1949).

1952-1975 Em Cuba, 2ª ditadura de Batista (1952-1959); entrada de Fidel Castro em Havana (1959) e Crise dos Mísseis Russos (1962); o Partido da Revolução transformado em Partido Comunista (1965); intervenções armadas no exterior, (Angola 1975-1991).

1957-1987 François Duvalier no Haiti, “presidente vitalício” (1964-1971), sucedido pelo filho Jean-Claude (1971-1986); Constituição de 1987.

1961-1966 Assassinato de Trujillo, ditador da República Dominicana (1930-1961); independência plena da Jamaica e de Trinidad e Tobago (1962); independência da Guiana (ex-inglesa) e de Barbados e intervenção norte-americana e de outros países do continente na República Dominicana (1966).

1975-2000 Independência da república do Suriname (1975) e de Dominica (1978); de Belize e de Antigua e Barbuda (1981); invasão norte-americana da Ilha de Granada (1983); intervenção de força multinacional das Nações Unidas no Haiti, restauração do presidente eleito e sucessão democrática (1994-1996); regimes democraticamente eleitos em todos os países da região, com exceção de Cuba (2000).

EVENTOS MONETÁRIOS

c. 1542-1820 Fundação da Casa da Moeda de Santo Domingo, com emissões sem continuidade (1542); circulação nas colônias espanholas das Antilhas das moedas de prata e de ouro cunhadas nas colônias do continente.

1670-1722 Na Nova França (atual Canadá) e nas Antilhas Francesas circulação de limitadas cunhagens genéricas para as “colônias francesas”, em 1670 e de 1717 a 1722.

c. 1670-1750 Ampla circulação de moedas hispano-americanas de 8 reales nas colônias inglesas das Antilhas e do Caribe, equivalente a 5 shillings nas Bahamas em 1700; início das cunhagens para as Índias Ocidentais Dinamarquesas (hoje Ilhas Virgens norte-americanas) denominadas em skilling (1740-1913).

1731-1789 Cunhagens francesas para as “Ilhas de Barlavento” (1731), as “colônias francesas” em geral (1767) e para Caiena na Guiana Francesa (1780-1790).

1758-1774 Moedas de prata hispano-americanas contramarcadas para circulação na Jamaica (1758), mais rica região colonial inglesa, com riqueza per capita dos colonos brancos de 1.042 libras (114 libras per capita incluindo a população escrava); em 1774, preço de um escravo cerca de 35 libras; maior fortuna jamaicana no séc. XVIII: 207 mil libras; no Canadá, possessão britânica (1763), circulação de peles e de moedas importadas.

1764-1815 Efêmeras emissões holandesas para Suriname (1764) e inglesas para Barbados e Bermudas (1788-1793); ampla circulação de moedas de ouro portuguesas e brasileiras, principalmente de 6.400 réis, muitas vezes cerceadas ou contramarcadas, e de moedas hispano-americanas de prata recortadas ou contramarcadas.

1807-1844 Primeiras cunhagens republicanas do Haiti (1807) e da República Dominicana (1844).

1813-1848 Cunhagens inglesas de ocupação para Essequibo e Demerara (1809-1816); emissões genéricas para as “colônias britânicas” em prata (1822) e um farthing de cobre para Antigua em 1836; cunhagens francesas para a Guiana Francesa e para as “colônias francesas”, principalmente destinadas a Guadalupe e Martinica; emissões holandesas para Curaçao (1821-1822).

1822-1871 Cunhagens provinciais no Canadá, com denominações inglesas e depois no sistema decimal baseado no dólar.

1848-1964 Cunhagens coloniais específicas, mas limitadas, para Guadalupe e Martinica (1897-1922); Porto Rico (1895-1896); Índias Ocidentais Dinamarquesas até 1913; e Groelândia (1926-1964); início de cunhagens britânicas duradouras para Honduras Britânica (1885), Guiana Inglesa (1836) e Jamaica (1869).

1867-1967 Cunhagens regulares do dólar decimal do domínio do Canadá ou Confederação Canadense, em bronze, níquel e prata (até 1967), e ouro (1912-1914); fim da cunhagem específica para Terra Nova (1949); cunhagem francesa efêmera para as ilhas de St Pierre et Miquelon (1948).

c. **1880-1955** Cunhagens intermitentes do Haiti, da República Dominicana (interrompidas entre 1897 e 1937!), de Cuba (a partir de 1915); cunhagens coloniais inglesas para a Guiana Britânica (até 1945), a Jamaica e Honduras Britânica; emissões holandesas para Curaçau (1900-1947) e, a partir de 1952, para as Antilhas Holandesas.

1955-1965 Cunhagens decimais para os “Territórios Britânicos do Caribe” incluindo Trinidad e Tobago e a Guiana Inglesa (1955-1965); emissões específicas para a Jamaica, Honduras Britânica, e Bermudas (1959); emissões holandesas para Suriname, e fim das cunhagens para a Groelândia incorporada à Dinamarca (1964).

1962-1981 Independência da Guiana Holandesa como República do Suriname (1975) com o gulden dividido em 100 cents; independência de diversas ex-colônias inglesas: Jamaica e Trinidad e Tobago (1962), Guiana (1966), Barbados (1966) e Bahamas (1973), Belize (1981), todas com cunhagens próprias no sistema decimal, baseado no dólar nacional.

1967-2000 No Canadá, cunhagens em metais não preciosos para circulação geral e de numerosas moedas comemorativas de ouro e de prata.

1969-1974 Início das cunhagens decimais nas possessões britânicas das Bermudas (1970), Ilhas Caimãs (1972), Ilhas Virgens Britânicas (1972) e Ilhas Falkland/Malvinas (1974).

1981-2000 Emissões decimais dos “Estados do Caribe Oriental”, sob uma autoridade monetária comum.

1986-2000 A ilha de Aruba, novo estado sob a Coroa Holandesa (1986) com cunhagem e denominação própria (100 cents = 1 Florim).

Módulo 28 - As Colônias Não Ibéricas, as Antilhas e o Caribe

As primeiras moedas para circulação nas Antilhas e no Caribe foram as emissões espanholas em cobre para Santo Domingo, que teve uma casa da moeda em 1542, mas que não tiveram continuidade. As Bermudas foram colonizadas por ingleses a partir de 1612 e, pouco depois, houve uma cunhagem isolada, e muito limitada, da companhia das Ilhas Sommer, de moedas de latão com tipos de um porco e de um navio.

Apesar de intensas disputas pelas Ilhas das Antilhas no séc. XVII, somente no séc. XVIII as potências européias fizeram emissões mais regulares para a região. A França cunhou moedas para as “Colônias Francesas” em geral, que chegaram a circular em Guadalupe e Martinica (1, 3, 4), assim como, em 1731, peças de prata especificamente para as “Ilhas de Barlavento” (Windward Islands), nas Pequenas Antilhas (2). Mais para o final do século, foram feitas emissões francesas para Caiena (5), na Guiana Francesa.

Os dinamarqueses também cunharam, ainda na primeira metade do século, moedas para circulação nas Índias Ocidentais Dinamarquesas (hoje as Ilhas Virgens, dos EUA), com novas emissões na segunda metade do século (6). Já os Holandeses fizeram, em 1764, uma pequena cunhagem do “duit” de cobre para o Suriname (7) - (a Guiana Holandesa, hoje república do Suriname). Quanto às colônias inglesas, houve, no séc. XVIII, emissões do penny e do ½ penny de cobre para Barbados e para as Bermudas (8).

Na virada do séc. XVIII para o séc. XIX, peças de ouro portuguesas e brasileiras, principalmente as de 6.400 réis conhecidas como “Joes” (por serem muitas vezes de D. José I), foram amplamente contramarcadas para circulação em colônias específicas. São conhecidas contramarcas de Granada (9), Essequibo e Demerara (hoje na República da Guiana – 10, 16) e Berbice (hoje também na Guiana – 11, 12), aplicadas por forças de ocupação inglesas. Existem contramarcas anteriores a 1810, aplicadas por franceses em Guadalupe (13), e outras, apostas entre 1810 e 1816, durante a ocupação inglesa (14, 15). Na Martinica, entre 1802 e 1809, contramarcas de 22 livres foram aplicadas pelos franceses, não apenas sobre moedas de 6.400 réis (16, 20, 21), que circulavam por esse valor, mas também sobre peças de 4.000 réis (17, 19), 12.800 réis (18), 1.600 réis (22) e 1.000 réis (23), sendo discutível a justificação das mesmas contramarcas sobre esses valores. No entanto, era normal a aplicação da contramarca de apenas 20 livres sobre moedas de 6.400 réis cerceadas, e, portanto, de peso reduzido (24).

Durante as Guerras Napoleônicas, os ingleses emitiram moedas de cobre de ocupação denominadas em stivers para Essequibo e Demerara (25), que, pouco depois, reverteria para a Inglaterra. Poucos anos depois, emitiram moedas de prata para as “Colônias Britânicas”, sem maiores especificações, que se destinavam à circulação nas Antilhas e na Guiana Inglesa (28). Em paralelo, Luís XVIII da França cunhou peças de bilhão para a Guiana Francesa (26), que foram seguidas, sob Carlos X e Luís Filipe, por cunhagens genéricas para as “Colônias Francesas”, destinadas principalmente às Ilhas da Martinica e Guadalupe (29, 30). Os holandeses, por sua vez, emitiram, em 1821, um real de prata, e, em 1822, um stiver de bilhão (27) para Curaçau, que não tiveram seqüência.

O Haiti foi a segunda república do hemisfério ocidental, após os EUA, e a primeira república independente do Caribe (1804), após a revolta dos escravos das plantações de açúcar nos anos 1790 e de uma resistência bem-sucedida a tentativas de invasão francesa no início do séc. XIX. Entre 1798 e 1802, Toussaint L'Ouverture cunhara peças com as legendas República Francesa no anverso e Colônia de “Saint Domingue” no reverso. Existem peças republicanas de 1807 e 1809 ainda denominadas em sols e deniers franceses, mas, a partir de 1828, iniciou-se uma cunhagem decimal (31). A outra metade da ilha que fora a colônia espanhola de Santo Domingo, esteve ocupada pelos haitianos, entre 1822 e 1844, data da primeira moeda da República Dominicana independente (33). Cuba, no entanto, continuou sob o domínio espanhol e, na ausência de cunhagem própria, foram ali aplicadas em 1841 contramarcas sobre moedas espanholas de prata (32).

Na década de 1840, o Haiti, como república emitiu moeda (34), mas foi, temporariamente, um “império” sob Faustino I (35). Restabelecida a república, cunharam-se na França, entre 1881 e 1894, belas moedas de bronze e de prata incluindo a unidade monetária, a gourde (36), com grande módulo e 25g. Na República Dominicana houve efêmera (1891) cunhagem denominada em francos (39), substituídos por pesos.

As emissões para as colônias inglesas incluíram moedas de cupro-níquel para a Jamaica (37) e moedas de bronze (38) e de prata para Honduras Britânica (hoje Belize), além de peças de prata com o curioso valor de 4 pence para a “Guiana Inglesa e Índias Ocidentais”.

Na passagem do século, a França emitiu moedas de cupro-níquel (41) para Martinica (1897) e Guadalupe (1903), reemitidas em 1921-1922 (42). Já a Espanha cunhou moedas para Porto Rico em 1895 e 1896, incluindo um bonito peso de prata (40), pouco antes de perder a ilha para os Estados Unidos em função da Guerra Hispano-Americana (1898). Essa guerra também resultaria na independência de Cuba, em 1902. As primeiras emissões dessa república datam de 1915, e incluem um peso de prata (44). Em 1915 e 1916, fez-se uma pequena emissão de um peso de ouro comemorativo de José Martí (45). As Índias Ocidentais dinamarquesas cunharam moedas até 1913 (43); seriam compradas, em 1917, por 25 milhões de dólares pelos Estados Unidos. A Dinamarca também emitiu a partir de 1926, uma cunhagem específica para a Groenlândia, (47), continuada até 1964. A França, por sua vez, emitiu, em 1948, moedas para as ilhas de St. Pierre et Miquelon, ao largo da Terra Nova. (48).

Houve cunhagens específicas para a Guiana Inglesa (46) até 1945, mas, na década de 1950, foram feitas emissões gerais para os Territórios Britânicos do Caribe (49),

destinadas tanto à circulação nas ilhas, incluindo Trinidad e Tobago, como à Guiana. Logo ocorreu um amplo processo de independência, com cunhagens autônomas da república da Guiana (60), de Barbados (51), Trinidad e Tobago (52) e uma emissão genérica dos Estados do Caribe Oriental (50). Dentre as outras antigas colônias inglesas, a Jamaica tornou-se uma república (54), e a antiga Honduras Britânica, o Estado independente de Belize (58). As Bahamas alcançaram a independência plena em 1973, mas as Bermudas (53) permaneceram como colônia parlamentar britânica.

Após enfrentarem longas ditaduras, a República Dominicana (56) e o Haiti (57) vêm mantendo governos democráticos. A República de Cuba (55) é governada por Fidel Castro desde a revolução de 1959. Quanto às antigas colônias holandesas, as emissões para as Antilhas Holandesas mantiveram o busto da soberana holandesa (59), e, mais recentemente, cunharam-se moedas para Aruba, enquanto a Guiana Holandesa tornou-se a República do Suriname (61).

V-7 O Império Otomano, o Norte da África e o Oriente Médio, Sécs. XV-XX

EVENTOS HISTÓRICOS

1501-1735 Dinastia sefévida na Pérsia sob Shah Ismail; sob Shah Abas I (1587-1629) restauração do poder real e expansão territorial.

1517-1575 Sob Selim I (1512-1520) ocupação de Argel e conquista do Egito e da Síria pelos turcos otomanos; sob Suleimã “o Magnífico” (1520-1566), vitória de Mohacs na Hungria (1526); cerco de Viena; retomada de Aden; captura de Buda; conquista da Argélia e da Tunísia; sob Selim II (1566-1574) derrota para a frota cristã em Lepanto (1571), mas tomada de Chipre, Túnis e Bizerta pelos otomanos.

1553-1660 O Saadiano Mohammed al-Mâhdi, senhor do Marrocos (1553); morte de D. Sebastião I e expulsão dos portugueses do Marrocos (1578); Saadianos sucedidos pela dinastia Alávita ou Filali (1660).

1648-1687 Mehemet IV: consolidação do domínio turco sobre a Transilvânia; expulsão dos venezianos da Creta (1669); cerco otomano de Viena, repellido por J. Sobieski.

1686-1718 Expulsão dos turcos da Hungria e da Transilvânia; tratado de Karlowitz (1699); tomada pelos turcos da Moréia aos venezianos, mas ampliação dos territórios austríacos na Sérvia e na Valáquia (1715-1718).

1735-1786 Dinastia sefévida da Pérsia derrubada pelo turcomano Nadir Shah (1735-1747); dinastia dos Qajar (1786-1925).

c. **1756-1782** Enfraquecimento do domínio turco do norte da África; reinado de Ali Bey em Túnis: dinastia hussainida; anarquia na Argélia.

1768-1792 Conquista da Criméia e ocupação russa dos principados romenos; cessão pelos turcos da Bucovina à Áustria (1775).

1801-1866 Acordo de comércio anglo-persa e guerra russo-persa (1801); ocupação russa de Baku e do Daguestão (1806) e de Tachkent (1866).

1804-1849 Muhamad Ali, paxá e depois vice-rei (1840) do Egito; chacina dos mamelucos; submissão dos Uabitas e dos Vaabitas (1818-1819) na Arábia; tentativas de modernização do país.

1808-1855 Mahmud II (1808-1839): perda da Grécia (1829) e primeiras grandes reformas no Império Otomano; tomada de Aden pelos ingleses; conquista francesa da Argélia (1830-1848); guerra turco-russa (1853-1855).

1867-1912 Ismail, quedita (sobe-rano) do Egito em 1867; inauguração do Canal de Suez (1869); a Tunísia (1881) e o Marrocos (1912) protetorados franceses.

1876-1909 Abdul Hamid II; confirmação da independência da Sérvia, Bulgária e Romênia (1878).

1909-1918 Movimento dos jovens turcos; abdicação forçada de Abdul Hamid II (1909); perda da Tripolitânia para a Itália e dos territórios balcânicos (1911-1913); o Império Otomano, aliado da Alemanha, derrotado e ocupado no fim da 1ª Guerra Mundial.

1907-1925 Constituição de Muzaffar al-Din (1907) na Pérsia; fim da dinastia qajar; dinastia dos Pahlavi; adoção do nome Irã (1931).

1914-1923 Protetorado inglês sobre o Egito; Fuad I, rei do Egito (1922-1936); ocupação aliada (anglo-francesa) da Turquia; supressão do sultanato por Mustafá Kemal (1922); proclamação de um estado turco leigo e modernizador; mandato inglês da Palestina e mandatos franceses da Síria e do Líbano.

1921-1953 O Iraque, reino “independente”, com forte influência britânica, sob Faiçal (1921-1933); Ibn Saud, rei da Arábia Saudita (1926-1953); reino independente do Iêmen (1920).

1936-1956 Faruk do Egito destronado (1952); proclamação da república; regime de Nasser (1954-1970); nacionalização do Canal de Suez (1956); ação militar israelense e franco-inglesa interrompida por intervenção das Nações Unidas.

1946-1948 A Transjordânia, depois reino da Jordânia, independente; proclamação do Estado de Israel; 1ª Guerra árabo-israelense (1948).

1952-1962 Líbia, reino independente (1951-1969); processos de independência do Marrocos, Tunísia e Argélia, ex-possessões francesas e do Sudão; Kadhafi na Líbia.

1958-1988 Queda da monarquia no Iraque (1958); ascensão de Saddam Hussein à presidência; guerra Irã-Iraque (1980-1988).

1967-1973 Retirada dos ingleses de Aden; Guerra dos Seis Dias entre Israel e várias nações árabes; em 1973, guerra do Yom Kippur entre Israel, Egito, Síria e outros países árabes; embargo do petróleo.

1978-1981 Acordos de Camp David e tratado de paz entre o Egito e Israel; assassinato de Anwar Sadat no Egito; queda da monarquia no Irã e advento de uma república islâmica (1979).

1990-2000 Guerra do Golfo (1990-1991); acordos de paz entre Israel e a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e entre Israel e Jordânia (1993); assassinato de I. Rabin; continuados confrontos entre palestinos e israelenses.

EVENTOS MONETÁRIOS

c. 1425-1517 No território sob domínio mameluco (Egito, Síria) substituição do dinar de ouro “canônico” de 4,25g pelo “al-ashrafi” com 3,45g, à semelhança do ducado veneziano; na Península Ibérica, com a conquista espanhola, fim das cunhagens da dinastia Nasrida (1232-1492) do reino árabe de Granada; após 1517, cunhagem no Cairo com os tipos otomanos.

c. 1460-1500 Consolidação de um sistema bimetálico de ouro e prata no Império Otomano; o aspre ou akche de prata, circulando mais amplamente que o altin de ouro; entre 1491 e 1566, akche com 0,731g de metal precioso; mudança da relação entre o altin de ouro e o akche, de 1:52 (1491-1516) para 1:60 (1550-1566).

1524-1581 Arrecadação anual do Império Otomano estimada em 4,5 a 5 milhões de ducados ou altins de ouro em 1524; na Pérsia, enfraquecimento gradual da pureza do “shahi” de prata até 1581.

1566-1596 Sob Selim II redução do peso da prata do akche para 0,682g; entre 1584 e 1586, emissão de um akche, ainda a unidade básica do Império Otomano de apenas 0,384g de prata, sendo 120 akche, e pouco depois 200 akche, equivalentes a um altin ou ducado de ouro de 3,517g; imposto de capitação anual médio sobre a população não otomana do Império (djizya) de 40 aspers ou akche em 1574, 70 akche em 1592 e 150 em 1596; entre 1469-1479 e 1580-1589, aumento do salário diário de um trabalhador não qualificado, em Istambul, de cerca de 4,9 para 8,1 akche, equivalentes a 8kg de pão, ou 2,5kg de arroz, ou pouco mais de 2kg de carne de ovelha.

1581-1629 Reinado de Shah Abas I na Pérsia: cunhagem do abbasi de prata; fim da emissão de ouro até 1715.

1586-1618 Enfraquecimento gradual do akche, com 0,323g de prata em 1600 e 0,306g em 1618; crise militar e econômica; influxo maciço de grandes peças de prata espanholas e da Europa Central “gurush”, contribuindo para a depreciação relativa do metal; em 1599, no Iêmen, arrecadação anual de cerca de 400 mil peças de ouro e salário do governador otomano: 900 mil akche.

c. 1574-1680 No Norte da África, cunhagem de ouro no modelo turco nas províncias otomanas de Trípolis e de Tunis; no Marrocos, xerifes saadianos e filalis (após 1631) com emissões próprias de dinars de ouro; circulação de 8 reales de prata espanhóis.

c. 1630-1760 Aumento da djizya para 240 akche em 1630 e para 280 em 1691; introdução de moedas de cobre, e da piastra turca de prata (c. 1687-1688), valendo 160 akche; relativa estabilidade de preços no Império Otomano entre 1690 e 1760; introdução do zeri mahbub de ouro, no Egito e em Istambul; retomada da cunhagem de ouro na Pérsia, o abbasi de prata permanecendo a denominação básica (1715).

c. 1770-1860 Nova onda inflacionária no Império Otomano, associada com o enfraquecimento da moeda.

1797-1890 Fath’ali Shah na Pérsia; emissão do toman, nova denominação de ouro; introdução do kran de prata e subdivisões após 1834.

c. 1835-1885 Adoção de um novo sistema bimetálico ouro prata no Egito (1835) e no Império Otomano, com a introdução de prensas mecânicas, substituindo as moedas de bilhão enfraquecidas, baseado respectivamente no qirsh e no kurush (piastra); excessivas emissões de moedas de prata e de metais não preciosos e depois de papel-moeda: salário de um tecelão, em 1872, no Cairo e em Bagdá, em 1870, cerca de 5 a 10 piastras/dia; adoção do padrão-ouro no Império Otomano (1880) e no Egito (1885) e

estabilização.

1860-1914 Relativa estabilidade de preços no Império Otomano; mas entre meados do séc. XVI e 1914, multiplicação dos preços em moeda nominal (akche) por um fator de 300, versus um aumento de apenas 180% dos preços denominados em gramas de prata; no Marrocos, reforma monetária em 1881, com um dirham de prata = 50 mazunas de bronze e 10 dirhams = 1 rial; na Tunísia, sob protetorado da França, adoção do franco decimal em 1891; a Argélia sem cunhagem própria entre 1847 e 1949.

1913-1914 No Egito, salário de um trabalhador não qualificado: 5 a 7 piastras/dia; salário médio na indústria, segundo o censo turco de 1913: 12 piastras/dia;

c.1918-1945 Cunhagens independentes no Iraque, Arábia Saudita, Iêmen, na nova República Turca, no Egito e no Irã; na Síria, no Líbano e no Norte da África, emissões francesas; em Chipre e Palestina, emissões britânicas.

1945-2000 Com a descolonização, cunhagens independentes no Norte da África e no Oriente Médio e primeiras emissões dos Emirados Árabes, Kuwait, Estado de Israel, Jordânia, Bahrein e Qatar.

Módulo 29 - O Império Otomano, o Norte da África e o Oriente Médio, c.1520-2000.

No séc. XVI, o Império Otomano alcançaria sua máxima extensão. No norte da África, apenas o Marrocos, sob a dinastia Saadiana ou Hasani (1554-1669), manteve a sua autonomia. A dinastia dos Sefévidas da Pérsia (1501-1756) também conservou a sua independência, expandindo o seu território na Ásia Central e ocupando Bagdá até 1638. Inevitavelmente as emissões otomanas predominaram no Mediterrâneo oriental no séc. XVI, incluindo principalmente o “sultani”, dinar ou “altin” de ouro (1,2) de cerca de 3,5g, o “akche” de prata de cerca de 1g e o “para” (de 4 e depois de 3 akches), emitidos principalmente em Istambul (Constantinopla) e no Cairo. No início do séc. XVII, o peso do akche reduziu-se para cerca de 0,3g. (Teoricamente, 3 akche eram iguais a 1 “para”, 5 “para” a 1 beshlik; e 10 “para” a 1 onluk). Sob Osmã II (1618-1622), teve início a cunhagem do “Mangir” de cobre (5).

Na Pérsia, o Sefévida Shah Ismail (1501-1524) emitiu inicialmente “tankas” de prata de 3,6g, de tipo Timurida, mas depois adotou o shahi de prata como unidade monetária, rapidamente enfraquecido sob seus sucessores, com 2,3g sob o Shah Abas I (1581-1629), que cunhou também peças de 2 shahis (3) e o abbasi de prata de cerca de 7,7g. Nesse reinado, após algumas emissões de ashrafis de 3,9 g, a cunhagem de ouro persa cessou por mais de um século, até 1715. No Marrocos, os xerifes saadianos ou hasani emitiram, nos sécs. XVI e XVII, principalmente em Fez e Marrakesh, dinars de ouro (4) e dirhams de prata e seus respectivos múltiplos. Foram sucedidos, a partir de 1631, pelos xerifes filali, dinastia ainda hoje reinante no Marrocos.

Nos sécs. XVII e XVIII os otomanos introduziram novas denominações como o kurush ou piastra de 40 “para”, o zolota de 30 “para” e o yirmilik de 20 “para”, e cunharam peças de prata de grande módulo, como os 2 zolotas (8) e o yuzluk de 2 ½ Piastras (9). Recorreram também a uma extensa cunhagem de bilhão (7). Na segunda metade do séc. XVIII, o akche foi reduzido a uma peça de bilhão de 0,1 e 0,2g. Ao longo do século,

tanto em Istambul como no Egito, passou a ser cunhado o zeri mahbub de ouro (10) de cerca de 2,5g.

Na Pérsia, no séc. XVIII, a dinastia Sefévida foi sendo gradualmente derrubada, sendo substituída pelos Afsharidas, - que mantiveram a cunhagem do abbasi de prata (6) -, pelos Zand, e, a partir de 1779, de forma mais duradoura, pela dinastia Qajar, que sob Fath' ali Shah (1797-1834) voltaria a emitir moedas de ouro em quantidade, tendo o toman (com seu peso gradualmente reduzido para cerca de 3,5g) como unidade (13). Em paralelo, o kran de 6,9 g tornou-se a denominação básica para a cunhagem de prata (sendo equivalente a 20 shahis de 50 dinars, ou a 1.000 dinars de cobre). No final do séc. XIX, tanto o shahi (38) como os 5.000 dinars ou 5 krans (39) foram emitidos regularmente. No séc. XVIII, os xerifes Filali continuaram a cunhar dinars de ouro, dirhams de prata, além do falus de bronze e seus múltiplos, e introduziram uma peça de prata de cerca de 29 g, o mitqal (11). Os beys de Túnis, soberanos locais vassallos dos otomanos, desenvolveram uma cunhagem própria com o “burbe” (12), e os kharubs de cobre e piastras de bilhão (18), além do tradicional “sultani” de ouro, que foi emitido normalmente até as primeiras décadas do séc. XIX.

Ao longo desse século, a cunhagem otomana continuou extensa, mas ocorreu um enfraquecimento da moeda de bilhão, em parte substituída por peças de cobre. No Egito, Muhamad Ali (1805-1848), teoricamente vice-rei sob os otomanos, mas na prática independente, cunhou o qirsh (ou piastra) de bilhão (17) e o “zeri mahbub” de ouro e suas frações (16). O sultão Mahmud II (1808-1839) manteve a cunhagem regular de prata (14) e de ouro a partir de Istambul, e introduziu o “hayriye altin” (15) de ouro de elevado padrão estético. Na Argélia, sob sua autoridade, e pouco antes da conquista francesa, cunhou-se o “budju” de prata (19), equivalente a 24 muzuna ou 48 kharub, e suas subdivisões, além do tradicional sultani de ouro e suas frações.

O Marrocos manteve, até cerca de 1881, a tradicional cunhagem do ½ dirham (20) e do dirham (25) de prata, e dos falus de bronze (26), cunhados manualmente. Ocorreu então uma reforma monetária, com um novo dirham de prata igual a 50 mazunas de bronze, sendo 10 dirhams iguais a um Rial, e iniciou-se a cunhagem mecânica das moedas do reino (31,32).

No Império Otomano também foi implementado, em 1844, um novo regime monetário que perduraria até 1923, com uma piastra ou kurush (qirsh no Egito) igual a 40 “para”. Emitiram-se em Istambul e no Cairo, em nome do sultão, moedas de 40 “para” de cobre (21, 28), e belas peças de prata de 20 piastras ou kurush (22, 29, 35). A cunhagem de ouro incluiu desde pequenas peças de 5 qirsh (23) do Egito aos 100 kurush (27) para todo o império. Às vésperas da 1ª Guerra Mundial, iniciou-se a cunhagem de “paras” de níquel (34).

No sul da Arábia, o Sultanato de Mascate e Omã, protegido pela Grã-Bretanha, manteve uma cunhagem própria (30) sob Feisal bin Turee (1888-1913) e no séc. XX (51). Mas, no final do séc. XIX, aumentou a pressão colonialista das potências europeias no norte da África. Tunis, que também tivera moedas cunhadas mecanicamente no exterior (24), tornou-se o protetorado francês da Tunísia em 1881, tendo adotado o sistema decimal a partir de 1891, com cunhagens de bronze, prata e ouro (33) que, após a 1ª Guerra Mundial, passaram a incluir o bronze-alumínio (44). O Marrocos também se transformou em protetorado francês em 1912, com o franco como unidade monetária a

partir de 1921 (41). Finalmente, o Egito tornou-se protetorado britânico (36) entre 1914 e 1922, e depois reino. Os Qajars da Pérsia mantiveram a sua independência e sua cunhagem inalterada (40), até serem substituídos no trono pela dinastia Pahlevi, a partir de 1925.

Nos anos que se seguiram à 1ª Guerra Mundial, o Egito permaneceu independente sob Fuad (37) e depois Faruk (52), que reinaria até 1952. Foram criados os protetorados do Líbano (42) e da Síria (43) sob a França, e o Mandato da Palestina (46, 49) sob a Grã-Bretanha. Chipre, já anteriormente sob controle britânico, tornou-se uma colônia em 1925, com moedas com o busto do soberano inglês (45). A Arábia Saudita (48) e o Iraque (50) consolidaram-se como reinos independentes, e a Turquia, transformada em república (47), entrou numa fase de modernização sob Mustafá Kemal (“Ataturk”). Com o final da 2ª Guerra Mundial, iniciou-se, gradualmente, um processo de descolonização no norte da África e no Oriente Médio. Entre 1946 e 1949, consolidou-se a independência do Estado de Israel (59, 60) e do Reino da Jordânia (61, 78). O Líbano (63) e a Síria (64) tornaram-se repúblicas, assim como Chipre (70, 71), e a Turquia durante algum tempo emitiu moedas de prata (56), antes de enfrentar um forte processo inflacionário nas duas décadas finais do séc. XX.

No Iraque, a monarquia (57) foi substituída por um regime “republicano” que, sob a liderança de Saddam Hussein, invadiu o Kuwait (58), provocando a Guerra do Golfo. O Irã passou por duas fases, sendo a monarquia Pahlevi (68) substituída, em 1979, por uma república islâmica (69). Na Arábia Saudita, a dinastia fundada por Abd Al-Aziz bin Sa’ud manteve-se no poder, e diversos estados árabes passaram a cunhar moedas próprias, incluindo o Qatar (76), o Bahrein (79) e a União dos Emirados Árabes (77). O reino do Iêmen (67), foi reunido à República Democrática Popular do Iêmen (antes Aden ou Arábia do Sul), para formar a República do Iêmen.

A França tentou preservar as suas possessões no norte da África, para as quais houve emissões específicas no imediato pós-guerra (53, 54, 55). No entanto, o Reino do Marrocos voltou a ser independente em 1956, efetuando temporariamente cunhagens de prata (64, 65). A Tunísia tornou-se uma república em 1957, e a Argélia em 1962. A Líbia, transformada em colônia italiana em 1911, passou a ser uma monarquia constitucional em 1951, sob Idris II (72) e uma república em 1969 (73). No Egito a monarquia foi derrubada em 1952, e sob a república e a liderança de Nasser, cunharam-se algumas belas peças de prata (66), além de uma extensa emissão para circulação corrente, mais recentemente de cupro-níquel, alumínio e latão (75). No Sudão, predominaram, também, a partir da independência, em 1956, as cunhagens de cupro-níquel (74), bronze e latão.

V-8 O Subcontinente Indiano, a Birmânia e a Tailândia, Sécs. XVI-XX

EVENTOS HISTÓRICOS

c. 1503-1592 Os portugueses em Cochim, Goa, Damão e Diu na Índia, e no Ceilão (1540-1592); ocupação de Delhi e morte de Babar (1530).

1556-1605 Akbar imperador grão-mongol; conquista de Bengala (1574-1576); fundação, em Londres, da Companhia das Índias Orientais (East India Company).

1605-1658 Reinados de Jahangir (1605-1628) e de Shah Jahan (1628-1658); construção do Taj-Mahal em Agra (1632-1650); ingleses em Madras (1639); substituição dos portugueses pelos holandeses no Ceilão (1658).

1658-1707 Reinado do imperador grão-mongol Aurengzeb; aquisição de Bombaim pelos ingleses (1662); os franceses em Pondichéry (1674); submissão do leste do Afeganistão (1667-1672); soberania sobre Assam e anexação de parte do Decã; Sikhs contidos nos contrafortes do Himaláia; conflitos com a Companhia das Índias Orientais e fundação de Calcutá (1690); declínio e gradual desintegração do Império, com a morte de Aurengzeb (1707).

1720-1759 Domínio dos Marathas da região do norte da Índia do Decã ao Ganges (1720-1740); Nadir-Shah, da Pérsia, em Delhi (1739); entrada dos afegãos de Achmecht Shah no Pendjab e em Delhi (1759).

1757-1773 Vitórias inglesas sobre o nababo de Bengala (1757) e sobre o grão-mongol e o nababo de Aud ampliando a conquista inglesa; Tratado de Paris, excluindo os franceses da Índia (1763), excetuados 5 empórios; possessões portuguesas preservadas; Lei de Regulação aumentando o controle do Parlamento inglês sobre a Companhia das Índias Orientais.

1767-1782 Após quatro séculos de conflito, vitória decisiva dos tailandeses sobre os birmaneses; sob Rama I, Bangcoc nova capital tailandesa.

Sécs. XVIII e XIX O Afeganistão sujeito aos imperialismos russo e britânico; 1a Guerra Afegã (1839-1842); ingleses em Cabul e no Beluchistão; 2a Guerra Afegã (1878-1880); forte influência inglesa.

1794-1849 Anexação inglesa de Lahore (1794); queda do império Maratha e contrôle inglês sobre toda a Índia: guerras Sikhs; os ingleses senhores do Pendjab e do Cachemira (1845-1849).

1824-1885 Conquista do Assam pelos ingleses; anexação da Birmânia meridional (1852); anexação do reino da Birmânia à Índia Inglesa (1885).

1826-1896 Tratado de Comércio e Amizade entre a Tailândia e a Grã-Bretanha; a independência da Tailândia, monarquia absoluta, confirmada por um acordo franco-britânico.

1854-1876 1a fábrica de fiação em Bombaim (1854); revolta dos Sipaio; transferência da Índia Britânica para a coroa; o governador-geral transformado em vice-rei (1857-1858); Vitória, rainha da Inglaterra, imperatriz das Índias (1876).

1885-1906 Fundação do Partido do Congresso Nacional Indiano (1885) e da Liga Muçulmana (1906).

1909-1932 Cessão pela Tailândia à Grã-Bretanha dos estados malaios de Kedah, Kelantan, Trenganu e Perlis; a Tailândia monarquia constitucional (1932).

1920-1932 Movimentos de não cooperação (1920) e de desobediência civil (1930) lançados por Ghandi; Partido do Congresso Nacional declarado ilegal e prisão de Ghandi (1932).

1921-1973 Monarquia afegã independente mantida até a queda de Zahir shah (1973).

1935 Na Índia, Confederação Pan-Indiana; estabelecimento de governos provinciais e sistema federal; o Partido do Congresso vencedor das eleições sob a nova Constituição.

1946-1950 Governo provisório presidido por J. Nehru, líder do Partido do Congresso; independência do Paquistão muçulmano e da União indiana (1947) e do Ceilão e da Birmânia (1948); assassinato de Ghandi (1948); sob a Constituição de 1950, a Índia república federal democrática e laica; Rama IX, rei constitucional da Tailândia (1946 -).

1952-1965 Anexação pela Índia dos territórios franceses (1952-1956) e da Índia Portuguesa (1961); os militares no poder na Birmânia (1962); independência das ilhas Maldivas (1965).

1964-1976 Morte de Nehru; conflito indo-paquistânês sobre o Cachemira; criação do Bangladesh; início do movimento de libertação Tamil (1976) em Sri Lanka (ex-Ceilão).

1975-1985 Alternância no poder na Índia do Partido do Congresso e do Partido Jana; assassinato de Indira Ghandi (1984); Associação do Sudeste Asiático para Cooperação Regional (1985), incluindo Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, para cooperação cultural, científica e econômica; revolta Tamil, guerra civil no Sri Lanka (1984-1987) e intervenção indiana (1987-1990).

1978-2002 Golpes militares no Afeganistão; apoio e invasão soviéticos; guerra e retirada russa do país (1988-1989); predominância dos talibãs; invasão anglo-americana com mandato das Nações Unidas; restauração de eleições diretas livres (2002).

EVENTOS MONETÁRIOS

1500-1640 Cunhagens portuguesas para suas possessões na Índia, em ouro, prata, cobre e ligas de estanho; inclusive durante a União das Coroas Ibéricas manutenção de cunhagens portuguesas ininterruptas para a Índia Portuguesa até 1961.

1506-1658 Cunhagens portuguesas no Ceilão; uso de “larins”, pequenas barrinhas de prata retorcidas no Ceilão, nas Ilhas Maldivas e na costa oriental da Índia.

1556-1605 Padronização e simplificação da cunhagem do Império Grão-Mongol, sob Akbar: rúpia de prata de 11,6g como unidade básica, além de “mohurs” de ouro e de moedas de cobre divisionárias; fim das cunhagens independentes de Malwa (1560), Gujarat (1572), e Cachemira (1589), conquistadas por Akbar; cunhagem independente mantida no reino de Arakan (hoje Birmânia/Myanmar) até 1784.

c. 1560-1740 Cunhagens independentes de diversos reinos no Nepal, derivadas da cunhagem grão-mongol, com inscrições em Nagari.

Sécs. XVI-XVII No Império Grão-Mongol, exigência do pagamento do imposto sobre a terra em moedas; livre acesso da população às casas da moeda e metal transformado em moeda mediante taxa de “senhoriagem” de 5,6%; entre 1591 e 1639, volume de moedas em circulação multiplicado por três.

1628-1777 Cunhagem de qualidade mantida por Shah Jahan e Aurengzeb; fim do sistema monolítico de cunhagem dos grãos mongóis com a política de arrendamento das casas da moeda de Farrukhsiyar (1713-1719); nas décadas seguintes, diversas emissões de Estados indianos, dos mesmos tipos da cunhagem grão-mongol, mas com símbolos próprios; em Bengala, pagamento de impostos obrigatoriamente sob a forma de moedas.

1648-1935 Cunhagens próprias de “laris” dos sultões das Maldivas.

1658-1796 Cunhagens holandesas, da Companhia das Índias Orientais, para o Ceilão e para as suas possessões indianas de Pulicat, Negapatam e Masulipatam, e dinamarquesas em Tranquebar (estas mantidas até o séc. XIX).

Sécs. XVII-XVIII Utilização de barras de prata retorcidas como moeda na Tailândia, (por exemplo em Chiang Mai); introdução das moedas-bala (“bullet-money”) (séc. XVIII); cunhagens independentes de Assam (reino de Ahom) entre c. 1648-1663 e 1821.

1747-1790 Cunhagem da dinastia Durrani (1747-1858) no Afeganistão baseada na rúpia de prata; fim da cunhagem independente dos reinos de Catmandu, Patan e Bhatgaon e cunhagem centralizada da dinastia Shah de mohars de ouro e de prata e paisas de cobre; primeiras cunhagens independentes do Reino do Butão (c. 1790).

c. 1750-1821 Emissões francesas em Pondichery e continuação das cunhagens inglesas, portuguesas, dinamarquesas e holandesas na Índia; emissões britânicas para o Ceilão preservando denominações holandesas (1796-1821).

Séc. XVIII-XIX Nas áreas indianas sob controle inglês, imposto sobre a terra devido em moeda; após 1835, substituição de 25 variantes locais de rúpias pela rúpia de prata da Companhia das Índias Orientais em toda a Índia, com curso legal não estendido ao ouro.

1851-1907 Sob Mongkut (Rama IV, 1851-1868), início da cunhagem mecânica na Tailândia, incluindo o bath de prata, múltiplos e subdivisões (1 bath = 64 att de bronze até 1907).

1852-1951 Cunhagens efêmeras na Birmânia superior (1852-1885); cunhagens no Ceilão com o retrato do monarca britânico, de 1 cent a 50 cents da rúpia (1870-1951).

1858-1973 Cunhagem da dinastia Barakzay no Afeganistão; introdução de rúpias de prata e paisas de cobre, e depois do amani de ouro (1919-1929); sistema decimal, baseado no “afgani” (1925) mantido após 1973 pela república; a rúpia decimal adotada no Nepal.

1893-1948 A Índia forçada pelas autoridades britânicas a abandonar o padrão-prata e adotar um tipo de padrão-ouro, com a rúpia vinculada à libra esterlina: em 1893,

recunhagem das moedas de prata com valor de face superior ao valor intrínseco; em 1914, 1,8 bilhões de rúpias de prata em circulação contra apenas 0,5 bilhões em papel-moeda; em 1919 respectivamente 2,9 bilhões e 1,7 bilhões; após 1919, retirada de circulação das rúpias de prata e gradual predominância do papel-moeda na circulação.

1908-2000 Cunhagem decimal do Reino da Tailândia, com 100 satang = 1 Bath e 25 satang = 1 salung.

1950-2000 Cunhagens independentes da Índia (1950), do Paquistão (1948) e do Ceilão baseadas na rúpia; da Birmânia (1949), com 100 pyas = 1kyat; da república das Maldivas (1960), com 100 laari = 1 rúpia; de Bangladesh (1973) com 100 poisha = 1 taka; no Reino do Butão em 1974, sistema decimal (100 chetrums = 1 ngultrum).

Módulo 30 - O Subcontinente Indiano, e seus Vizinhos, Sécs. XVI-XX

Ao longo do séc. XVI, principalmente sob Akbar (1556-1605), os Grão-mongóis progrediram na conquista da Índia, que praticamente se completaria com a conquista do Decã por Aurenzzeb (1659-1707). Em paralelo, os portugueses garantiram os empórios de Goa, Damão e Diu, e também se firmaram no Ceilão. No séc. XVI, o reino de Cooch Behar (hoje em Bangladesh) conseguiu manter a sua independência, e cunhou moedas de tipos próprios (2), como também os reinos de Assam e o de Arakan, hoje na Birmânia. No sul da Índia, vários sultanatos do Decã emitiram moedas até o séc. XVII, mas o reino de Vijayanagar entraria em decadência após 1565.

O sistema monetário dos Grão-mongóis baseava-se na rupia de prata de 11,6g, redonda ou quadrada (1), com o grau de pureza mais elevado que a metalurgia da época permitia alcançar (3-5), complementada por “mohurs” de ouro e “dams” de cobre. As equivalências teóricas eram de 8 rupias por um mohur e de 40 dams por rupia, mas essa relação variava de acordo com o mercado. Após alcançar um auge por volta de 1707, quando quase toda a Índia devia lealdade ao imperador, o Império Grão-mongol foi perdendo força ao longo do séc. XVIII, durante o qual várias potências europeias tentaram ocupar territórios no subcontinente indiano, e diversos Estados indianos ampliaram a sua autonomia. Durante os sécs. XVI e XVII, Portugal manteve cunhagens de ouro (6) e de outros metais em suas colônias na Índia. A partir do séc. XVIII, foram as cunhagens da Companhia Britânica das Índias Orientais (East India Company) que mostraram um volume crescente (11-16), em paralelo com emissões próprias de Estados como Navanagar (7), Cochim (8) e Misore (9).

Ao longo do séc. XVIII, a dinastia dos Durranis (1747-1842) consolidou a independência do Afeganistão, conquistando áreas anteriormente sob o controle sefévida, ou antes dependentes dos Grão-mongóis. Os Durranis cunharam basicamente rupias de prata (10). O Nepal também consolidou-se no séc. XVIII, e a dinastia Shah, iniciada por Pritavi Narayan, cunhou mohars de prata (11) e “paisas” de cobre, além de mohars de ouro.

Na segunda metade do séc. XVIII, a cunhagem dos enclaves estrangeiros na Índia aumentou, incluindo emissões da “Presidência” britânica de Bombaim, de estanho (12), cobre (15) e prata (16), e as da “Presidência” de Madras, de prata (13) e cobre (14). Na Índia portuguesa, continuaram as cunhagens de xerafins de ouro (17) e de tangas de

prata. Após a Guerra dos Sete Anos na Europa, a França ficou reduzida a cinco empórios na Índia, mas Pondichéry conduziu um ativo comércio e centralizou as cunhagens francesas de “fanons” de prata (18, 19) e “doudous” de cobre. No Ceilão, circularam moedas coloniais portuguesas nos sécs. XVI e XVII, mas, em 1658, os holandeses expulsaram definitivamente os portugueses, e cunharam moedas com as iniciais da Companhia das Índias Orientais, VOC, até o final do séc. XVIII (20), quando os ingleses tomaram a ilha e a transformaram em colônia britânica. As emissões inglesas para o Ceilão incluíram peças de grande espessura, como o 1/48 de rixdollar (21), cunhado localmente e peças produzidas mecanicamente (22), com a denominação holandesa de “stivers” preservada.

Ao longo do século XIX, os Nizams do Decã cunharam “dubs”, moedas retangulares de cobre com legendas ilegíveis, mas com ampla circulação (23). Contrastavam com as moedas coloniais inglesas cunhadas mecanicamente, como o ¼ de pagoda de cerca de 1808 (24). A rupia de prata foi cunhada com módulo menor e espesso (26) ou com módulo maior e menos espesso em Bengala (25), ambas com o tipo imobilizado e o peso de 11,6g. A Companhia das Índias Orientais também cunhou, em Madras, peças de ouro de 10 rupias ou um mohur (27), e de 5 rupias (28), além de uma emissão de prata (29) e de uma de cobre (30), esta última denominada em “annas”, sendo 16 annas iguais a uma rupia. A partir de 1835, o retrato do soberano inglês passou a constar da cunhagem colonial (31). Na Índia Portuguesa, no entanto, a cunhagem de ouro manteve tipos inalterados (32).

Em 1858, após a revolta dos Sipaios, os bens e poderes da Companhia foram transferidos para a Coroa inglesa. Das moedas de prata e de ouro da rainha Vitória constam inicialmente o título de rainha (33, 34) e, após 1877, o de imperatriz. Ao longo dos sécs. XIX e XX, diversos Estados da Índia mantiveram uma cunhagem própria, com diferentes denominações. Os Estados de Kutch (36) e Junagadh (37) emitiram “koris”, e Travancore “chuckrams” (38), de prata. No Estado de Baroda emitiram-se paisa (39) e rupias e em Gwalior, adotou-se o sistema geral da rupia dividida em 16 annas (40). Alguns Estados mantiveram emissões de ouro, entre as quais destaca-se a dos ashrafis de Hyderabad (41).

O reino da Birmânia emitiu moedas próprias durante o reinado de Mindon (1853-1878), que incluíram o “kyat” de prata (35). Mas a Birmânia foi anexada à Índia Inglesa em 1885, e a cunhagem indiana passou a circular no país. Da Segunda metade do séc. XIX até a sua independência, o Ceilão teve cunhagem própria com o retrato dos monarcas ingleses (42). Já o Afeganistão, sob os Barakzai, apesar de breves intervenções inglesas, conseguiu preservar a sua cunhagem, baseada na rupia (43). O Nepal, também independente, cunhou belas “tolas” de ouro na virada do século (44), além de mohars de prata.

No séc. XX, a cunhagem colonial inglesa na Índia sofreu poucas alterações, repetindo-se as denominações básicas sob Eduardo VII (45), Jorge V (46) e Jorge VI (47), tendo todos eles usado o título de imperador. Após a 2ª Guerra Mundial, as pressões para a independência tornaram-se irresistíveis. A Índia foi inicialmente desmembrada entre a república da Índia (48-55) e o Paquistão (62). A cunhagem da Índia foi basicamente de bronze, cupro-níquel e níquel e, mais recentemente, de alumínio e latão. Houve algumas cunhagens de prata (52), comemorativas, mas as figuras de Gandhi (51), Nehru (50) e Indira Gandhi (53) foram também celebradas em emissões para circulação geral. O pilar

de Açoka, imperador Mauria, adotado como tipo desde as primeiras cunhagens (48,49) até recentemente (54), tornou-se uma espécie de símbolo, mas emitiram-se também peças com o mapa do país (55).

O Paquistão Oriental tornou-se, em 1971, a República de Bangladesh, com moedas próprias (65,66), enquanto a parte ocidental preservou o nome de República Islâmica do Paquistão e cunhou também peças de circulação geral, homenageando Mohammad Ali Jinnah (63), além de outras figuras nacionais (64). A República do Ceilão mudou o nome para Sri Lanka, mas preservou a rupia como sua unidade monetária (60, 61), como também as Ilhas Maldivas, que, de protetorado inglês tornaram-se república, e onde às emissões de “larins” de cobre do início do século (58), seguiram-se as cunhagens republicanas (59). Ao norte da Índia, o Butão (67,68) e o Nepal (69-71) preservaram o sistema monárquico. Mais para o oeste, o reino do Afeganistão adotou, a partir de 1925, um sistema monetário decimal baseado em um “afgani” igual a 100 “puls” (56), e cunhou moedas com o retrato do rei Muhamad Zahir Shah (57), que foi deposto em 1973. Após quase três décadas de guerras e devastações, realizaram-se eleições livres no país em 2002.

A leste da Índia, a república da Birmânia (hoje Myanmar) cunhou moedas a partir de 1949, adotando o “kyat” dividido em cem “pyas”, a partir de 1952, como unidade monetária (72, 73), cunhado em cupro-níquel. Já o reino da Tailândia manteve a sua independência desde os sécs. XVII e XVIII, quando se utilizaram como moeda, no país, barras de prata retorcidas, denominadas em “bath”, notadamente na região de Chengmai (74). Nos sécs. XVIII e XIX usaram-se “moedas-bala”, com formato arredondado, estampadas com símbolos dos monarcas e o seu valor (75, 76). Mongkut também cunhou baths de prata de tipo “ocidental” (79). Entre 1850 e 1870, na falta de moedas de pequeno valor, parecem ter sido utilizadas para troco, em Bangcoc, fichas de casas de jogo chinesas, emitidas em porcelana (77, 78). Desde o final do séc. XIX, os monarcas tailandeses mantiveram uma cunhagem regular, utilizando a prata (80) e o estanho (81), entre outros metais. Nas últimas décadas do séc. XX, Phumiphol Adulyadet (1946 -), emitiu peças comemorativas de prata, a maior parte não destinada à circulação. Nos anos 1990, o bath e seus múltiplos foram cunhados em cupro-níquel (82).

V-9 O Extremo Oriente, c. 1850-2000

EVENTOS HISTÓRICOS

1867-1912 Abdicação do último Xogum (1867) e início do Reinado “Meiji” de Mutsuhito no Japão; reformas econômicas e políticas (1870-1900); concessão imperial de uma Constituição (1889) com eleitorado muito limitado; fim da jurisdição estrangeira e liberdade para a política alfandegária (1899); fundação de partidos nacionais liberais e conservadores.

1874-1905 Política externa agressiva do Japão; anexação das ilhas Ryukyu e Curilas (1879); vitória do Japão na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895): cessão de Formosa (Taiwan) ao Japão; Guerra Russo-Japonesa (1904-1905): aquisição do sul da ilha de Sacalina.

1875-1911 Fim da dinastia Qing na China; Kuang-hsu (Te Tsung), imperador controlado pela tia, a imperatriz Tz'u-hsi, e Hsuan T'ung (1908-1911) imperador criança: ausência de reformas.

1896-1910 Influência russa na Coréia (1896-1904); protetorado japonês (1907) e anexação pelo Japão (1910).

1897-1904 Ocupação pela Alemanha de Kiao Chao na China; Revolta dos "Boxers" e ataque às legações estrangeiras em Pequim (Beijing); repressão com corpo expedicionário das potências estrangeiras (1900-1901); fundação do partido Kuomintang por Sun Yat-sen (1904).

1910-1913 Primeiras assembleias provinciais na China e abolição da escravidão; Revolução chinesa e captura de Nanquim pelos republicanos; Sun Yat-sen "presidente provisório"; consolidação do Kuomintang e abdicação do último imperador Qing; independência do Tibet (1913-1950).

1912-1920 O Marechal Yuan Shi-kai presidente da República Chinesa; expulsão do Kuomintang e dissolução do Parlamento (1914); Yuan Shi-kai, auto-proclamado imperador, assassinado em 1916; anarquia mi-litar com senhores da guerra dominando diferentes regiões.

1912-1931 Imperador Ioshihito (1912-1926) e entrada do Japão na 1ª Guerra Mundial do lado dos Aliados: obtenção de possessões alemãs no Pacífico; liberalização relativa no Japão (1919-1931) e ascensão de Hirohito (1926-1989).

1920-1925 Sun Yat-sen presidente de uma república da China meridional; ditadura do general Tchang Tso-lin no norte (1920); fundação do Partido Comunista Chinês (PCC) por Mao Tsé Tung (1921); formação da república popular da Mongólia (1921-1924); morte de Sun Yat-sen (1925).

1925-1927 Conflitos entre o PCC e o Kuomintang dirigido por Chang Kai-shek: repressão aos comunistas e seu afastamento do governo de Nanquim (1927).

1930-1934 Resistência armada do PCC; campanhas vitoriosas do governo de Nanquim; Grande Marcha: retirada do exército comunista chinês para Shensi (Shanxi).

1931-1941 A extrema direita expansionista no poder no Japão; ocupação japonesa da Manchúria (1931) e criação do estado-títere independente de Manchucuo em 1932.

1937-1945 Invasão japonesa de parte da China (1937); com a 2ª Guerra Mundial, aliança das forças nacionalistas e comunistas contra o invasor; ataque japonês a Pearl Harbor (1941); depois de vitórias iniciais, capitulação do Japão após o bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki.

1945-1949 Vitória dos comunistas sobre os nacionalistas na China; retirada de Chang Kai-shek para Taiwan (China Nacionalista); no continente, dominado pelo PCC, a República Popular da China, sob a liderança de Mao Tsé Tung.

1945-1951 No Japão, sob influência americana, nova Constituição democrática, sem abolição do Império (1947); recuperação da soberania e início de rápido crescimento econômico (1951).

1948 A Coréia dividida em Coréia do Norte, governada por Kim Il-song, e Coréia do sul, por Syngman Rhee (1948-1960).

1950-1953 Guerra da Coréia; reconhecimento das duas Coréias pelos EUA e a U.R.S.S. (1953).

1958-1969 “Grande Salto para a Frente” na China (1958); grandes fomes e repressão da revolta do Tibet (1959); “Grande Revolução Cultural Proletária” (1966).

1963-1979 Regime autoritário de Park Chung-hee na Coréia do sul, assassinado em 1979; a China admitida nas Nações Unidas no lugar de Taiwan (1971); morte de Mao; luta pelo poder na China; Den Xiao Ping (1978): reformas econômicas e Tratado de Paz e Amizade entre a China e o Japão.

1989-1992 Akihito, novo imperador do Japão; incidente da praça de Tiananmen em Pequim e restrições a uma maior liberdade política (1989); 1as eleições livres em Taiwan e nova Constituição na Mongólia, repelindo o Comunismo como sistema (1992).

1997-2000 Morte de Deng Xiao Ping; devolução de Hong Kong e de Macau à China; continuação do forte crescimento econômico chinês; estagnação econômica no Japão.

EVENTOS MONETÁRIOS

c. 1850-1911 Emissão imperial chinesa do cash de bronze ou latão e seus múltiplos fundidos em moldes, com furo ao centro (até 1908); em paralelo, a partir de 1903, cunhagem mecânica de 1 a 20 cash, de bronze ou cobre, e de 10 a 50 cents, e dólares ou yuans de prata, para circulação geral no império; sistema monetário adotado: 10 cash = 1 cent; 100 cents = 1 dólar ou yuan = 0,72 tael; 10 candareen = 1 mace; 10 mace = 1 tael; cunhagens provinciais em bronze, cobre e prata, a partir de 1888, incluindo o yuan: continuado uso de barras de prata para grandes transações; cunhagem regular ininterrupta em Hong Kong como possessão inglesa (1863-1997).

1871-1899 No Japão, sistema decimal, com o yen de prata dividido em 100 sen e 1 sen = 10 rin; desmonetização das cunhagens anteriores; criação do Banco do Japão; em 1897, adoção do padrão-ouro, facilitada pelo recebimento de indenização da guerra Sino-Japonesa de 300 milhões de taels, equivalente a 364 milhões de yens (então equivalentes a 1/3 da renda nacional japonesa); continuação da cunhagem de moedas divisionárias em prata e bronze; em 1898, em 62 fábricas têxteis japonesas, salário médio mensal das mulheres: 4,05 yen e dos homens 6,83 yen; crescente importância do papel-moeda, conversível em ouro, emitido pelo Banco do Japão (1899).

1888-1910 Na Coreia, sob o imperador Tai (1863-1897), introdução da cunhagem mecânica; reformas monetárias entre 1892 e 1910.

1901 Indenização de 450 milhões de taels então, equivalentes a 67,5 milhões de libras esterlinas paga pela China a 8 potências estrangeiras pelos “prejuízos” causados pelos Boxers.

1913-1950 Cunhagem do Tibet independente, incluindo múltiplos de 3 srang de prata e 10 srang de bilhão, e uma curta emissão de 20 srang de ouro (1918-1921).

1912-1920 Cunhagens regulares da república chinesa; entre 1912 e 1916 emissões do general Yuan-Shi-Kai com seu retrato, inicialmente como ditador e depois como usurpador do império, envolvendo principalmente yuans de prata, depois cunhados até 1929 com as datas congeladas, com emissão total estimada em 750 milhões de peças; diversas cunhagens de yuans comemorativos, com os bustos dos generais-presidentes e de Sun Yat-Sen.

1920-1945 Início das emissões da Mongólia (1925), baseadas no tugrik; no Japão, fim da cunhagem regular do 20 yen (1920) e do 5 yen de ouro (1924), iniciada em 1897.

1928-1933 Preço do arroz em Xangai oscilando entre 0,10 e 0,25 yuan (1930-1933); entre 1929 e 1933, salários agrícolas diários no delta do Yangtsé: em média 0,32 yuan em dinheiro e 0,40 yuan em produtos.

1931-1934 Abandono do padrão-ouro pelo Japão; na China cunhagem do chamado yuan “do Junco” de prata, com o retrato de Sun Yat-sen num total de cerca de 177 milhões de peças.

1934-1935 Forte saída de prata da China para o exterior, decorrente do aumento do preço da prata causado pelo “Silver Purchase Act” dos EUA; abandono do padrão

monetário baseado na prata; em 1935, reforma monetária com o papel moeda dos três bancos do governo (Banco Central, Banco da China e Banco de Comunicações) declarado de curso legal; nacionalização da prata, a ser recebida por uma Caixa de Reserva do Meio Circulante, em troca de notas de curso legal.

1936-1945 Novo sistema de cunhagem na China (1936), com novas moedas com valor fixo confiável, de 20, 10 e 5 cents de níquel puro e cents e ½ cents de cobre; em 1939, salário de tecelão em Touzongmai, oscilando entre 0,26 e 0,38 yuan mais alimentação em valor equivalente, e inferior ao de trabalhadores rurais; custo de um tear de pedal: 7 a 10 yuan; com a invasão japonesa da China, monopólio de emissão de cédulas do Banco Central da China em 1942; no Japão, preço do arroz: cerca de 27,2 sen por litro em 1941 e 51 sen em 1945.

1959-2000 Cunhagens separadas para a Coreia do Norte (com 100 chon = 1 won) e a Coreia do Sul (com 100 chon = 1 hwan e, a partir de 1966, 10 hwan = 1 won); novas emissões do Estado da Mongólia.

1949-2000 No Japão, taxa de câmbio fixada em 1949: 360 yen/dólar americano, mantida até 1971; em 1988, no centro de Tóquio, o imóvel comercial mais caro do mundo: 33 milhões de yen ou 248 mil dólares americanos por metro quadrado!

1949-2000 Em Formosa (Taiwan), sistema monetário de 1 yuan (dólar) = 10 chiao e 1 chiao = 10 cents; na República Popular da China, cunhagem retomada em 1955, com moedas de alumínio, com sistema baseado no yuan, preservado até 2000; salário médio anual nas empresas industriais da China em 1983 = 878 yuan; cunhagem portuguesa regular em Macau até 1997.

Módulo 31 - O Extremo Oriente *c.* 1868-2000

Até o último quartel do séc. XIX, o império chinês manteve a produção de “cash” ou sapeques de bronze ou latão fundidos, e a prática de utilizar moedas estrangeiras e barras de prata para grandes transações. Entre outras moedas, notadamente os pesos mexicanos, os “trade dollars” americanos (1) também foram contramarcados por banqueiros chineses. Por outro lado, para atender a demanda de “cash”, iniciou-se a sua cunhagem mecânica (2), substituindo a fundição em moldes. Em paralelo, com a crescente pressão estrangeira para uma maior abertura comercial da China, que já fora imposta a partir da Guerra do Ópio com a Grã-Bretanha, iniciou-se a cunhagem de prata em várias províncias, como Kwang-Tung (3), Cheh-Kiang (4) e Kiang-Nan (5) de moedas de prata tendo como unidade um dólar de prata, equivalente em medidas locais, a 7 Mace e 2 Candareens (8), que correspondia também às moedas hispano-americanas de 8 reales anteriormente utilizadas, de forma ampla, no sul da China.

Mesmo províncias mais distantes, como o Sinkiang ou Turquestão Chinês (6), tiveram as suas emissões próprias na virada do séc. XIX para o séc. XX, ampliando-se também as emissões provinciais de cobre (7). No Tibet, também sob dominação chinesa, circularam, na primeira década do séc. XX, moedas de dois tipos: emissões locais, denominadas em tangkas (13), e emissões comerciais feitas na China, baseadas na rúpia indiana (14). Às vésperas do final do império, houve também emissões gerais do governo central, do dólar (10) e de moedas divisionárias (9). Antes de sua cunhagem na

China Continental, já a partir de 1866, o dólar de prata (igual a 100 cents) fora cunhado na colônia britânica de Hong-Kong (11), e lá circulavam também as peças divisionárias (12). Foi também emitida, para o enclave alemão de Kiao Chao, uma limitada cunhagem de cupro-níquel, em 1909.

Enquanto o Império Chinês apegava-se à grandeza do passado, postergando mudanças, no Japão ocorreu um intenso processo de modernização a partir da chamada “Revolução Meiji”, (1867-1868). Com o fim do xogunato, e a restauração do poder e do prestígio do imperador, ocorreram também profundas mudanças econômicas e sociais, que transformariam o Japão numa potência militar antes do final do século. Assim, o Shu (15) e outras moedas do período anterior foram abandonados em favor de uma nova unidade monetária, o yen de prata (16), dividido em 100 sen (17, 19). Para reforçar sua penetração comercial no Extremo Oriente, o Japão também emitiu “trade dollars” – ou dólares comerciais – destinados principalmente a transações com a China (18). A partir de 1886, o módulo do yen de prata foi ligeiramente reduzido (20) e, em 1897, a moeda de um yen foi desmonetizada, por ocasião da adoção plena, pelo Japão, do padrão – ouro. Essa transição foi facilitada pela indenização de guerra recebida da China após a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), como resultado da qual o Japão também adquiriu a ilha de Formosa (Taiwan). Nas primeiras duas décadas do séc. XX, foi mantida a cunhagem dos 10, 20 e 50 sen (21) de prata, adotando-se o cupro-níquel para a peça de 5 sen, e mantido o bronze para a moeda de 1 sen (19).

A Coréia passou por um processo de infiltração japonesa a partir de 1876 e, após 1895, foi eliminada a influência chinesa. No final do século, houve ainda emissões locais independentes, baseadas no yang de prata, com moedas divisionárias de níquel (22). Durante alguns anos, o Império Russo passou a ter grande ascendência sobre o país, que resultou em limitadas emissões com a águia imperial russa. Mas com a derrota da Rússia na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, o Japão estabeleceu um protetorado sobre a Coréia (1905), que foi anexada ao Império Japonês em 1910.

Em 1911, Sun Yat-sen, fundador do Kuomintang, movimento de liberação e de modernização, provocou a queda da dinastia manchú na China e o advento da república. Ocorreram, inicialmente, cunhagens provinciais (23), e uma interessante emissão comemorativa da república (24), mas, ainda em 1912, o general Yuan-Shi-kai estabeleceu uma ditadura. As emissões com o seu busto (25, 26) continuaram por algum tempo depois da sua morte em 1916, após a qual Sun Yat-sen regorganizou o Kuomintang e surgiu o Partido Comunista Chinês (1921). No período, houve cunhagens de cobre sem data (27), e emitiram-se, em 1921 e 1923, dólares comemorativos com retratos dos presidentes Hsu Shi-chang e Tsao Kun (28, 29). Com a morte de Sun Yat-sen em 1925, Tchang Kai-chek instaurou um sistema autoritário e perseguiu os comunistas, enquanto persistiam emissões provinciais, como as de Kwang-Tung (31) e de Kansu (30), esta com um retrato frontal de Sun Yat-sen.

Em 1931, Mao Tse-Tung (Mao Tsö-Tong) criou no Kiangsi uma república soviética chinesa e, de 1934 a 1935, ocorreu a “Longa Marcha” dos comunistas para o Chen-Si. Em paralelo, entre 1931 e 1935, os Japoneses capturaram a Manchúria e infiltraram-se na China do Norte, criando o estado protegido de Manchucuo (1934-1945), tendo como governante “útere” o último imperador da China, P’u Yi. (43, 44). Em 1936, o governo do Kuomintang emitiria moedas de níquel com os tipos do retrato de Sun Yat-sen (32) e de uma moeda-pá antiga, e de alumínio, com os mesmos tipos, em 1940 (33). Mas, já

em 1937, o Japão ocupou Pequim e Nanquim e instalou um governo submisso aos interesses japoneses que fazia emissões próprias (34). A invasão provocou a aliança entre “nacionalistas” e comunistas, para enfrentar o inimigo comum.

Nas décadas de 1920 e 1930, o Tibet, que se tornara autônomo com a revolução chinesa, emitiu diversas moedas de prata (35). Iniciaram-se também as cunhagens da República Popular da Mongólia, definitivamente independente em 1921, que adotou como unidade monetária o tugrik, dividido em 100 mongo (37). Continuaram, também, sob Jorge V, as emissões da colônia britânica de Hong-Kong (36).

No Japão, à era imperial Meiji sucederam-se os períodos Taisho (1912-1926) e Showa (1926-1989). Nas décadas de 1920 e de 1930, persistiu uma cunhagem de prata com grau reduzido de pureza (72%), com a peça de 50 sen também com módulo muito reduzido (39), em paralelo a emissões de cupro-níquel (38), bronze (40) e alumínio (41), mas, durante a 2ª Guerra Mundial, as cunhagens limitaram-se ao alumínio e a uma liga de zinco e estanho (42).

Após o final da 2ª Guerra Mundial, a Mongólia preservou a sua independência e manteve as suas próprias emissões (45, 46). A Coréia tornou-se independente do Japão, mas foi dividida entre a Coréia do Norte, república popular comunista (47) e a Coréia do Sul (48-50).

A partir de 1945, com a derrota japonesa, as forças comunistas derrotaram as tropas nacionalistas, e proclamaram a República Popular da China sob a direção de Mao Tse-Tung. Os nacionalistas retiraram-se para a ilha de Formosa (Taiwan), onde estabeleceram a “China Nacionalista”, cujas primeiras emissões mostram o mapa da ilha e o retrato de Sun Yat-sen (51). Posteriormente, algumas emissões baseadas no yuan como unidade monetária passaram apresentar o retrato de Chang Kai-shek (52-54). A China Popular também adotou o yuan como unidade monetária, mas, durante décadas, limitou a suas emissões a moedas de 1, 2 e 5 fen de alumínio (55, 56). A partir dos anos 1980, iniciou-se a cunhagem do jiao (10 fen) e do 5 jiao (50 fen) de cupro-níquel e do yuan de cupro-níquel. Nos anos 1990, foram cunhados o jiao de alumínio (57) e o yuan com as armas nacionais, de aço revestido de níquel (58). A China Popular respeitou o tratado com a Grã-Bretanha sobre Hong-Kong, onde continuaram as emissões coloniais (59) até 1997, quando a ilha tornou-se uma região administrativa especial da China, mantendo emissões próprias (60). A colônia portuguesa de Macau, que teve emissões próprias até os anos 1990 (61, 62), também foi transformada em uma região administrativa especial da China em 1999.

No período do pós-guerra, o Japão passou por um período de diversificação industrial e de grande crescimento econômico, que transformaram o país numa das principais economias do mundo. Até 1966, o Japão emitiu moedas de 100 yen de prata para circulação geral (63,65) ou comemorativas (66). Os tipos de cunhagem corrente, do yen de alumínio (67), do 5 yen de latão (68) e do 10 yen de bronze (69) foram mantidos inalterados dos anos 1950 até o final do séc. XX. Houve uma redução do módulo das peças de níquel de 50 yen (64), e cunharam-se peças de 100 yen (70) e 500 yen (71) de cupro-níquel, mas a morte do Imperador Hirohito e a ascensão de Ahikito (1989) não provocaram alterações nos tipos monetários (72).

V-10 O Sudeste Asiático e a Oceania, Sécs. XVI-XX

EVENTOS HISTÓRICOS

Séc. XVI Predomínio português no Oriente; estabelecimento em 1511 em Malaca; entrepostos efêmeros na atual Indonésia.

1564-1572 Conquista das Filipinas pelos espanhóis; fundação de Manila (1572); relações comerciais diretas com a América espanhola.

1602-1619 Formação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602); fundação de Batavia (atual Jacarta) e ascendência holandesa sobre a atual Indonésia, em detrimento dos portugueses e ingleses.

1641-1824 Captura de Malaca (1641) e de Java (1650-1680) pelos holandeses; competição por direitos comerciais em Sumatra; no séc. XVIII, posse temporária da Companhia das Índias Orientais britânicas, incluindo Fort Malbro; Sumatra possessão holandesa a partir de 1824.

Séc. XVIII Sultanatos independentes de Kedah, Kelantan, Perak, Selangor e de Trengganu na atual Malásia, entre outros.

1768-1788 Três viagens de Cook aos Mares do Sul; exploração da costa oriental da Austrália; expedição e morte de La Pérouse (1785-1788); instalação dos ingleses na Austrália em Botany Bay; fundação de Sydney e da Colônia Penal de New South Wales (Nova Gales do Sul), 1787–1788.

1791-1867 Cessão da ilha de Penang à Grã-Bretanha (1791); ocupações inglesas de Malaca (1795-1818); em 1826, união de Cingapura, Penang e Malaca sob a denominação de Estabelecimentos dos Estreitos, transformados em colônia real britânica (1867-1946); Sarawak, no noroeste de Bornéu, cedido ao Rajá britânico C. J. Brooke (1868-1917).

1823-1874 Fundação das 6 colônias - hoje estados - da Comunidade da Austrália: New South Wales (1823); Tasmânia (1825); Austrália Ocidental (1838); Austrália Meridional (1842); Victoria (1851); Queensland (1859); anexação britânica da Nova Zelândia (1840); ilhas Fiji cedidas à Grã- Bretanha pelo seu rei (1874).

1857-1884 O reino do Camboja protetorado francês (1863); conquista da Cochinchina, do reino de Anam e do Tonquim, constituindo, juntamente com o Camboja e o Laos, a Indochina Francesa até 1954.

1884-1885 Anexação, pela Alemanha, da Nova Guiné (1884-1914), depois Mandato da Austrália sob a Liga das Nações; protetorado alemão sobre as ilhas Salomão, depois parcialmente trocadas por direitos sobre Samoa Ocidental, ocupada pela Nova Zelândia em 1914 e então mandato neo-zelandês até a independência.

1900-1907 Tonga, protetorado britânico (1900); formação da Comunidade da Austrália (1901); formação da Oceania Francesa (Polinésia Francesa, desde 1958); a Nova Zelândia, “dominion” britânico autônomo (1907).

1942-1947 Autonomia plena da Austrália em assuntos externos e externos; reconhecimento da independência das Filipinas pelos EUA (1946); plena autonomia externa e interna da Nova Zelândia (1947).

1946-54 Guerra da Indochina: forças comunistas de Ho Chi Minh contra Forças Francesas e capitulação francesa (1954); independência do Vietnã do Sul e do Vietnã do Norte; Laos e Camboja monarquias dentro da União Francesa (1949); formação da República da Indonésia, independente da Holanda (1949).

1950-1957 Criação do Plano Colombo para o desenvolvimento econômico dos países do sul e do sudeste da Ásia (1950); independência da Malásia (1957).

1959-1963 Sukarno (1950-1967): “democracia guiada” na Indonésia; sucedido por Suharto; formação da Federação da Malásia, monarquia incorporando a Malásia, Cingapura, Bornéu do Norte Britânico e Sarawak (1963).

1962–1980 Processo de Independência de diversos arquipélagos da Oceania.

1963-1965 Após o assassinato de Ngo Dinh Dien, tropas americanas no Vietnã do Sul e bombardeios do Vietnã do Norte (1965).

1965-1973 Separação da república de Cingapura da Malásia (1965); ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático (1967); armistício entre os EUA e o Vietnã do Norte (1973).

1975 Vietnã reunificado; Camboja dominado pelo Khmer Vermelho; ocupação do Timor Leste pela Indonésia.

1976-1986 Invasão vietnamita do Camboja: queda do Khmer Vermelho e República de Kampuchea; guerra sino-vietnamita (1979); Corazón Aquino presidente eleita das Filipinas após a fuga do ditador F. Marcos (1986).

1993-1998 Camboja, monarquia constitucional sob o rei Norodom Sihanouk (1993-); queda de Suharto e redemocratização da Indonésia (1998).

1997-2000 Crise econômica regional temporária, resultante da desvalorização da moeda Tailandesa; independência de Timor.

EVENTOS MONETÁRIOS

Início do séc. XVI cunhagens portuguesas para Malaca (hoje Malásia) sob D. Manuel I (1495-1521); ao longo do séc. XVI emissões de bronze de “pitis” em Bantam, Java.

Séc. XVI-c.1837 Ampla circulação de moedas hispano-americanas nas Filipinas, sem cunhagem de moeda local, até 1805.

Sécs. XVII e XVIII Cunhagens independentes de alguns estados malaios; e na Indonésia de hoje circulação de moedas de 8 reales de prata hispano-americanas

contramarcadas localmente.

1644-1945 Cunhagens holandesas em Batavia baseadas no “stuiver” holandês; emissões decimais com 100 cents = 1 gulden, a partir de 1855, mantidas até 1945.

Sécs. XVIII-XIX Emissões de moedas de estanho dos sultanatos malaios de Kedah, Kelantan, Trengganu (hoje parte da Malásia), e no sultanato de Brunei em 1868; a partir do final do séc. XVIII, emissões de enclaves britânicos na Malásia, como Penang, Malaca e Perak; no séc. XIX, curiosas emissões de estanho em formato de chapéu (“tin-hat”) em Pahang e emissões dos rajás de Patani e Saggora.

c. 1847-1860 No Camboja, cunhagem de pequenas peças de cobre e bilhão (c. 1848), e sob influência francesa, de centimes de bronze e de francos de prata (1860).

1861-1897 Cunhagem espanhola de prata para as Filipinas, baseada no peso = 100 centimos, após cunhagem de cobre (1805-1835).

1863-1946 Cunhagens de Sarawak, dos três rajás britânicos da família Brooke; cunhagens britânicas para os Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements – hoje Malásia e Cingapura), entre 1867 e 1935; emissão, entre 1895 e 1934, de dólares de comércio (“trade dollars”) pela Grã-Bretanha, com caracteres chineses e malaios para circulação geral no Oriente, (mais de 200 milhões de exemplares); emissões inglesas específicas para o sultanato de Brunei (1886) e para o protetorado de Bornéu do Norte Britânico (1885-1941).

1883-1947 Cunhagens coloniais francesas para a Cochinchina (1879-1885) e para a Indochina (1885-1947), circulando nos atuais Vietnam, Camboja e Laos.

1894-1975 Cunhagem alemã para a Nova Guiné (1894); sob mandato da Austrália, emissões baseadas no sistema monetário inglês (1929-1945); cunhagem da Papua Nova Guiné independente (1975 -).

1903-2000 Cunhagem de pesos e centavos nas Filipinas sob administração Americana e o “Commonwealth” (1903-1945); seguida de emissões independentes do Peso (1958-1967) e do Piso (1967-2000).

1891-2000 Em 1891, salário de operários australianos na construção de estradas de ferro: 10,5 pence a 1 shilling/dia ou 2 libras e 2 shillings por semana; salário de trabalhadores especializados: 150 a 180 libras/ano; início e consolidação da cunhagem da Austrália (1911) baseada no sistema monetário inglês, após a emissão local de libras esterlinas com o nome Austrália (1855-1870); adoção do dólar australiano decimal e fim da cunhagem de prata para circulação geral (1966); início da cunhagem própria da Nova Zelândia no sistema inglês (1933) e adoção do dólar no sistema decimal em 1967.

1934-2000 Na Oceania, nas antigas possessões inglesas, cunhagens coloniais para Fiji com base no sistema monetário inglês (1934-1965), e cunhagens decimais após a independência em 1970; início das cunhagens independentes do Estado de Samoa Ocidental (1962), de Tonga (1967), de Tuvalu (1976), das Ilhas Salomão (1978) e de Kiribati (1979), todas baseadas num dólar com sistema decimal.

1940-2000 Emissões para a “Malaia” (1940) e depois para “Malaia” e Bornéu Britânico (1953-1961); cunhagens da Malásia e de Cingapura independentes; em 1967, início da cunhagem do sultanato de Brunei.

1945-1970 Emissões portuguesas em Timor.

1945-2000 Após as cunhagens efêmeras de Ho Chi Minh (1945-1946), no norte do Vietnã, início da cunhagem do Vietnã do sul (1953) e do Vietnã do Norte (1958); cunhagem reunificada a partir de 1976; cunhagens de 4 diferentes regimes no Camboja (1953-1993) e do reino (1952) e república do Laos (1985), todas resultantes de reformas monetárias.

1949-2000 Nas possessões francesas da Oceania, cunhagens para a “Oceania Francesa” em 1949, depois Polinésia Francesa, com cunhagens a partir de 1965; emissões próprias para a Nova Caledônia, a partir de 1949; nas Novas Hébridas (hoje Vanuatu), cunhagem própria em francos entre 1966 e 1982, seguida de cunhagem independente, baseada no “vatu”.

1952-2000 Cunhagem da Indonésia baseada na rúpia; grande inflação nos anos 1970 e 1980 e circulação exclusiva de papel-moeda; retomada da cunhagem regular (1991).

Módulo 32 - O Sudeste Asiático e a Oceania, Sécs. XVII-XX.

Portugal foi o primeiro país europeu a instalar enclaves duradouros na Índia e no Sudeste Asiático, no séc. XVI, emitindo moeda para Malaca ainda sob D. Manuel I. Mas foram as Províncias Unidas que estabeleceram uma ocupação mais duradoura nas “Índias Orientais Holandesas” (hoje Indonésia), onde cunharam peças de cobre a partir de meados do séc. XVII (13, 14). No séc. XVIII, foram feitas emissões específicas para Java (15), e cada província dos Países Baixos holandeses manteve o direito de cunhar peças com as suas próprias armas, notadamente Utrecht (16). Durante o período das Guerras Napoleônicas houve emissões em Sumatra sob domínio inglês (18), e emissões gerais sob a “República Batava” (19). Provavelmente, na 1ª metade do séc. XIX, foram produzidas pelos sultanatos de Bornéu curiosas peças de ferro, redondas, com inscrições em árabe, e de origem incerta (17). Com o surgimento do Reino dos Países Baixos, houve emissões com o retrato do monarca holandês (20), e, posteriormente à metade do séc. XIX, a cunhagem para as Índias Orientais Holandesas não sofreu maiores alterações, mantendo-se principalmente a emissão de 2 ½ cents (21) e de cents (22), além de peças de prata de frações de gulden, até a invasão japonesa, na 2ª Guerra Mundial. Com a independência, a República da Indonésia, cunhou desde o início, peças de alumínio (23) e de cupro-níquel, existindo emissões, mais recentes, também em cupro-níquel (24) e bronze-alumínio (25).

Na Indochina, o reino do Camboja, que fizera emissões independentes sob Norodom I (1, 2), tornou-se protetorado francês em 1863. Entre 1857 e 1884, os franceses conquistaram a Cochinchina, o Reino de Anam e o Tonquin que, juntamente com o Camboja e o Laos de hoje, passaram a formar a Indochina Francesa. Criou-se, então, um sistema monetário baseado na piastra de prata (3) dividida em 100 centimes (4, 5), que duraria até a década de 1940. Ao longo da 2ª Guerra Mundial foram cunhadas, em Hanói, peças de 1 Tael de prata sem data (6), até recentemente atribuídas à província

chinesa de Yun-nan ou ao Laos. Depois do fim da 2ª Guerra Mundial, ainda foram feitas emissões coloniais entre 1945 e 1947 (7), mas seguiu-se uma guerra de independência que resultou na formação do Reino do Laos (8) – (hoje República Democrática), do Reino do Camboja (9), do Vietnã do Norte (10) e do Vietnã do Sul (11, 12), os dois últimos hoje parte de uma República do Vietnã unificada.

Na atual Malásia, ao longo do séc. XVIII, houve algumas emissões regionais autônomas dos sultões de Kedah e de Trengganu, estas em estanho (26). A partir do final do século, a Grã-Bretanha estabeleceu enclaves na região, com moedas próprias, como Penang (27), Malaca (28) e Perak (29). Seguiram-se emissões de circulação geral nos “Estabelecimentos dos Estreitos” (Straits Settlements, hoje Malásia e Cingapura), já como colônia inglesa (30, 35), incluindo um dólar de prata (33). Houve também cunhagens específicas para o Bornéu do Norte Britânico (31) e cunhagens autônomas de Sarawak, também na ilha de Bornéu, pela família dos Brooke (32), rajahs britânicos que governaram a região entre 1841 e 1946. Foram também cunhados para as colônias britânicas do oriente em geral, mas principalmente para o comércio com a China, “trade dollars” (dólares de comércio) com a figura da Britânia, de pé (34).

Após a 2ª Guerra Mundial, a península Malaia, Bornéu e Cingapura tiveram uma moeda unificada cunhada para a “Malaia Britânica” (36), sucedida por cunhagens em nome da “Malaia e Bornéu Britânicos” (37). Com a independência da região, constituíram-se as repúblicas da Malásia, que adotou como unidade monetária o ringitt, dividido em 100 sen (38) e a república de Cingapura, cujo sistema monetário é o do dólar (39), dividido em 100 sen. Na ilha de Bornéu, o sultanato de Brunei tornou-se plenamente independente, com emissões próprias dos sultões (40).

As Filipinas foram, desde o séc. XVI, uma possessão espanhola. No séc. XIX, moedas de outros países foram contramarcadas para circulação na região (41), mas houve emissões específicas para as ilhas em ouro (42) e prata (43), com o retrato do monarca espanhol. Após a guerra Hispano-Americana e uma revolta local mal-sucedida, as Filipinas tornaram-se uma possessão dos Estados Unidos, que emitiram pesos de prata (44, 45) e subdivisões (46) para a região. Depois da 2ª Guerra Mundial, foi proclamada a República das Filipinas, em 1946, que cunhou inicialmente um peso, mas que a partir de 1967, efetuou uma reforma monetária, adotando como unidade o piso (47, 48), dividido em 100 sentimos, cunhado em cupro-níquel-zinco com inscrições na língua filipina predominante.

Na Oceania, a França reivindicou, a partir de 1768, as Ilhas da Sociedade (com Taiti) e, em 1903, agrupou as Ilhas Marquesas, o arquipélago de Tuamotu, as Ilhas Gambier e as Ilhas Austrais para formar a Oceania Francesa. No entanto, só houve emissões próprias para a região, em alumínio, no período 1949-1952 (52), e esta, mais recentemente, passou a denominar-se Polinésia Francesa, fazendo parte da Comunidade Francesa, mas com suas próprias moedas (53). A França manteve uma administração separada para Nova Caledônia, com uma cunhagem própria (49), inclusive depois da votação da população pela permanência na Comunidade Francesa (50). Já as Novas Hébridas, para as quais houve uma cunhagem específica, inclusive de prata (51), entre 1966 e 1982, tornaram-se a república independente de Vanuatu.

Outros grupos de ilhas da Oceania alcançaram a independência nas décadas finais do séc. XX. Nas ilhas Fiji, houve cunhagens coloniais britânicas a partir de 1934 (54), e a

região tornou-se uma república em 1987. O Reino de Tonga, protetorado britânico desde 1900, tornou-se um estado plenamente independente em 1970, com emissões com o retrato do soberano (55). Este é também o caso do Estado de Samoa Ocidental, independente desde 1962, que adotou, em 1967, um sistema monetário decimal baseado no Tala, dividido em 100 Sene, com o retrato do monarca (56). As antigas Ilhas Gilbert transformaram-se na república de Kiribati (58), e as antigas Ilhas Ellice no estado independente de Tuvalu (57), tendo ambos adotado como unidade monetária um dólar dividido em 100 cents.

A ocupação europeia da Austrália iniciou-se no séc. XVIII com a fundação de uma colônia penal em Nova Gales do Sul em 1788. Ao longo do séc. XIX, foram criadas seis colônias, que vieram a formar a Comunidade Australiana em 1901. Somente em 1942 foi formalizada a autonomia interna e externa do país. Mesmo antes da formação da comunidade, foram cunhadas, em Sydney, libras de ouro com o nome da Austrália (61). Estabelecido o “Commonwealth”, iniciou-se em 1911, uma emissão baseada no sistema monetário inglês, incluindo, desde o começo, o florim de 2 shillings (62), e, em 1938, um crown, ou coroa, equivalente a 5 shillings (63). Mesmo como nação independente, a Austrália continuou a cunhar moedas com o monarca inglês como chefe de Estado (64). Em 1966, o país adotou o sistema decimal, e o dólar como unidade, e as moedas têm tido, no reverso, exemplares da fauna australiana, ou as armas nacionais (65), e, numa moeda de 2 dólares recente, a representação de um aborígene (66), em homenagem aos habitantes originais do país.

A Nova Zelândia foi anexada pela Grã-Bretanha em 1840, e até 1933, circularam na ex-colônia, que alcançara o status de “Domínio” em 1907, principalmente moedas inglesas. A cunhagem própria iniciou-se com base no sistema monetário inglês (67), incluindo emissões de crowns (coroas) de prata em 1935 e 1949 (68). O país alcançou autonomia plena em 1947, tendo o monarca inglês como Chefe de Estado (69). A partir de 1967, foi introduzido o sistema decimal, baseado no dólar dividido em 100 cents, com tipos variados registrando a fauna (70) ou tradições culturais locais.

A Papua Nova Guiné, que ocupa a parte oriental da ilha da Nova Guiné, foi colônia alemã entre 1884 e 1914, com emissões coloniais próprias. Transformada em mandato da Liga das Nações, teve novas moedas baseadas no sistema inglês entre 1939 e 1945 (59). Em 1975, tornou-se um estado independente, adotando como unidade monetária um kina, dividido em 100 toea (60).

V-11 A África Subsaariana e as Possessões Portuguesas no Mundo, Sécs. XI-XX

EVENTOS HISTÓRICOS

Sécs XI-XVI Na África Oriental, no reino cristão da Etiópia, nova dinastia “Salomônica”; prosperidade de Estados islâmicos da costa (Mogadiscio, Kilwa, Zanzibar e Pemba; no sudeste o grande Zimbábue (sécs. XI-XVI), com construções de alvenaria, sucedido pelo Estado Monomotapa (séc. XV-XVI).

Sécs. XI-XVI Na África Ocidental, fortes estados muçulmanos sudaneses de Songai, do Kanem e do Mali; apogeu de Tombuctu (até 1468); cultura de Ife (c. 1300-1550) dos Iorubas; estabelecimentos portugueses em Cabo Verde (1462), S. Jorge da Mina, S. Tomé e Príncipe e Angola (1482-1491).

Séc. XVI Enfraquecimento da Etiópia cristã e dos Estados Bantus do Congo e de Monomotapa; apogeu do Benin; destruição do império Songai (1591), manutenção do estado Haoussa e ascensão de Bornou; feitorias portuguesas em Moçambique (Sofala); na Ásia, ocupação de Goa, Cochim, e Málaca (1503-1511) e feitorias em Aden (1513-1539) e Macau (1557) e no Ceilão.

Sécs. XVII-XIX Confederação Achanti, Daomé, cidades-Estado dos Iorubas, e Benin no controle da Costa da Guiné e envolvidos no tráfico de escravos, isolando os Estados sudaneses de Mossis, Haoussas e Bornou, no interior.

1622–1658 Na Ásia, perda pelos portugueses para os persas de Ormuz (1622) e de Mascate (1651), e de Ambona, Málaca e Ceilão para os holandeses (1658); na África, os portugueses expulsos do Cabo pelos holandeses (1652).

Sécs. XVII-XIX Intensificação do tráfico escravo com as Américas: cerca de 9,5 milhões de escravos embarcados entre 1662 e 1867.

1843-1880 Os ingleses na África do Sul; anexação de Natal (1843); migração dos boers e resistência contra os ingleses (1880).

c. 1850-1907 Delimitação das colônias africanas portuguesas de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Portuguesa.

1882 a 1893 Colônia Italiana da Eritréia (1882); Mahditas senhores do Sudão; Sudoeste Africano Alemão (1884), e protetorados alemães do Togo e de Camarões; estado do Congo Belga (1885); concessão da Bechuanalândia e da Rodésia, a Cecil Rhodes, depois 1o Ministro do Cabo (1889-1890); Protetorado da África Oriental Alemã (1891).

1893-1902 Protetorado da França sobre o Daomé (1893); formação da África Ocidental Francesa (1895); anexação de Madagáscar pelos franceses; vitória inglesa sobre os Mahditas no Sudão; Protetorado da África Oriental Britânica (1897); os Boers vencidos pelos ingleses (1902).

1908 Anexação belga do Congo (1908); União de Natal, Colônia do Cabo, Transvaal e Estado Livre de Orange constituindo a África do Sul, com “status” de “dominion” Britânico (1910); formação da África Equatorial Francesa (1910); unificação da Nigéria sob domínio britânico (1914), na África Ocidental Britânica.

1914-1941 Perda pela Alemanha na 1a Guerra Mundial dos territórios de Togo, Camarões, Namíbia e África Oriental Alemã; em 1936, anexação pela Itália da Etiópia, libertada em 1941 pelos ingleses.

1945-1957 Congresso Pan-Africano em Manchester (1945); estado de emergência no Quênia (1952-1959); Rodésias do Norte e do Sul e Niassalândia amalgamados como “Federação Centro Africana” (1952).

1957-1964 Processo de descolonização: 22 países emergindo dos grupos de colônias francesas; 21, das inglesas; 5, das portuguesas; 3, das belgas; 2 das espanholas; e 2 das italianas; independência dos Estados da África Ocidental Francesa e Britânica e da África Equatorial Francesa (1958-1964).

1960-1970 Independência do ex-Congo Belga; em 1961, a África do Sul transformada em república, consolidando o “apartheid”; independência da África Oriental Britânica, da Zâmbia e do Malawi.

1961 Anexação forçada pela Índia das possessões indianas de Portugal.

1971-1986 Em 1974, independência da Guiné-Bissau; deposição de Haile Selassie e ditadura militar na Etiópia; em 1975, independência de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe; guerra civil em Angola; retirada espanhola de suas colônias africanas em 1977, guerra entre a Etiópia e a Somália; Idi Amim em Uganda, derrubado por forças da Tanzânia (1979); em 1980 a Rodésia independente como Zimbábue; processo do imperador Bokassa do Império Centro Africano (1986).

1989-1999 Reformas de De Klerk na África do Sul e libertação de Mandela (1989-1991), eleito 1o presidente negro da República da África do Sul (1994); Macau, região administrativa especial chinesa (1999).

EVENTOS MONETÁRIOS

Sécs. XI-XVII Na África Oriental, entre o séc. XII e 1700, cunhagens de prata e de cobre com inscrições islâmicas, atribuíveis às ilhas de Pemba e Zanzibar, a Kilwa (Tanzânia de hoje) e a Mogadiscio (Somália).

Sécs. XII-XVI Circulação, em diferentes regiões da África Ocidental, como meio de pagamento, de ouro em pó, panos, sal, barras e braceletes de cobre e conchas, documentada por autores árabes.

Séc. XVI-XX Extensa cunhagem portuguesa nas suas possessões na Índia, até 1961; para Malaca e Ceilão nos sécs. XVI-XVII; no séc. XX, para Timor Leste (1945-1970) e nos sécs. XVIII e XIX para Açores e Madeira, todas denominadas em réis.

Sécs. XVI-XIX Na África Ocidental, principalmente na Nigéria, e regiões vizinhas como o Sudão ocidental e Baixo Niger, diferentes áreas utilizando manilhas (braceletes) de cobre ou “cauris”, (conchas originárias das Ilhas Maldivas), para transações correntes; em Gana, uso mais freqüente de ouro em pó; mais ao sul, uso de barras de cobre e ferro de diferentes formatos, sal e panos (Congo e Angola).

1693-1796 Primeiras cunhagens européias para a África ao sul do Saara: emissões portuguesas para Angola, (1693), Moçambique (1725) e “África Portuguesa” (Angola); breves cunhagens inglesas para Santa Helena (1714), Serra Leoa (1792) e Gana (então “Costa do Ouro – 1796), e francesas para as ilhas Maurício e Reunião de hoje, em 1723 e 1779-81.

Séc. XIX Os cauris ainda como meio de pagamento mais generalizado na África Ocidental, mas depreciados com o aumento das importações: em 1860, segundo uma fonte inglesa, 1 fio de 40 cauris = $\frac{3}{4}$ a 1 penny, e um punhado de 5 fios, entre 3 e 6 pence; denominações de múltiplos de cauris, com nomes portugueses: galinha, cabeça e saco; continuado uso de manilhas em áreas da Nigéria; no sul da Nigéria, uso de “penny de Ogoja”, uma barra de ferro no formato de Y.

Séc. XIX Na Tanzânia, impostos cobrados em cauris no início do séc. XIX; em 1802, primeira e breve cunhagem holandesa para a colônia do Cabo; a partir de 1807, cunhagens do sultanato de Harar, na Etiópia; cunhagem no Rio de Janeiro de moedas de cobre para Angola e S. Tomé e Príncipe (1813-1822); cunhagens francesas para as ilhas Maurício e Reunião (1810-1816), e inglesa para Santa Helena (1821).

1882-1889 Na África Oriental, cunhagens autônomas efêmeras em Zanzibar (1882), no Sudão (1885) e mais duradouras no reino da Etiópia, sob Menelik II (1889).

1886-1960 Cunhagens coloniais de Portugal, da Bélgica (1887), da Grã-Bretanha (1888), da França (1886), da Itália (1890) e da Alemanha (esta somente entre 1890 e 1916).

1892-1964 Cunhagens independentes da “República Sul Africana” (1892-1900), substituídas, por cunhagens da União da África do Sul, baseadas no sistema monetário britânico (1910-1961); cunhagem genérica para a África Oriental Britânica (1897-1964), do shilling decimal.

1907-1958 Após a proibição da importação de manilhas (1902) e de cauris (1904), cunhagens genéricas para África Ocidental Britânica com base no sistema monetário britânico (1907-1958), entre c. 1900 e 1940, salário de trabalhadores não qualificados no setor “moderno” da região estacionado entre 9 e 12 pence por dia; renovado uso de cauris na década de 1930, mantido na Nigéria, e 30 milhões de manilhas retiradas definitivamente de circulação (1948-1949).

1930-1964 Cunhagens coloniais portuguesas específicas para Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde (1930) e Guiné Bissau (1933); na África Oriental, emissões inglesas específicas para a Rodésia (o atual Zimbábue 1932), as ilhas Seychelles (1939) e Rodésia e Niassalândia (Malawi e Zâmbia) a partir de 1955.

1942-1959 Cunhagens coloniais para a África Equatorial Francesa (1942), África Ocidental Francesa (1944), e Madagáscar (1943).

1959-2000 Moedas da Guiné de 1959, primeiras cunhagens independentes de ex-colônias francesas; adoção pelos Estados da África Ocidental de uma moeda comum, o franco CFA e também pelos Estados da África Equatorial (hoje Estados da África Central); emissões independentes do Mali e da Mauritânia.

1960-2000 A ex-colônia belga do Congo e os ex-mandatos de Ruanda e Burundi, com cunhagens independentes; cunhagens decimais do “rand” na República Sul-Africana (1961); o Lesoto, Botsuana (1966) e Suazilândia (1968) e as ex-colônias inglesas da África Ocidental e da África Oriental, todas com moedas decimais próprias.

Módulo 33 - Colônias e Possessões Portuguesas, c. 1521 – Séc. XX

Do séc. XVI ao séc. XX, Portugal efetuou uma extensa cunhagem para circulação nas suas possessões do Atlântico, da África e da Ásia. As moedas mais antigas datam do reinado de D. Manuel I (vitrine IX), sendo cunhadas para Goa (hoje, na Índia) e para Malaca (hoje na Malásia). Durante o séc. XVI, as emissões coloniais limitaram-se à Ásia. Destacam-se, entre outras, as cunhagens de ouro em Portugal e em Goa incluindo o Pardau S. Tomé e o S. Tomé (35, 36) para a Índia e a produção local de cobre para Cochim (37) e Goa (38, 39). No séc. XVII, houve emissões de prata para o Ceilão (40), Goa (42, 47), Chaul e Baçaim (43) e Diu (44), bem como cunhagens de cobre de Damão (41) e de estanho, todas já produzidas localmente. A cunhagem de ouro incluiu o S. Tomé de 5 xerafins, emitido em Goa (45-46). No séc. XVIII, além de moedas de ouro, que incluíram as peças de 10 (48) e de 12 xerafins de ouro (51, 53, 55), cunharam-se, em Goa, rúpias de prata, com retratos estilizados dos monarcas portugueses (49, 54), substituídos por uma cruz nas emissões de Diu (52). Persistiram também emissões em calaim, uma liga de estanho, como as interessantes “rodas” de 10 bazarucos de Damão para Baçaim (50).

Ao longo do séc. XIX, continuaram em Goa as cunhagens de rúpias e de pardais de prata, com retratos dos monarcas portugueses (57, 59, 60,61), e do tradicional 12 xerafins de ouro, com tipo quase imobilizado (58, 63), bem como as emissões com cruz de Diu (56). Em Damão, cunhou-se ainda uma $\frac{1}{2}$ tanga (30 réis) de cobre em nome de D. Maria II (62), e as rúpias de prata (600 réis) de D. Pedro V (64) e D. Luís I encerrariam as cunhagens manuais de Goa, cuja casa da moeda foi fechada pelos ingleses. As emissões posteriores da Índia Portuguesa foram produzidas mecanicamente nas oficinas monetárias inglesas de Calcutá e Bombaim, a partir da reforma monetária de 1871, que fixou como unidade monetária a rúpia de prata (66, 67), dividida em 16 tangas ou 960 réis. Nessa ocasião, cunhou-se uma grande tanga de cobre de 60 réis (65). Após a proclamação da República Portuguesa, continuaram as cunhagens para a colônia (68), que cessaram somente com a anexação forçada de Goa, Damão e Diu pela república da Índia em 1961.

Outra possessão portuguesa duradoura na Ásia foi a de Timor Oriental, mantida desde 1512 até a sua anexação pela Indonésia em 1975. Entre 1945 e 1970, a cunhagem colonial teve como unidade monetária o escudo (69), dividido em 100 centavos. No início do séc. XXI, Timor Oriental separou-se da Indonésia, tornando-se uma república independente.

Couberam a Portugal as primeiras emissões para circulação na África ao sul do Saara, desde as emissões axumitas na Etiópia (vitrines V e VI) e as cunhagens dos sultanatos islamizados da costa oriental do continente, na Somália, Quênia e Tanzânia de hoje, a partir do séc. XI d.C. Consistiram de moedas de cobre de 5, 10 e 20 réis (1), cunhadas em Portugal para Angola. Algumas décadas depois, foram cunhadas em Goa moedas de prata para Moçambique, mas em quantidades limitadas que as tornam hoje muito raras (2,3), tendo havido também a emissão de moedas de cobre de 10, 15 e 30 réis. Quanto às ilhas do Atlântico, cunharam-se sob D. José I (1750-1777) moedas de cobre para os Açores (4), às quais se seguiriam emissões de prata de D. Maria I (1777-1799), nos valores de 75, 150 e 300 réis (9).

A partir do reinado de D. José I, iniciou-se uma cunhagem regular para Angola, denominada em macutas, envolvendo peças de cobre e de prata, estas com valores de 2, 4, e 8 macutas (10) e também de 12 macutas (5). Em paralelo, cunhou-se em 1755, para Moçambique, uma série de moedas de prata de 100, 200, 400 e 800 réis (6) bem como uma emissão muito limitada de ouro de 1.000 (7), 2.000 e 4.000 réis (8), com módulo inferior ao das peças portuguesas daquelas denominações. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foram cunhadas, na segunda década do séc. XIX, no Rio de Janeiro, moedas de cobre para Angola - “África Portuguesa” (11) - e para S. Tomé e Príncipe (12). Moedas de cobre denominadas em macutas continuaram a ser cunhadas para a “África Portuguesa”, sob D. Miguel (13), D. Maria II e D. Pedro V (20).

Nos Açores, foi emitida em nome de D. Maria II, que então se encontrava no exílio, uma interessante peça de 80 réis ou “maluco”, de bronze fundido (14), à qual se seguiriam emissões regulares de cobre para os Açores (18) e Madeira (19) depois que a mesma rainha assumiu o trono português. Sob o mesmo reinado (1834-1853), emitiram-se também, em Moçambique, pequenas barras de ouro de 2 e 1/2 e 1 e 1/4 maticais (15,16), assim como barras de prata (17) com o valor de uma onça (6 cruzados). Utilizariam-se também, em Moçambique, moedas de prata estrangeiras com a contramarca PM, aplicada em 1889, inclusive sobre moedas da Índia Portuguesa (21).

Além das moedas cunhadas especificamente para circulação nas ilhas por D. Luís I (22) e D. Carlos I (24), circulariam, também, nos Açores, moedas de prata contramarcadas em 1887 com as letras GP, incluindo moedas coloniais do Brasil e da América Espanhola (23).

Com o advento da república, continuariam as cunhagens destinadas às colônias portuguesas da África, notadamente para Angola (25), Cabo Verde (26), Moçambique (27), Guiné Portuguesa (28) e S. Tomé e Príncipe (29), todas baseadas no sistema decimal e tendo como unidade monetária o escudo, dividido em 100 centavos. Após a independência dessas colônias, com exceção de Cabo Verde, que manteve o escudo e os centavos (32), os novos países adotaram denominações variadas: a dobra, dividida em 100 centimos, em S. Tomé e Príncipe (30); o kwanza, dividido em 100 lwei, em Angola (31); o peso, dividido em 100 centavos, em Guiné-Bissau (33); e o metical, dividido em 100 centavos, em Moçambique (34).

Módulo 34 - A África ao Sul do Saara, Sécs. XVII-XX

No final do séc. XVII, Portugal foi o primeiro país europeu a emitir moedas para circulação em regiões africanas ao sul do Saara, mais especificamente para Angola (1). Ao longo do séc. XVIII e início do séc. XIX foram, também, feitas emissões portuguesas para Moçambique (2), a “África Portuguesa” (Angola – 3) e S. Tomé e Príncipe (4), como ilustrado de forma mais completa no módulo ao lado. No séc. XVIII, na África Ocidental, as únicas outras emissões européias foram para a colônia de Serra Leoa (5) e Gana (Costa do Ouro). Ao largo da África Oriental, a leste de Madagascar, a França ocupou as ilhas de França (hoje Maurício) e de Bourbon (hoje Reunião) para as quais foi feita uma emissão específica entre 1779 e 1781 (7), com base no sistema francês de uma livre dividida em 20 sols. No período napoleônico, a ilha de Bourbon passou a chamar-se Bonaparte, e houve uma emissão de uma rara peça de 10 livres de prata para aquelas ilhas (8). Ao longo do séc. XIX, as ilhas Maurício tornaram-se

colônia inglesa (9) enquanto Reunião permaneceu como possessão francesa (10). No Oceano Atlântico, a ilha de Santa Helena, teve uma pequena emissão própria de um ½ penny de cobre em 1821 (6).

Dentre as emissões coloniais européias, que foram aumentando nas últimas décadas do séc. XIX, destaca-se o tallero ou 5 libras de prata da Eritréia de 1891, com o retrato do soberano italiano (11), ao qual pode ser contraposto o birr de prata de 1897 (12) do “imperador” Menelik II, do reino independente da Etiópia. Ao longo da costa oriental da África, as possessões inglesas incluíam o porto de Mombasa (hoje no Quênia), que teve uma cunhagem própria em 1888 (13), antes de ser incluído no Protetorado da África Oriental (14), que, por sua vez, fazia parte da África Oriental Inglesa (18, 19), que abarcava o Quênia, Uganda, a Somália Britânica e partes da Tanzânia atual. Mais ao sul, o sultanato de Zanzibar e Pemba teve emissões próprias com inscrições em árabe (15), antes das ilhas tornarem-se protetorado inglês, em 1890. A Alemanha, que entrou tarde na corrida colonial, fundou a colônia da África Oriental Alemã na região de Tanganica (hoje Tanzânia), para a qual foram emitidas bonitas peças de prata com o retrato do imperador alemão (16), além de moedas de bronze e de cupro-níquel (17).

Na costa ocidental, a única nação independente era a república da Libéria, criada em 1847 e que fez emissões ocasionais em 1847, 1862, 1896 (20) e 1906. As cunhagens da África Ocidental Britânica tiveram início em 1907, (21) estendendo-se até 1958. Cunhou-se para a região, que incluía as atuais repúblicas de Gâmbia, Serra Leoa, Gana e Nigéria, uma curiosa denominação de 1/10 de penny, inclusive do curto reinado de Eduardo VIII (22).

A África Ocidental Francesa foi formada em 1895, incluindo o Senegal, a Mauritânia, o Daomé, o Sudão Francês, a Costa do Marfim, o Alto Volta, o Níger, e a Guiné Francesa. A cunhagem específica iniciou-se apenas em 1944 (24), prolongando-se até 1957, quando incorporou a referência ao Togo, que tivera emissões próprias entre 1924 e 1956 (26). A África Equatorial Francesa, formada em 1910, incluía a República Popular do Congo, o Tchad, o Gabão e a República Centro-Africana dos dias de hoje. As emissões próprias ocorreram no período de 1943 a 1948 (25), incorporando, em 1958, referência ao Camerum (hoje Camarões), mandato francês que tivera moedas próprias entre 1924 (23) e 1948.

O “estado livre” do Congo - hoje República Democrática do Congo -, importante produtor de diamantes, foi fundado em 1885 como propriedade privada do rei Leopoldo II da Bélgica, tornando-se uma colônia daquele país em 1908. As cunhagens próprias iniciaram-se em 1887, incluindo moedas de cobre com um furo no centro e moedas de prata de 50 centimes, 1 franco (27), 2 e 5 francos com o retrato do monarca belga. As emissões coloniais (28) efetuadas entre 1909 e 1960, incorporaram, no final, referências ao território de Ruanda-Urundi.

Na África do Sul, a cidade do Cabo havia sido fundada em 1652 por colonos holandeses conhecidos como Boers. Em 1802, houve uma primeira e breve emissão holandesa na colônia. Na primeira metade do séc. XIX, os ingleses controlaram as regiões do Cabo e de Natal, provocando a migração dos Boers para o interior, mas reconheceram, entre 1852 e 1854, o Transvaal e Orange como repúblicas independentes. Em 1884, descobriram-se na África do Sul minas de ouro e de diamantes, e os interesses ingleses chocaram-se crescentemente com os dos Boers. Entre 1892 e 1900, estes cunharam

moedas da “República Sul-Africana” com o retrato de Kruger (29), inclusive libras de ouro (30), com base no sistema monetário inglês. Pouco depois da derrota dos Boers frente aos ingleses, foi criada, em 1910, a União Sul-Africana, como um “Dominion” no âmbito do Império Britânico. Iniciaram-se então cunhagens no sistema monetário inglês, e com o retrato do soberano (31).

Em 1935, a Etiópia, que fizera cunhagens independentes em 1931 (34), foi invadida pela Itália e anexada à Somália Italiana e à Eritreia até 1941, quando foi libertada por tropas etíopes e britânicas. O “imperador” ou “Negus” Haile Selassie voltou então a emitir moedas, com a data de 1944 imobilizada (35), entre 1944 e 1974, quando foi derrubado e a monarquia abolida. Em 1993, após um referendo, a província da Eritreia tornou-se uma república independente.

Na costa ocidental, Gana foi a primeira nação a obter a independência, em 1957, sob Nkrumah, representado na cunhagem do país, inclusive após a mudança da unidade monetária do shilling para o cedi, dividido em 100 pesewas (49). Serra Leoa, independente em 1961, adotou o leone, dividido em 100 cents como o seu sistema monetário (48). A Nigéria, o país mais populoso da África, tornou-se uma república em 1963, com o naira, dividido em 100 Kobo (50), como unidade monetária. Gâmbia, independente em 1965 e república em 1970, completou o processo de independência da África Ocidental Inglesa, e adotou o sistema decimal para suas moedas, com um dalasi equivalente a 100 bututs (47). A Libéria manteve emissões denominadas em dólar, inclusive peças de prata para circulação até meados dos anos 1960 (46).

Das ex-colônias da África Ocidental Francesa, a Guiné foi a primeira a transformar-se em república, em 1958 (45). Os sete outros membros alcançaram a independência em 1960, optando por manter uma união monetária baseada numa moeda comum, o franco CFA (43) com legendas em francês. Os Estados da África Ocidental hoje incluem o Benin, o Senegal, Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Togo e o Níger. O Malí optou por uma cunhagem própria, em francos (44), e a Mauritânia pelo ouguiya (42). Os Estados da África Equatorial (República Centro Africana, Congo, Tchad e Gabão) também optaram, após a independência, por uma união monetária baseada no franco (51). Mais recentemente, essa união monetária, sob o novo nome de Estados da África Central, passou a incorporar também a República de Camarões, que teve emissões próprias entre 1960 (52) e 1986. A antiga Guiné Espanhola tornou-se independente em 1968, como a República da Guiné Equatorial. Após passar por diversos sistemas monetários, incluindo a peseta como unidade monetária (53), o país aderiu ao franco CFA dos Estados da África Central.

O ex-Congo Belga alcançou a independência em 1960, mas a província de Katanga, independente entre 1960 e 1963, cunhou moedas representando as cruzes metálicas em X que tinham circulado como moeda na região (55). Com a reunificação do país, houve emissões centralizadas denominadas em francos (54) e em zaires, mas o país, conhecido por décadas como Zaire, passou a chamar-se, em 1997, República Democrática do Congo. O antigo Congo Belga e o mandato de Ruanda-Urundi estiveram unidos administrativamente entre 1925 e 1960. O Burundi tornou-se independente, como reino (1962-1966), e depois república (57). Ruanda alcançou a independência já como república (56).

Na África Oriental, o Sudão, obteve a independência em 1956, passando a ter novamente moedas próprias (58), e é muitas vezes assimilado ao norte da África, em função de suas tradições islâmicas. A França anexou, em 1896, a Somália Francesa, para a qual foram emitidas moedas entre 1948 e 1965, sob a denominação de Costa Francesa dos Somalis (32), e, entre 1969 e 1975, sob a de Território Francês dos Afares e dos Issas (59), antes da região transformar-se na República de Djibuti, em 1977. Já a Somália Italiana, mandato em 1950 (33), foi unida à antiga Somália Britânica para constituir a república da Somália em 1960, hoje com um sistema monetário baseado em um shilling dividido em 100 senti (60). No entanto, no início dos anos 1990, a região da antiga Somália Britânica proclamou-se unilateralmente independente, com o nome de Somalilândia, e sua própria moeda. Com o fim da África Oriental Inglesa, surgiram: a república de Uganda, em 1962, com o shilling (62) dividido em 100 cents como unidade monetária; o Quênia, em 1963, com regime monetário semelhante (61); e, em 1964, a Tanzânia, fruto da União de Zanzibar e Pemba com Tanganica, que adotou o shillingi, dividido em 100 seniti, como unidade monetária (63). As colônias inglesas das ilhas Maurício (37) e das ilhas Seychelles (36) tornaram-se independentes em 1968 e 1976, respectivamente, sendo a república de Seychelles (67) a última possessão inglesa da África a alcançar a independência.

A colônia francesa de Madagáscar (38) tornou-se independente em 1960 (68). As ilhas Comores ou Comoras, também ex-possessão francesa, tornaram-se uma república em 1975, emitindo moedas próprias denominadas em francos (69).

À cunhagem da federação da Rodésia e da Niassalândia (41), sucederam-se as emissões independentes da Zâmbia, no sistema decimal, com um kwacha igual a 100 ngwee (65), e do Malawi, onde foi adotado um kwacha igual a 100 tambala (64). Já a Rodésia do Sul, onde fora cunhada, em 1953, uma coroa de prata em homenagem a Cecil Rhodes (40), que deu nome à região, tornou-se a república do Zimbábwe, escolhendo o dólar, dividido em 100 cents, como unidade monetária (66).

No imediato pós-guerra, a África do Sul continuou a ser um “Dominion” no âmbito do Comunidade Britânica, e, em 1950, foi cunhada uma bela peça de 5 shillings de prata com o busto de Jorge VI (39). Em 1961, o país tornou-se uma república, adotando o rand, dividido em 100 cents, como a sua nova unidade monetária. O país retornou à Comunidade Britânica em 1994, com o fim da política de “apartheid” e a eleição de Nelson Mandela para a presidência, e manteve a emissão do rand (73). A antiga Bechuanalândia transformou-se na república de Botswana, que adotou como unidade monetária o pula, dividido em 100 thebe (72). O enclave da Suazilândia tornou-se um reino em 1968, baseando o seu sistema monetário no lilangeni (70). Outro antigo enclave na África do Sul, o Lesoto, também passou a ser um reino independente em 1966, optando por um sistema monetário baseado no loti (71).

V-12 A América Espanhola Continental e Países Sucessores, c. 1492-1870

EVENTOS HISTÓRICOS

1492-1494 Descobrimiento da América por Colombo (1492); Tratado de Tordesilhas (1494).

1512-1530 Leis de Burgos regulamentando o regime de “encomienda” dos indígenas americanos (1512); Solís no Rio da Prata (1516); conquista do México por Cortéz e fim do Império Asteca (1519-1521); conquista de Honduras (1523); criação do Conselho das Índias e da audiência de Nova Espanha (no México).

1532-1541 Destruição do Império Inca por F. Pizarro (1532-1534); fundação do Vice-Reino de Nova Espanha (México) (1535); conquista do Chile (1535-1537); conquista definitiva do Peru; 1ª fundação de Buenos Aires; conquista de Nova Granada (atual Colômbia), subordinada ao Vice-Reino do Peru; fundação de Santiago do Chile.

1542-1549 Legislação para proteção dos indígenas (1542); abertura das minas de prata de Potosí (1545); a atual Bolívia subordinada ao Vice-Reino do Peru.

1551-1563 Universidades de Lima (1551) e do México (1553); grande aumento de produtividade com o método da amalgamação para tratamento do minério de prata (c. 1554); Audiência de Charcas (1559); sistema de frotas para o Novo Mundo (1561).

1569-1581 Grande diminuição da população indígena do Peru; introdução da indústria têxtil nas colônias espanholas (1569); Universidade de Bogotá (1572); ataque do inglês F. Drake a colônias espanholas (1577-1581).

1608-1628 Instalação definitiva dos Jesuítas no Paraguai e criação de reduções indígenas; reinício do crescimento da população mexicana após atingir um mínimo de cerca de 2,5 milhões de habitantes e expansão da mineração e da agricultura; Universidade de La Paz (1624); captura pelos holandeses da frota mexicana de prata (1628).

1713-1729 Tratado de Utrecht: “Asiento” e “navio de permissão” concedidos aos ingleses (1713); criação do Vice-Reino da Nova Granada (1717) incluindo a Colômbia, principal região produtora de ouro da América Latina Espanhola no séc. XVIII, e o Equador; fundação de Montevidéu (1724); Tratado de Sevilha: vantagens comerciais para a Inglaterra e a França nas colônias espanholas (1729).

1755-1788 A atual Bolívia subordinada ao Vice-Reino da Prata; expulsão dos Jesuítas do Paraguai (1755); Carlos III (1759-1788): reformas na Espanha e nas colônias, melhorias administrativas e na mineração; conflito anglo-espanhol pelas ilhas Falkland/Malvinas (1770-1771).

1776-1788 Criação do Vice-Reinado da Prata; liberdade de comércio entre a Espanha e seu império; revolta de Tupac Amaru no Peru (1781-1783); abertura do México ao comércio internacional (1786).

1810-1823 Ataques ingleses a Buenos Aires e Montevidéu (1807); levante de Artigas no Uruguai (1810) e movimento de libertação e independência da Argentina (San Martín, 1816); libertação do Chile (1817-1821) e ditadura de O'Higgins (1818-1823); controle de Bolívar sobre Nova Granada (1819).

1821-1823 Libertação definitiva da Venezuela; formação da Grande Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador), desfeita em 1830; independência da Costa Rica; Iturbide imperador do México, deposto em 1823.

1824-1839 Com a vitória de Ayacucho, de Sucre, confirmação da independência do Peru (1824) e da Bolívia (1825); entre 1824 e 1839, Estados Unidos da América Central (Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador); independência do Uruguai (1828); demissão de Bolívar (1830); ditadura de J. A. Páez na Venezuela; guerras civis e anarquia (1830-1863); no Equador, militares no poder (1830-1845).

1830-1871 Os conservadores no poder no Chile; presidência de Santander na Colômbia (1832-1837); numerosos “pronunciamentos” e advento de Melgarejo (1865) na Bolívia; desmembramento dos Estados Unidos da América Central (1838-1839); El Salvador ocupado por vizinhos: independência em 1865.

1835-1862 Ditadura de Rosas na Argentina (1835-1852); Constituição federalista (1853); secessão de Buenos Aires e presidência de Urquiza; início da expansão econômica baseada na criação de gado; regime autoritário de R. Castilla no Peru (1845-1851 e 1855-1862).

1858-1867 Guerra Civil no México entre liberais e conservadores; Benito Juárez Presidente da República Federal; intervenção francesa no México (1862-1867) e breve Império de Maximiliano da Áustria (1864-1867), fuzilado por ordem de Juárez.

1859-1865 Carrera, presidente da Guatemala (1859-1865); ditadura progressista e “teocrática” de G. García Moreno no Equador; governo de Mosquera na Colômbia: desapropriação dos bens do clero e Constituição federal (1861-1864); conservadores no poder na Nicarágua (1863-1893).

1864-1870 Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança, opondo o Brasil, a Argentina e o Uruguai ao Paraguai (1865-1870); conflito opondo a Espanha ao Chile e ao Peru (1864-1866).

EVENTOS MONETÁRIOS

1536-1598 Início das operações da Casa da Moeda do México; introdução, da moeda de 8 reales de prata, também conhecida como “peso de a ocho” ou simplesmente “peso” (1556-1598); criação das casas das moeda de Lima (1568) e Potosi (1574); produção anual das minas de prata de Potosí, c. 1590, equivalente a 7,5 milhões de pesos.

1598-1770 Sob Filipe II e Filipe III, intensificação da cunhagem; nova casa da moeda (1622) no “Nuevo Reino (Colômbia); abundante cunhagem de prata de estilo “macuquino”, na Casa da Moeda de Lima (1685 e 1752), e em Potosí, (até 1777); início da cunhagem de 1, 2, 4 e 8 escudos de ouro no México e em Lima, e de 1 e 2 escudos no “Nuevo Reino”; entre 1680 e 1690, remessas médias anuais para Castela, de

Charcas, Peru e Nova Espanha (México): 2 milhões de pesos; queda do valor da produção de prata de Potosí para 1 milhão de pesos (c. 1730).

1732-1789 Cunhagem mecânica no México (1732), estendida às demais casas da moeda hispano-americanas; criação da Casa da Moeda de Santiago do Chile (1749).

1759-1809 Abundante cunhagem de prata e ouro sob Carlos III e Carlos IV (1788-1808); total da receita da coroa na década de 1770 gerada no Peru, Charcas e México: 22,5 milhões de “pesos”, (78% no México); na década de 1790, valor das remessas anuais médias ultramarinas de Charcas, Peru, e México para Castela: 6 milhões de pesos.

1780-1806 Cunhagem total de ouro e prata no México, entre 1796 e 1806, no valor de 253,1 milhões de pesos; recuperação da produção de prata das minas de Potosí para cerca de 4 milhões de pesos anuais; exportações de Nova Granada: cerca de 1,8 milhões de por pesos/ano em moedas de ouro exportados de nova Granada.

1807-1825 Cunhagem hispano-americana em nome de Fernando VII (1809); logo parcialmente interrompida pelas insurreições latino-americanas; cunhagem no México entre 1807 e 1820: 175,9 milhões de pesos, permanecendo no México somente 3,1 milhões de pesos/ano, após subtração das exportações; no Chile entre 1810 e 1819, cunhagem de 1.004 mil pesos; segundo estimativas de 1813, no México, 20% das famílias com renda superior a 300 pesos/ano, cerca de 26% com entre 62 e 300 pesos e as restantes com renda inferior ou igual a 61 pesos; últimas emissões espanholas em 1821 no México e em 1825 em Potosí; em paralelo, início das emissões republicanas latino-americanas, com a cunhagem de 1813 para as Províncias do Rio da Prata; “honorários” de Iturbide, no México, em 1821: 125 mil pesos/ano!

1818-1824 Primeiras cunhagens do Chile (1818), reduzidas entre 1819 e 1829 para apenas 272 mil pesos com predominância temporária de papel-moeda; do Peru (1822), de Cundinamarca, na Colômbia (1820); da república do México, totalizando 80,9 milhões de pesos entre 1823 e 1830; cunhagem centralizada da República da Grande Colômbia (1821-1837) e da República Centro-Americana (1824-1838); preservação das denominações do período colonial: reales e escudos; início de cunhagens de cobre (Peru e México).

1822-1856 Cunhagem no México: 121,7 milhões de pesos entre 1831 e 1840 e 159,3 milhões de pesos entre 1841 e 1850; efêmera união política e monetária entre o Peru e a Bolívia (1836-1839); salário de trabalhadores rurais no México, c. 1822-1852: 1 a 1,5 reales/dia, e uma ração de milho; no Equador independente, emissões de escudos de ouro e reales de prata (1836-1856); em Nova Granada, cunhagens decimais com 10 décimos = 1 peso (1847).

1822-1865 Na Argentina, sucessivos monopólios de emissão de papel-moeda: aumento do valor de cédulas em circulação de 290 mil pesos em 1822 para 298 milhões de pesos em 1865; em 1827, salário mensal de peões de estância de gado: 12 a 14 pesos de prata, além de rações de erva mate, sal, farinha e ponchos, e casa e comida; utilização de cunhagens provinciais argentinas juntamente com moedas estrangeiras.

1851-1870 Em 1862, o valor do peso uruguaio fixado em ouro, mas sem cunhagem de moedas correspondentes: uso de moedas de outros países, em paralelo a uma circulação prematura de papel moeda de bancos privados, teoricamente conversíveis, mas freqüentemente declaradas de curso forçado; no Chile, cunhagem no sistema decimal de 1,68 milhões de moedas de 10 pesos de ouro e de cerca de 4,8 milhões de pesos de prata entre 1851 e 1870, ainda o meio circulante predominante.

1854-1870 Banco da Província de Buenos Aires, com emissões de papel-moeda em 1866, conversíveis em ouro, na paridade de 25 pesos papel por “peso forte”; adoção do sistema decimal no Peru (1863), na Bolívia (1864), na Costa Rica (1865) e no México (1863); 1o Banco Comercial mexicano em 1864 e retomada do crescimento de produção de prata, com abundante cunhagem de prata e de ouro predominando como meio circulante.

Módulo 35 - A América Espanhola Continental, c. 1535-1825

A cunhagem na América Continental iniciou-se em 1536, no México, cuja casa da moeda emitiu inicialmente as denominações de prata de 4 reales (1, 2), de 3 e 2 reales e de 1 real (3), além de peças de $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ de real, assim como moedas de cobre de 2 e 4 maravedis. A peça de 3 reales, facilmente confundível com o 2 reales, foi logo abandonada. A cunhagem de cobre, foi mal aceita pela população local e sua emissão logo suspensa, não tendo havido outras emissões nesse metal no México até o início do séc. XIX. O tipo de anverso das primeiras moedas incluía os nomes de Carlos V e o de sua mãe, Joana, em volta das armas da Espanha, e o do reverso mencionava os títulos reais “da Espanha e das Índias”, com o tipo das colunas de Hércules, evocação do estreito de Gibraltar, coroadas e pousadas sobre o mar, com a inscrição “Plus Ultra”. Durante o reinado de Filipe II (1556-1598), cunharam-se no México as denominações de $\frac{1}{2}$, 1 (6), e 2 reales (4, 5), e de 4 reales, mas foi introduzida, de forma duradoura, a moeda de 8 reales, que teria grande importância no comércio mundial nos séculos seguintes. Essas denominações com os tipos das armas coroadas e de um escudo com leões e castelos nos quartéis, foram produzidas até o final do séc. XVII, e ao longo do séc. XVIII, até 1732, com um método de cunhagem manual. Este resultava geralmente em moedas com discos irregulares (cortados de barras de prata) e tipos incompletos (conhecidas em inglês como “cob”). O método manual foi substituído, naquela data, pela cunhagem mecânica (“milled”), que foi acompanhada pela introdução de novos tipos (20-23).

Com a descoberta das minas de prata de Potosí, foi autorizada a criação de uma casa da moeda em Lima, que parece ter começado a operar em 1568. Inativa entre 1573 e 1576, foi reaberta de 1577 a 1588. Dessa oficina monetária são conhecidas as moedas sem data, cunhadas sob Filipe II (1556-1598) nas denominações de $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{2}$, 1, 2, 4 e 8 reales. Mas, após 1588, a oficina permaneceu fechada até 1659-1660, quando foi feita uma emissão não autorizada de ouro e prata. Novamente fechada em 1660, reabriu sob Carlos II, em 1684, quando passou a emitir, até 1752, uma abundante cunhagem de estilo “cob” ou macuquino, semelhante à mexicana. Existia na América Espanhola a compra de cargos públicos, e, em 1702, um conde espanhol pagou 80.173 pesos (de 8 reales) para tornar-se o tesoureiro da casa da moeda de Lima, cargo que custara 140.000 pesos, na cidade do México, em 1629.

A primeira casa da moeda de Potosí utilizou, a partir de 1574, equipamentos trazidos de Lima. No final do reinado de Filipe II, cunharam-se moedas de 8 reales (7, 8), 4 reales (9, 10) e 2 reales (11, 12), bem como as denominações de 1, $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ de real, todas em prata. Durante o reinado de Filipe III (1598-1620), houve alguma cunhagem das mesmas denominações de prata, mas a produção parece ter-se intensificado após 1621, já sob Filipe IV (13, 14). É muitas vezes difícil distinguir a data ou até mesmo o reinado das emissões dos três Filipes, pois os mesmos tipos foram mantidos, e a qualidade da cunhagem era precária, freqüentemente com as legendas legíveis apenas em parte. No reinado de Filipe IV, iniciou-se, a partir de 1622, a cunhagem de prata também no “Nuevo Reino” (hoje Colômbia), nos valores de $\frac{1}{2}$ a 8 reales, além do $\frac{1}{4}$ de real de bilhão ou de prata. Durante o reinado de Carlos II, reiniciou-se a cunhagem em Lima, incluindo valores em prata do $\frac{1}{2}$ real ao 8 reales, como o real de 1685 (17) e o 8 reales de 1693 (18), e as mesmas denominações também foram cunhadas, com datas mais claramente legíveis, em Potosí, como os 8 reales de 1669 (15) e o real de 1683 (16). Nesse reinado teve início a cunhagem de peças de ouro de 1, 2, 4 e 8 escudos, no México e em Lima, e cunharam-se no “Nuevo Reino” peças de 1 e 2 escudos, todas do tipo “cob”, e com os tipos monetários das armas coroadas no anverso, e de uma cruz no reverso.

Com a morte de Carlos II, sem herdeiro, em 1700, Filipe V de Bourbon assumiu o trono, mas, até cerca de 1730, as emissões coloniais espanholas não sofreriam maiores alterações. No entanto, a partir de 1732, a cunhagem mecânica no México resultou em peças produzidas com precisão muito maior, em discos redondos, e que incluíam o $\frac{1}{2}$ real (21), o real (22), o 2 reales (23), o 4 reales, e o 8 reales (20) de prata, bem como peças de 1, 2, 4 e 8 escudos de ouro, emissões que seriam continuadas nos reinados seguintes. Os novos tipos monetários das moedas de prata eram o das armas coroadas e o de dois globos coroados, entre duas colunas apoiadas sobre o mar. Nas emissões de ouro, passaram a ser representados o busto do soberano espanhol no anverso e as armas coroadas no reverso. (38). Em Lima, foram mantidas cunhagens do tipo “cob” desde o início do séc. XVIII (19) até 1752, quando ocorreu uma alteração dos tipos monetários da prata, para os já adotados no México (27, 28, 30), e iniciaram-se também emissões de escudos de ouro com o busto do rei da Espanha. Em Potosí, a cunhagem “cob” ou “macuquina”, estendeu-se até o final dos anos 1770, incluindo as moedas divisionárias (24, 26, 29) e peças de 8 reales (25, 31, 32), em paralelo à cunhagem mecânica, que teve início em 1767, incluindo desde o $\frac{1}{2}$ real ao 4 reales (33) e ao 8 reales, já sob Carlos III. Esse monarca introduziu o busto real também na cunhagem de prata (35), inclusive no México, a partir de 1772 (34, 36, 37).

Em Popayán, na Colômbia de hoje, ainda sob Carlos III, fizeram-se extensas cunhagens de ouro de 1, 2 (38), 4 e 8 escudos. Com o advento de Carlos IV (1788-1808), não ocorreram maiores alterações nos tipos monetários e manteve-se a cunhagem mecânica, que começara em 1732 no México, em 1751 em Santiago do Chile, em 1752 em Lima, em 1754 na Guatemala, a partir de 1756 em Popayán, Cartagena e Nuevo Reino (Bogotá), e ainda, finalmente em 1767 em Potosí. Nas moedas de prata de Potosí (39, 40, 48, 49, 51, 52), Carlos IV foi representado com o busto laureado, em traje de imperador romano, no anverso, com as armas coroadas da Espanha no reverso, tipo também emitido em Santiago do Chile (44), Bogotá (42), Nueva Guatemala (na cidade e oficina monetária reconstruídas após o terremoto de 1773) - (43), e no México (36, 37, 45, 46). Apenas o $\frac{1}{4}$ de real tinha como tipos um leão e um castelo (47). Na cunhagem de ouro, o rei aparecia com a cabeça nua e com uma couraça militar (50). Entre 1698 e

1776, o salário diário de trabalhadores de construção não especializados na Real Fábrica de Fumo do México permaneceu fixo, em 3 reales, e carpinteiros e pedreiros ganhavam entre 5 e 6 reales/dia em 1776 e 1790. Os mestres da fábrica de fumo ganhavam 8 reales/dia entre 1779 e 1798, e os operários, de 3 a 5 reales entre 1775 e 1777, e depois entre 2 e 4 reales em 1794. Administradores de várias instituições calculavam que, entre 1769 e 1805, o custo diário de manutenção de uma pessoa variava entre $\frac{3}{4}$ e 1,5 reales/dia. Para sustentar uma família de 4 membros, na cidade do México, uma única pessoa trabalhando teria que ganhar entre 2,8 e 5,7 reales todos os dias do ano, mas nem sempre o trabalho era tão contínuo. Em comparação, um ministro da Audiência de Lima recebia anualmente 5.000 pesos de 8 reales em 1776, e auditores do tribunal de contas da mesma cidade ganhavam 3.645 pesos em 1774.

Com a invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas, algumas emissões coloniais, já em nome de Fernando VII (1808-1833), mantiveram o busto de Carlos IV, como, por exemplo, na cunhagem de ouro de Popayán (53). Pouco a pouco, foi introduzido o retrato do próprio Fernando VII nos tipos de prata de diversas oficinas monetárias, como a de Santiago do Chile, já a partir de 1809 (54), do México (55, 56, 61), de Nova Guatemala (57) e na cunhagem de ouro de Lima (60), com o busto nu, laureado, contrastando com as emissões de ouro de Santiago do Chile, que preservaram o busto de Carlos IV entre 1811 e 1817 (59).

Durante as guerras de independência, continuou a cunhagem de moedas legalistas em nome do rei da Espanha (58), inclusive em novas oficinas como Zacatecas, no México (62), e, em Potosí, onde as emissões em nome de Ferdinando VII prolongaram-se até 1825 (63). Durante os conflitos, houve emissões legalistas sem o busto do rei, como nos 8 reales emitidos no México, em Sombrerete, pelo monarquista Fernando Vargas (64), no $\frac{1}{4}$ de real de cobre cunhado em Santa Marta, na Colômbia, pelas tropas espanholas sitiadas pelos republicanos (65), e nas cunhagens de cobre e de prata da Venezuela nas províncias de Guayana (67) e Caracas (68, 69), em nome de Ferdinando VII. Houve, também, no período, emissões de emergência dos revoltosos, como a cunhagem dos republicanos sitiados em Cartagena, na Colômbia, entre 1812 e 1813 (66). Alguns novos países latino-americanos emitiram moedas republicanas já a partir de 1813, enquanto outros somente cunharam suas primeiras moedas na década de 1820, em virtude de uma resistência mais prolongada das tropas espanholas legalistas em certas regiões.

Módulo 36 - A América Latina Continental, c. 1813-1870.

Com a invasão napoleônica da Espanha, revoltosos argentinos cunharam moedas em nome das “Províncias do Rio da Prata” de 1813 a 1815. Essas emissões, que incluíram o 8 reales (1), o 4 reales (2), 2 e 1 reales, o $\frac{1}{2}$ real (3) e o $\frac{1}{4}$ de real, além de peças denominadas em soles com valores semelhantes, foram feitas em Potosí. Na mesma ocasião, cunharam-se moedas de 8 escudos (4), e de 4, 2 e 1 escudos. Declarada formalmente a independência, em 1816, ocorreram cunhagens provinciais, como as de La Rioja, de peças denominadas em soles (5), cunhadas entre 1824 e 1826, em nome de todas as províncias, e do $\frac{5}{10}$ de sol de cobre de 1828, da Província de Buenos Aires (6). As primeiras emissões do Chile independente, já em 1818, incluíram um peso de prata (7), e uma bela peça de 8 escudos de ouro, de 1822 (8). No Peru, o governo independente cunhou moeda a partir de 1822, emitindo uma peça de 8 reales (11), e, em

1823, houve uma cunhagem provisória, inclusive do $\frac{1}{4}$ de peso (2 reales) de cobre (12), à qual se seguiria uma cunhagem regular de prata em Lima e em Cuzco (13).

Em 1819, Simon Bolívar criou a “República da Grande Colômbia”, que incluía a Colômbia, a Venezuela, o Panamá e o Equador de hoje, da qual a Venezuela separou-se, em 1829, e o Equador em 1830. Entre 1820 e 1823, foram feitas na província de Cundinamarca emissões de moedas de $\frac{1}{2}$ a 8 reales de prata (14). A cunhagem centralizada, em nome da república, durante o período 1821-1837, incluiu reales de prata e escudos de ouro no padrão colonial espanhol, e o nome da cidade de emissão consta por extenso das moedas de ouro, como no 8 escudos de Popayán de 1829 (15). A Bolívia tornou-se definitivamente independente em 1825, iniciando, a partir de 1827, uma cunhagem regular com base no peso de prata de 8 soles (9) e no escudo de ouro, igual a 16 soles, tendo sido emitidas peças de 8 escudos de ouro a partir de 1831 (10).

A independência do México foi declarada pelo padre Miguel Hidalgo em 1810, mas somente alcançada em 1821, sob o general Agostinho Iturbide, que declarou-se imperador em 1822, cunhando moedas em seu nome (17). Agostinho I foi deposto em 1823, quando foi proclamada a república e sob a qual foi inicialmente mantido o sistema monetário espanhol, de reales, na cunhagem de prata (20, 21), e de escudos (18, 22) na cunhagem de ouro. Os novos tipos adotados foram para a prata, o da “Águia Mexicana”, atacando uma cobra, no anverso, e o barrete frígido sobre raios de sol no reverso e, para o ouro, o reverso com um livro aberto e um braço segurando uma haste encimada por um barrete frígido. Houve também, inicialmente, emissões estaduais de cobre, como as de $\frac{1}{8}$ de real de Durango (19), além da cunhagem de cobre da república (23). Em 1823, preferindo não juntar-se ao México, a Guatemala, El Salvador, a Nicarágua, Costa Rica e Honduras dos dias de hoje formaram a República Centro-Americana, com cunhagem própria de ouro e de prata a partir de 1824, para a qual também adotou-se o sistema monetário colonial, incluindo o 8 reales de prata (16) emitido na Guatemala em 1824 e peças de ouro, como o 4 escudos de 1837 emitido em San José da Costa Rica (24). A união daqueles países não foi bem-sucedida, e cessou em 1838.

Entre 1837 e 1859, a Colômbia adotou o nome de República da Nova Granada, efetuando cunhagens que incluíram de $\frac{1}{4}$ a 8 reales de prata (25), 10 reales (53), e belas peças de ouro, como os 16 pesos cunhados em Bogotá (51) e Popayán (52). A partir de 1847, cunhou-se no sistema decimal o peso de prata (54), emitido também sob os “Estados Unidos da Colômbia” (65). Após a sua separação da “Grande Colômbia”, o Equador iniciou suas próprias emissões em 1833, com base no antigo sistema espanhol de reales de prata e de escudos de ouro (26). Durante uma tentativa de união do Peru e da Bolívia, entre 1836 e 1839, foram feitas emissões em Cuzco para a República Sul-Peruana (27), logo abandonadas em favor das cunhagens unitárias dos anos 1840 e 1850, incluindo do $\frac{1}{4}$ de real (50) ao 8 reales (49). A Venezuela somente teve emissões próprias a partir de 1843, e apenas de moedas de cobre de $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{2}$ e 1 centavo, cunhadas intermitentemente até 1862 (64). A cunhagem de prata começou em 1858 (55), baseada num peso igual a 10 reales. O Chile, a partir de 1835, adotou o sistema monetário decimal para a cunhagem de cobre (28), mas manteve, por algum tempo, em paralelo, emissões de reales de prata (30, 31, 32) e de escudos de ouro (29). A partir de 1853, emitiram-se pesos de prata (45) e o 10 pesos de ouro (46).

Na Argentina, continuaram a ser produzidas emissões provinciais nos anos 1840 a 1850, destacando-se as da província de Córdoba, entre 1844 e 1852 (37, 41) e, especialmente, as de La Rioja, do General Rosas, derrubado em 1852 por uma coligação latino-americana liderada pelo Brasil. Estas incluíram moedas de prata (33, 35, 36) e de ouro (34), algumas com o busto de Rosas. Entre 1853 e 1856, houve ainda cunhagens da província de Buenos Aires de 2 reales de cobre (42) e emissões do ½ real em La Rioja, em 1854 (43) e 1860, mas o “Tesouro Nacional” também foi responsável por moedas de cobre de 1, 2 e 4 centavos (44) em nome da Confederação Argentina, em 1854.

As primeiras cunhagens uruguaias datam de 1840, e foram, desde o início, centralizadas e baseadas em um sistema decimal centrado no peso - dividido em 100 centésimos (39). O primeiro peso de prata foi emitido em 1844 (38), durante um cerco de Montevideu. Já no Paraguai, independente desde 1811 e logo submetido às ditaduras de Francia e Solano Lopez, a única emissão na primeira metade do séc. XIX foi a de 1/12 de real de cobre de 1845 (40). A Bolívia manteve, entre 1840 e 1862, abundantes emissões de prata, notadamente da peça de 8 soles (47, 48), em paralelo à cunhagem de ouro denominada em escudos. Em 1864, no entanto, adotou-se o sistema decimal, baseado no boliviano de prata de 25g e 90% de grau de pureza. Em 1865, ocorreu uma emissão atípica homenageando o general Melgarejo, de 1 melgarejo de 20g e apenas 66,8% de grau de pureza (68).

Na América Central, a Costa Rica recorreu, entre 1841 e 1857, ao uso de contramarcas sobre moedas de prata de outros países da América. No entanto, produziu também uma cunhagem própria de prata baseada no peso de 8 reales, e uma de ouro com base em escudos iguais a 2 pesos, incluindo peças de 2 escudos cunhadas entre 1850 e 1863 (56). A partir de 1865, cunhou-se o peso dividido em 100 centavos, substituído em 1896 pelo colón. Na Guatemala, entre 1838 e 1841, recorreu-se também à prática de contramarcas sobre moedas estrangeiras (57). Mas, a partir de 1859, iniciou-se uma cunhagem tendo por unidade monetária o peso de prata dividido em 8 reales, e o busto do presidente Rafael Carrera constou da maior parte das denominações emitidas entre 1859 e 1871 (62), inclusive as de ouro (63).

No México, as moedas de ouro e de prata do governo central mantiveram-se praticamente inalteradas entre 1824 e o início dos anos 1860, sendo cunhadas principalmente na cidade do México (58) e em Guanajuato (59, 60). Porém, em diversos estados ou distritos continuaram as emissões de frações do real em cobre e em latão. Entre 1864 e 1867, o arquiduque da Áustria, Maximiliano, foi imposto ao México como imperador por um corpo expedicionário francês, e cunhou moedas com o seu retrato (61). Abandonado pela França e capturado por Benito Juarez, Maximiliano I foi fuzilado em 1867. Logo depois, cunharam-se moedas republicanas de 5, 10, 20 e 50 centavos de prata, tendo sido mantida, até 1871, a cunhagem de escudos de ouro como múltiplos do novo peso de prata, cujo peso e teor eram idênticos aos das antigas peças de 8 reales.

A transição para o sistema decimal tendeu a generalizar-se no continente no decorrer da década de 1860. No Peru, uma cunhagem de transição incluiu uma moeda de 8 escudos de ouro, ainda em 1863 (66), mas o novo sistema monetário do sol, dividido em 100 centavos, foi adotado para a emissão de uma peça de 10 soles de ouro (67) nesse mesmo ano. No Chile, onde o peso decimal consolidou-se já nos anos 1850, houve apenas uma alteração nos tipos da cunhagem de prata (69). Durante a guerra do

Paraguai, esse país emitiu, em 1867, uma raríssima peça de ouro de “4 pesos fuertes” (71), cujo metal foi obtido de jóias doadas por senhoras de Assunção. Encerrado o conflito, houve uma pequena cunhagem, em 1870, de moedas 1, 2 e 4 centésimos (72) de cobre, com um tipo de reverso semelhante ao de moedas do Uruguai de 1869 (70).

V-13 A América Latina Continental, c. 1870-2000

EVENTOS HISTÓRICOS

1870-1911 Ditadura de Guzmán Blanco na Venezuela (1870-1888); a United Fruit Co. na Costa Rica (1871) e em Honduras com crescente dependência dos EUA; Porfirio Díaz no México (1876-1911); conquista argentina da Patagônia (1876-1879); Guerra do Pacífico: cessão, para o Chile, do sul Peruano e perda pela Bolívia do acesso ao oceano Pacífico (1879-1883).

1886-1930 Na Colômbia, Constituição unitária (1886); no Equador, liberais no poder (1895-1930); J. Balmaceda no Chile (1886-1891) e início de longo período de regime parlamentar; Estrada Cabrera na Guatemala (1898-1920); C. Castro (1899), na Venezuela.

1903-1909 Secessão do Panamá da Colômbia; aluguel da Zona do Canal aos EUA (1904); ocupação norte-americana da Nicarágua (1907-1924); protetorado “de fato” dos EUA sobre El Salvador (1909).

1910-1918 Revolução Mexicana; implementação de reforma agrária no sul por E. Zapata; insurreição de Madero (1911) assassinado em 1913; Carranza e guerra civil; Constituição radical (1917-1918).

1910-1943 Ditadura de V. Gómez e início da exploração de petróleo na Venezuela (1910-1935); ditadura populista de Leguía no Peru (1919-1930); morte de Carranza (1920) e Obregón presidente do México, assassinado em 1927; Sandino presidente da Nicarágua, assassinado (1924-1934); revolução e junta militar no Chile (1925-1927), e presidência de Ibañez (1927-1931); na Argentina, Irigoyen presidente (1928) deposto em 1930; crises e duas eleições; R. Castilho, deposto em 1943 por junta militar.

1930-1949 Na Colômbia: fracasso do reformismo e insurreição popular após o assassinato de Gaitán; ditadura de Ubico na Guatemala (1930-1944), sucedida pelo governo democrático de Arbenz; ditadura de Hernández Martínez em El Salvador (1933-1944); Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai: o Chaco para o Paraguai; regime militar no Uruguai (1933-1942); início da “Política de Boa Vizinhança” dos EUA (1933); ditadura de Carías Andino em Honduras (1933-1949); 1ª eleição de Velasco Ibarra (1935), no poder no Equador até 1972.

1934-1956 L. Cárdenas; pacificação do México, reforma agrária e nacionalização do petróleo; instabilidade social na Venezuela (1939-1949); controle de uma oligarquia de mineração sobre a Bolívia (1936-1952); ditadura dos Somoza na Nicarágua (1937-1979); no Peru, Prado y Ugarteche (1939-1945 e 1956-1962); cessão pelo Equador de 200 mil Km² ao Peru (1941-1942); Perón, presidente da Argentina (1946-1955).

1948-1960 Criação, em 1948, da Organização dos Estados Americanos (OEA); ditaduras de Pérez Jiménez na Venezuela (1948-1958) e de Oscar Osório em El Salvador (1948-1960); após o assassinato de Gaitán, dez anos de anarquia na Colômbia (1948-57); ascensão da Frente Nacional; revolução Boliviana com V. Paz Estenssoro: nacionalização da mineração e reformas sociais (1952-1964); ditadura de Stroessner no Paraguai (1954-1989); Arbenz derrubado na Guatemala (1954).

1958-1980 Volta da democracia à Venezuela com R. Betancourt; governos militares na Bolívia (1964-1980) e morte de “Che” Guevara (1967); regimes militares no Peru (1968-1980) eleições livres com Belaunde Terry presidente(1980); no Chile, presidência de Allende, derrubado e morto por golpe militar (1970-1973) e General Pinochet; no México: Echeverria sucedido por Portillo (1970-1976); nova Constituição no Equador (1978); guerra entre Honduras e El Salvador (1969-1980).

1973-1985 Peron presidente eleito da Argentina (1973-1974), sucedido pela esposa Isabel Martinez; regime militar na Argentina (1976-1983); levante sandinista e queda da ditadura na Nicarágua (1978-1979); Bordaberry no Uruguai: medidas de exceção e governo militar; Guerra das Malvinas/Falkland; moratória do México; governo civil eleito na Bolívia (1982); na Argentina Afonsin presidente (1983); fim do regime militar no Uruguai (1984); A. Garcia, presidente do Peru (1985).

1986-1990 “Contras” da Nicarágua, vencidos (1986); Salinas presidente do México (1988); fim da ditadura Stroessner no Paraguai (1989); eleições livres no Chile; invasão americana do Panamá; eleição de Menem na Argentina (1989); Sandinistas derrotados em eleição livre na Nicarágua e Fujimori eleito presidente no Peru (1990).

1991-2000 Acordo do Mercosul, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (1991); fim da Guerra Civil em El Salvador (1992); Wasmosy eleito presidente do Paraguai (1993) e crise financeira mexicana e eleição de E. Zedillo (1994); fim da guerra civil na Guatemala (1996); eleição de A. Pastrana (1998) na Colômbia e eleição de F. de la Rúa na Argentina; nova Constituição na Venezuela (1999) e reeleição de Chavez; J. Battle presidente do Uruguai, Fujimori reeleito no Peru (3o mandato); fim de 71 anos de hegemonia do PRI no México com a eleição de V. Fox do P.A.N e eleição do socialista R. Lopes no Chile.

EVENTOS MONETÁRIOS

1870-1920 Generalização de sistemas decimais na América Latina e aumento gradual do papel-moeda no meio circulante; freqüente adoção do “curso forçado” do papel moeda, emitido por bancos privados ou pelos governos centrais, e inicialmente conversível em moedas metálicas, notadamente na Colômbia (1885); na Argentina (1885-1899), após breve adoção do padrão-ouro (1881-1885); no Uruguai (1890); o México como exceção: o país respondendo por 2/3 da produção mundial de prata, com o peso no padrão-prata até 1905 e grande predominância da moeda metálica no meio circulante.

1874-1915 Na América Central, início da circulação de papel-moeda emitido por bancos privados ou o Tesouro Nacional: na Guatemala (1874-1878); Nicarágua (c. 1879); Honduras (1886-1889); El Salvador (1890) e Costa Rica (1902); diminuição de importância da moeda metálica.

1877-1916 Na Bolívia, emissões de papel-moeda por bancos privados, com fim das cunhagens de prata em 1909; no Peru cunhagem de 24,7 milhões de moedas de 1 sol de prata entre 1888 e 1897, circulando em paralelo ao papel moeda; na Venezuela, adoção do “bolívar” decimal equivalente ao “franco” da União Monetária Latina européia (1879), e farta cunhagem de prata em paralelo às emissões de papel-moeda do Banco da

Venezuela (1890); no Equador, cunhagens esporádicas, suplementadas por papel-moeda; no Chile inconvertibilidade do peso (1878), desvalorização e grande aumento de emissões de papel-moeda, com gradual enfraquecimento da moeda de prata; emissões de papel-moeda de bancos privados no Paraguai (1879), e emissões do governo (1894-1916), com limitada circulação de moedas metálicas; em 1892, na Colômbia, meio circulante composto de 12 milhões de pesos em papel-moeda e 5,4 milhões em moedas de prata e de níquel; emissões de papel moeda alcançando 1 bilhão de pesos em 1905 e o valor do peso reduzido a 1 centavo do antigo peso de prata.

1896-1914 Gradual adoção do padrão-ouro por diversos países latino-americanos; no Chile, entre 1896 e 1917, emissão de milhões de moedas de ouro, totalizando cerca de 84 milhões de pesos; no Uruguai, circulação de papel-moeda do Banco da República Oriental do Uruguai (após 1896), conversível à paridade-ouro de 1862; consolidação do padrão-ouro na Argentina (1899-1914) com a circulação de papel-moeda emitido pela Caixa de Conversão e cunhagens limitadas a peças de cupro-níquel; no Peru, emissão de libras-ouro e frações; no México, sistema bimetálico ouro/prata (1905).

1910-1921 Com a Revolução Mexicana, grande aumento de papel-moeda em circulação até 1914, emitido por bancos privados ou por autoridades revolucionárias regionais; entre 1917 e 1920, após o repúdio das emissões de papel-moeda, grandes cunhagens de moedas de ouro de 2 e 20 pesos, totalizando mais de 155 milhões de pesos, e de prata de cerca de 65 milhões de pesos.

1916 Na Argentina, antes do pagamento de impostos, 29,8% da renda total correspondendo a famílias com menos de 1.000 pesos/ano (55% das famílias), outros 24,3% a famílias com 1.000 a 2.500 pesos/ano (27,5% das famílias), 17,6% a famílias com 2.500 a 3.000 pesos/ano (14,2% das famílias) e 28,3% a famílias com mais de 3.000 pesos/ano (6,5% das famílias).

1921-1931 Cunhagem de quase 5 milhões de peças de 50 pesos mexicanos de ouro, num total de 247 milhões de pesos, facilitando a adoção do padrão-ouro (1925-1931), e de mais de 165 milhões de pesos de prata, diante de ativos bancários de apenas 581 milhões de pesos em 1925.

1923-1931 Adoção ou retorno ao padrão-ouro em diversos países latino-americanos, (notadamente a Colômbia, já em 1923; o México em 1925; o Chile em 1926 com cunhagem de 75,8 milhões de pesos em ouro; e a Argentina em 1927), abandonado em função da Crise Mundial de 1929 e do fim da convertibilidade da libra esterlina em 1931, com desvalorizações generalizadas das moedas latino-americanas.

1931-1945 Na maioria dos países, predominância absoluta do papel-moeda inconvertível no meio circulante; o México como exceção, com o peso de prata como moeda metálica legal a partir de 1931 e abundantes cunhagens de prata totalizando 460 milhões de pesos até 1945, em paralelo a crescentes emissões de papel-moeda; na Venezuela, importantes cunhagens de prata em 1936 e 1945, complementadas por emissões de papel-moeda do novo Banco Central (após 1941).

1945-2000 Gradual retirada de circulação das moedas de prata em todos os países latino-americanos e, por último, no México; generalização do papel-moeda como principal meio circulante; com a aceleração da inflação, em vários países, emissões

excessivas e conseqüente desvalorização das moedas nacionais; diversas reformas com adoção de novas unidades monetárias, como múltiplo das antigas, notadamente: no Chile (1960 e 1975), na Argentina (1970, 1983, 1985 e 1992), no Uruguai (1977, 1993), no Peru (1985 e 1991), na Nicarágua (1988 e 1990) e, finalmente, no México (1992).

Módulo 37 - A América Latina Continental, c. 1870-1939

A cunhagem regular da Argentina, iniciou-se em 1881, incluindo o 1 e o 2 centavos de bronze (4), e moedas de prata de 10 a 50 centavos (2, 3) e de um peso (1), que, no entanto, somente foram emitidas entre 1881 e 1883. Houve, também, uma cunhagem de “argentinos” de ouro de 10 pesos entre 1881 e 1896. Todas tinham como tipos o busto da Liberdade e as Armas da república. Entre 1896, quando cessaram as emissões dos centavos de bronze, e 1939, somente foram emitidas moedas de cupro-níquel de 5, 10 e 20 centavos (5, 6). No Uruguai, a cunhagem regular de prata iniciou-se somente em 1877, incluindo o peso (7) e moedas divisionárias de 50 centavos (8), 20 e 10 centésimos. A cunhagem de 1, 2 e 5 centésimos de cupro-níquel iniciou-se em 1901, e voltou a ocorrer de forma intermitente até 1936. Entre 1916 e 1920 cunharam-se o peso (9) e as moedas de prata de 50 e 20 centésimos (10) com o busto de Artigas. Em 1930, cunharam-se moedas comemorativas de 10 centésimos de bronze-alumínio (12) e de 20 centésimos de prata (11), além de uma emissão limitada de 5 pesos de ouro, mas, com exceção dos centésimos, as emissões cessaram até a 2ª Guerra Mundial. No Paraguai, a cunhagem foi ainda mais episódica entre 1870 e 1939. Emitiu-se uma bela peça de 1 peso de prata em 1889 (13), mas, posteriormente, as emissões restringiram-se a moedas de 5, 10 e 20 centavos de cupro-níquel entre 1900 e 1908 (14), de 1 e 2 pesos também de cupro-níquel em 1925, de 1 e 2 pesos de alumínio em 1938, e, finalmente, de 5 e 10 pesos, ainda de cupro-níquel, em 1939 (15).

No Chile, o peso de prata foi cunhado anualmente de 1870 a 1905. Mas seu peso e grau de pureza reduziram-se, de 25g e 90% até 1891, para 20g e 70% entre 1902 e 1905 (17). Ocorreu, em paralelo, um enfraquecimento das moedas divisionárias de prata. O Chile foi um dos primeiros países a adotar o cupro-níquel para suas moedas a partir de 1870 (16). Na década de 1920, o peso passou a pesar 9g, com apenas 50% de prata (18), mas o país continuou a emitir moedas de ouro, incluindo as peças de 50 e 100 pesos (19, 20). Na década de 1930, porém, o peso passou a ser cunhado em cupro-níquel (21), refletindo a crise econômica mundial. A Bolívia produziu bolivianos de bom teor (90% - 22) nos anos 1870, mas interrompeu as cunhagens de prata em 1909 (23). Mesmo as emissões de cupro-níquel passaram a ser muito limitadas, envolvendo moedas de 5 e 10 centavos entre 1918 e 1936 e de 50 centavos com as armas do país (25) em 1939. Em 1937, houve uma emissão de 10 e 50 centavos (24) com um tipo de conotação mais “social”.

O Peru conservou a cunhagem de soles de prata de 25g entre 1870 e 1935, mas, em 1922, o teor de prata foi reduzido de 90% (26, 30) para 50% (31). O país emitiu moedas de cupro-níquel desde 1863, e adotou essa liga para o 20 centavos de uma cunhagem provisória de 1879 (27). Em 1880, houve igualmente uma emissão de prata denominada em pesetas (28), logo abandonada. A partir de então, o sistema monetário baseado no sol perdurou até a 2ª Guerra Mundial. No entanto, o Peru também emitiu, com objetivos comerciais, moedas de ouro, incluindo os valores de 1/5, 1/2 e 1 libra, esta última equivalente à libra inglesa (29). No Equador o sistema decimal começou somente em 1872, com 1 centavo de cobre (32). O país emitiu o sucre de prata (de 25g e 90% de

pureza) entre 1884 e 1897 (33), mas, desta data até 1928 a cunhagem de prata foi interrompida, e retomada com um sucre de 5g e 72% de pureza. A cunhagem do país foi muito intermitente entre o final do séc. XIX e 1939, com emissões de moedas divisionárias de bronze, níquel, e, principalmente, de cupro-níquel (34). A partir de 1937, o sucre também passou a ser cunhado em níquel (35).

A Colômbia, em contraste, manteve uma cunhagem de prata desde 1870 até a 2ª Guerra Mundial com um elevado teor de pureza. Os últimos pesos foram cunhados em 1871 (36), mas a cunhagem dos 50 centavos, de prata, perdurou por décadas, com uma emissão comemorativa de Cristóvão Colombo (37), em 1892 (com 83,5% de pureza), e outras, entre 1912 e 1934 (38) com o busto de Bolívar no anverso (com 90% de pureza), mesmo teor adotado para as moedas de 10 e 20 centavos. No período produziram-se, também, centavos de bronze, e 2 e 5 centavos em cupro-níquel.

Entre 1871 e 1879 o sistema monetário da Venezuela baseou-se em um venezuelano de prata de 25g e grau de pureza de 90%, equivalente a 100 centavos, envolvendo a cunhagem de 50 centavos (39) e outras peças divisionárias de prata e cupro-níquel. Em 1879, a unidade monetária passou a ser o bolívar - de 5g de prata e 83,5% de pureza - (cunhado até 1965, com pequenas alterações no tipo), mas com um múltiplo de 5 bolívares de 25g e 90% de pureza. Essas moedas, emitidas de 1879 a 1936 (40, 42), circulariam normalmente na Venezuela até meados da década de 1960, juntamente com denominações de 2 bolívares (43) 1, ½ e ¼ de bolívar de prata, e peças de 12 ½ (41) e 5 centimos de cupro-níquel.

O Panamá tornou-se independente da Colômbia em 1903. As primeiras emissões do novo país, tendo como unidade monetária o balboa, datadas de 1904, incluíam moedas de prata de 2 ½, 5, 10 e 25 centésimos (44), além de uma grande moeda de 50 centésimos, com 25g e 90% de pureza, todas com o busto de Balboa, o descobridor do Oceano Pacífico. A cunhagem panamenha, muito intermitente, passou por uma pequena alteração de tipos nos anos 1930 (46). A Costa Rica, apesar de ter cunhado moedas próprias de 25 centavos em 1889 (48), retomou o sistema de contramarcas moedas estrangeiras (47). A partir de 1896, a unidade monetária do país passou a ser o colón, em vez do peso. Após 1924, quando foi cunhado um 25 centimos de prata (49), o país não voltou a emitir moedas nesse metal para circulação, recorrendo principalmente a emissões de cupro-níquel. A Nicarágua iniciou suas próprias emissões em 1878, e, inicialmente, a denominação de valor mais elevado foi um 20 centavos de peso, de prata com 80% de pureza (50), emitido novamente, com o tipo alterado, em 1887 (51), quando todas as cunhagens cessaram até 1912. Nesse ano, a unidade monetária passou a ser o córdoba, com uma única emissão em prata nesse ano. As moedas divisionárias de prata foram cunhadas de forma muito esporádica até 1939, e predominaram as emissões de centavos de bronze e de 5 centavos de cupro-níquel (52).

Em El Salvador, a cunhagem decimal iniciou-se em 1889, com a emissão de 1 e 3 centavos de cupro-níquel (53). Entre 1892 e 1914, emitiu-se o peso de prata, com o busto de Colombo a partir de 1893 (54), assim como moedas divisionárias desse metal. Entre 1914 e 1939 somente foram cunhadas peças de 1, 3, 5 (55) e 10 centavos de níquel. As emissões republicanas regulares de Honduras iniciaram-se entre 1869 e 1871, tendo como unidade o real de cupro-níquel (56). Em 1881 começou a cunhagem do peso de prata (57) e de moedas divisionárias de prata e bronze. Com exceção da emissão de centavos de bronze, em 1919 e 1920, cessou, entre 1914 e 1931, a cunhagem de

moedas no país. Em 1935, foi introduzida uma nova unidade, o lempira de prata, com peças divisionárias de 20 e 50 centavos (58) também de prata. Na Guatemala, adotou-se o sistema decimal em 1870, tendo o peso como unidade monetária. Em 1894 aplicaram-se contramarcas de $\frac{1}{2}$ real sobre moedas estrangeiras para equipará-las ao peso de prata (59). Entre 1894 e 1897, a cunhagem do peso foi retomada (60), mas logo cessou toda cunhagem no país, até 1915, quando e até 1923, houve uma emissão provisória em bronze e bronze-alumínio. Em 1925, o quetzal passou a ser a nova unidade monetária, e cunharam-se, entre 1925 e 1938, moedas de prata de 5 e 10 centavos, e, de 1925 a 1929, de $\frac{1}{4}$ de quetzal (61), complementadas por moedas de 1 e 2 centavos de cobre ou latão.

No México, o peso baseado no sistema decimal foi cunhado no início dos anos 1870 e sob a ditadura de Porfírio Díaz (1876-1911), com os tipos da águia e de uma balança com um rolo da lei (62), também adotados para os 50 centavos (63). No início do séc. XX, emitiram-se moedas de ouro de 5 e 10 pesos com o retrato de Miguel Hidalgo (64, 65). Em 1910, foi cunhado um peso de prata com a representação da República a cavalo (66), que continuou a ser emitido durante a Revolução Mexicana até 1914, em paralelo a várias cunhagens estaduais revolucionárias que aumentaram a partir de 1915. As emissões de ouro do governo central foram retomadas após 1917, compreendendo os valores de 2 e 20 pesos (67, 68), e 50 pesos após 1921 além de $2\frac{1}{2}$, 5 e 10 pesos. A partir de 1920, cunhou-se um peso de prata de apenas 16,7g e 72% de grau de pureza (69), emitido até o fim da 2ª Guerra Mundial. As moedas divisionárias incluíram peças de 5 e 10 centavos de cupro-níquel com o tipo do calendário asteca (70).

Módulo 38 - A América Latina Continental, c. 1939-2000

A partir do início da 2ª Guerra Mundial, principalmente após 1960, ocorreu uma tendência para o abandono dos metais preciosos nas cunhagens latino-americanas, processo que se confirmou nas cunhagens argentinas: a uma moeda de níquel puro de 50 centavos de 1941 (1), sucederam-se moedas de bronze-alumínio no final dos anos 1940 e, já na década de 1950, moedas de aço revestido de níquel, como o peso de 1960 (2) e a moeda de 25 pesos de 1967 (3). Com a aceleração da inflação, ao peso seguiu-se o novo peso (1970-1983), igual a 100 pesos antigos, e, novamente, entre 1983 e 1985, um peso argentino (4) de alumínio, igual a 10.000 pesos do período anterior, por sua vez substituído pelo austral (1985 – 1992), igual a 1.000 pesos argentinos. Em 1992, adotou-se o peso igual a 10.000 australes, com a emissão do 50 centavos de latão (5) e de 1 peso com núcleo de bronze-alumínio e anel de aço (6).

No Uruguai, o peso de prata de 1942 (7) foi substituído, em 1960, por um peso de cupro-níquel (8). Em 1961, o país emitiu uma moeda de 10 pesos de prata (9). A partir de então, acelerou-se o processo inflacionário e, em 1969, ocorreu a emissão de uma peça de 1.000 pesos (10). A seguir cessaram as cunhagens de prata e emitiram-se moedas de cupro-níquel com valor de até 100 pesos (11), substituídas a partir de 1975 por um novo peso, equivalente a 1.000 pesos antigos. A unidade foi cunhada em bronze-alumínio (12), e a moeda de 10 novos pesos, em cupro-níquel (13). Em 1993, houve nova reforma monetária, com um peso uruguaio igual a 1.000 novos pesos “antigos”. No Paraguai, o guarani foi introduzido durante a 2ª Guerra Mundial, mas a moeda de maior valor de face era a de 50 centimos de bronze-alumínio (14), cunhada novamente em 1953 (15), quando cessaram todas as cunhagens destinadas à circulação. A partir de 1975, cunharam-se novamente moedas, de aço inoxidável, nos valores de 1 a

50 guaranis (16), seguidas de valores mais elevados, de até 500 guaranis, cunhados na década de 1990, em latão.

No Chile, a partir da 2ª Guerra Mundial, as emissões para circulação foram todas em metais não preciosos. O peso, com o busto de O'Higgins, ainda de bronze em 1943, foi cunhado em alumínio (18) em 1956. O centésimo de alumínio de 1963 (19) já era reflexo de uma reforma monetária de 1960 que transformou 10 pesos antigos em um centésimo, e 100 centésimos em um escudo, cunhado em cupro-níquel em 1971 (20). Após a queda do presidente Allende, ocorreria uma reforma monetária, com mil escudos antigos iguais a um peso, emitido em bronze-alumínio em 1987 (21), sendo a moeda de 100 pesos de bronze (22) a maior denominação cunhada até a segunda metade dos anos 1990.

Após a 2ª Guerra Mundial, na Bolívia, somente em 1951 emitiram-se um boliviano de módulo muito reduzido (23) e seus múltiplos de 5 e 10 bolivianos em bronze. Cessou então a cunhagem no país até 1965, quando foi criado o peso boliviano (24). Em 1987, surgiu novamente o boliviano, equivalente a 1 milhão de pesos bolivianos antigos. A nova unidade foi cunhada em aço inoxidável, com suas subdivisões denominadas em centavos (25), até o final da década de 1990.

No Peru, durante a 2ª Guerra Mundial, o sol tornou-se uma moeda de latão (26), substituída entre 1965 e 1975 por uma peça de módulo menor (27). Em paralelo emitiram-se peças comemorativas, como os 10 soles de cupro-níquel de 1971 homenageando Tupac Amaru (28), e os 100 soles, de prata, de 1973 (29). Mas a inflação forçaria, em 1985-1990, a adoção de nova unidade monetária, o intí (30), equivalente a 1.000 soles antigos. Em 1991, outra reforma criou um “novo peso” igual a 1 milhão de intis, com múltiplos de 2 e 5 novos soles emitidos com núcleo de latão e anel de aço (31) nos anos 1990. Em 1943 e 1944, emitiram-se ainda, no Equador, 5 sucres de prata (32). As emissões nesse metal cessaram após a 2ª Guerra Mundial, e a moeda de 1 sucre, de níquel em 1946 (33), passou a ser de cupro-níquel e de aço revestido de níquel até 1986, sem alteração de seu módulo (35), com frações em aço revestido de níquel (34) cunhadas até meados dos anos 1990. A partir de 1988, emitiram-se moedas com valores nominais crescentes, até o 1.000 sucres de bronze-alumínio do final dos anos 1990.

A Venezuela manteve inalterada, entre 1879 e 1965, a emissão do bolívar de prata, (36, 37). A partir de 1967, no entanto, mesmo tendo sido mantidos os mesmos módulos, as moedas de 1 e 2 bolívares passaram a ser cunhadas em níquel (38), metal substituído em 1989 por aço revestido de níquel (40). Em 1973, deu-se ainda a emissão de uma peça de 10 bolívares de prata (39). A perda de valor do bolívar venezuelano acentuou-se nos anos 1990, ficando evidenciada pela emissão, em 1998, de uma moeda de aço de 500 bolívares. A Colômbia ainda emitiu, em 1942, moedas de 10 centavos de prata (41) mas em 1953 a mesma denominação já era de cupro-níquel e a peça de 20 centavos teve o seu conteúdo de prata reduzido de 90% para 30% entre 1942 e 1953 (42). A moeda de 50 centavos de prata entre 1947 e 1948, passou a ser cunhada em 1958 em cupro-níquel (43), metal adotado para o peso em 1967 (44). Em 1968, foi ainda emitido um 5 pesos comemorativo de cupro-níquel de grande módulo para circulação (45), mas entre 1974 e 1981 o módulo do peso foi consideravelmente diminuído (46). Com a aceleração inflacionária, cunharam-se, nos anos 1990, denominações mais elevadas, desde os 100 pesos de latão (47) a peças de 1.000 pesos.

No Panamá, o balboa de prata ainda foi cunhado em certa quantidade em 1947 (48), e as moedas de prata divisionárias seguiram o módulo, o peso e a pureza das moedas americanas (49). As moedas divisionárias panamenhas acompanharam também a transição das peças americanas para o cobre revestido de cupro-níquel, metal também adotado para o 2 ½ centésimos de pequeno módulo cunhado em 1973 e 1975 (51). No entanto, em 1970, o país ainda emitiu, uma peça comemorativa de 5 balboas de prata com valor intrínseco compatível com o seu valor de face (50). Na Costa Rica, cunharam-se emergencialmente peças de latão durante a 2ª Guerra Mundial (52), de aço nos anos 1950 (53), retornando-se para peças de cupro-níquel, até 1972 (54). Nos anos 1980, a inflação levou a uma redução nos módulos, notadamente do 50 centimos (55) de colon cunhado em aço inoxidável. O agravamento da inflação nos anos 1990 resultou na emissão de moedas de até 100 colons de latão. Na Nicarágua, entre 1939 e 1972, as moedas de 10, 25 e 50 centavos (56) foram emitidas em cupro-níquel, com módulos inalterados, e o mesmo tipo adotado para o córdoba de cupro-níquel de 1972 (57). Já nos anos 1980, emitiram-se peças comemorativas de Sandino (58), mas com a aceleração da inflação cunharam-se peças de 500 córdobas de alumínio no final dos anos 1980. Após um programa de estabilização cunhou-se, nos anos 1990, um córdoba de aço revestido de níquel em 1997.

El Salvador emitiu moedas de prata de 25 centavos de 7,5 g durante a 2ª Guerra Mundial (59), mas, em 1953, a moeda de 50 centavos com grau de pureza semelhante já pesava somente 5g (60). Cessaram, então, as emissões de prata, e às emissões de cupro-níquel dos anos 1970 (61) sucederam-se cunhagens, no caso das moedas divisionárias, em aço inoxidável. O colón foi emitido, a partir de 1988, em aço inoxidável e, em meados dos anos 1990, em aço revestido de níquel. Em Honduras, até 1951, os 20 e 50 centavos de lempira foram emitidos em prata, mas depois essas mesmas frações passaram a ser cunhadas em cupro-níquel (63) até 1990, quando passaram a ser cunhadas em aço revestido de níquel (64). A Guatemala manteve a emissão de moedas de prata de 10 e de 5 centavos de prata entre 1925 e 1964 (65). A partir de 1965, a cunhagem regular foi em cupro-níquel (66) com módulos inalterados, até os anos 1990 (68), continuidade possível graças à moderada inflação do país. Foi mantida entre 1949 e os anos 1990 a emissão do centavo de latão homenageando o frei Bartolomé de Las Casas (67), defensor dos indígenas.

O México cunhou em 1943 uma moeda de 50 pesos de ouro (69), tendo como objetivos o entesouramento ou uso como reserva bancária. No entanto, o México continuou a cunhar moedas comemorativas de prata para circulação corrente, como os 5 pesos de 1950 (70) e os 10 pesos de 1956 (71). O bilhão foi adotado para o peso de circulação corrente, e para moeda comemorativa de Juarez (72). As moedas divisionárias incluíram moedas de bronze (75). Em 1968 foi cunhada moeda de 25 pesos de prata comemorativa das Olimpíadas no país (74), e, em 1979, cessaram as emissões de prata para circulação. A partir dos anos 1970, o cupro-níquel foi adotado para as moedas de circulação corrente (73) e para peças comemorativas, até meados dos anos 1980, quando as moedas divisionárias e o peso passaram a ser cunhados em aço inoxidável (76) como decorrência da aceleração da inflação que se seguiu à crise da dívida mexicana em 1982, que originou moedas de bronze-alumínio com valor de até 1.000 pesos. Em 1992, uma reforma monetária introduziu um novo peso igual a 1.000 pesos antigos. Essa nova unidade, e seus múltiplos de 2 e 5 pesos, passaram a ser cunhados com um núcleo de bronze-alumínio e um anel de aço inoxidável (77).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Numismática e Obras Gerais sobre a História da Moeda

- Allen, L., *Encyclopedia of Money*, Checkmark Books, New York, 2001.
- Athens Numismatic Museum, *Coins & Numismatics*, Hellenic Ministry of Culture, Numismatic Museum, Athens, 1996.
- Babelon, J., *Les Monnaies Racontent l'Histoire*, Fayard, Paris, 1963.
- Berman, A.G., *Warman's Coins & Paper Money*, Krause Publications, Iola, 2002.
- British Museum, *The World of Money*, CD-Room, British Museum Multimedia, London, 1998.
- Cameron, R., *A Concise Economic History of the World*, Oxford University Press, New York, 1989.
- Capelli, R., *Manuale Di Numismatica*, Mursia, Milano, 1979.
- Carson, R.A.G., *Coins of the World*, Harper & Brothers, New York, 1962.
- Clain-Stefanelli, E. e V., *The Beauty and Lore of Coins, Currency and Medals*, Riverwood Publishers, Croton-on-Hudson, 1974.
- Cooper, D.R., *The Art and Craft of Coin Making*, Spink and Son, London, 1988.
- Craig, W.D., *Coins of the World, 1750-1850*, Western Publishing Co., Racine, Wisc., 1976.
- Cribb, J., Cook, B., and Carradice, I., *The Coin Atlas*, Facts on File, New York, 1990.
- Cribb, J. (ed.), *Money: From Cowrie Shells to Credit Cards*, British Museum Publications, London, 1986.
- Davies, G., *A History of Money*, University of Wales Press, Cardiff, 1974.
- Day, J., *Études d'Histoire Monétaire, XII^e-XIX^e Siècles*, Presses Universitaires de Lille, Lille, 1984.
- Delorme, J., *Chronologie des Civilisations*, Presses Universitaires de France, Paris, 1969.
- Doty, R.S., *Coins of the World*, Bantam, New York, 1976.

- Draskovic, F. e Rubinfeld, S., *Standard Price Guide to World Crowns and Thalers, 1484-1968*, as Catalogued by Dr. J. S. Davenport, Krause Publications, Iola, 1982.
- Frère, H., *Numismática: uma Introdução aos Métodos e à Classificação*, Sociedade Numismática Brasileira, São Paulo/Université Catholique de Louvain, Institut Supérieur d'Archéologie et d'Histoire de L'Art, Louvain-la-Neuve, 1984.
- Friedberg, R., *Coins of the British World; the British Isles from 500 A.D., the British Empire from 1600 A.D.*, The Coin and Currency Institute, New York, 1962.
- Friedberg, R., *Gold Coins of the World*, Revised and edited by A. L. and I. S. Friedberg, The Coin and Currency Institute, New York, 1980.
- Grierson, P., *Numismatics*, Oxford University Press, Oxford, 1975.
- Hannon, B., *Glimpses of History*, Felton, 1992.
- Hobson, B., *Historic Gold Coins of the World*, Doubleday & Co., Garden City, 1971.
- Junge, E., *World Coin Encyclopedia*, William Morrow, New York, 1984.
- Krause, C. L. e Mishler C., *Standard Catalog of World Coins, 1601-1700*, Krause Publications, Iola, 1999.
- Krause, C. L. e Mishler C., *Standard Catalog of World Coins, 1701-1800*, Krause Publications, Iola, 1997.
- Krause, C. L. e Mishler C., *Standard Catalog of World Coins, 1801-1900*, Krause Publications, Iola, 1999.
- Krause, C. L. e Mishler C., *Standard Catalog of World Coins, 1900-2000*, Krause Publications, Iola, 2000.
- Madrid, Museo Arqueológico Nacional, *Tesoros del Gabinete Numismático, Las 100 Mejores Piezas del Monetario*, Museo Arqueológico Nacional, Madrid, 1999.
- Marques, M.G., *Introdução à Numismática*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982.
- McNeill, W., *The Rise of the West*, The University of Chicago Press, Chicago, 1963.
- Monnaie de Paris, *Trésors de la Monnaie: Récentes Acquisitions du Musée de la Monnaie (1989-1996)*, Monnaie de Paris, 1996.
- Morrisson, C., *La Numismatique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1992.
- Needleham, S.B. (ed.), *Perspectives in Numismatics*, Ares Publishers, Chicago, 1986.
- Nohejlová-Prátova, E., *Základy Numismatiky*, Academia, Praga, 1986.
- Orna-Ornstein, J., *The Story of Money*, British Museum Press, London, 1997.

Pick, A., *Standard Catalogue of World Paper Money*, Battenberg, Munich, e Krause, Iola, 1980.

Porteous, J., *Les Monnaies*. Hachette, Paris, 1964.

Price, M. J. (ed.), *Coins: An Illustrated Survey*. Hamlyn in Association with British Museum Publications, London, 1980.

Reinfeld, F. e Hobson, B., *Catalogue of the World's Most Popular Coins*, Sterling Publishing, New York, 1986.

Sédillot, R., *Toutes les Monnaies du Monde, Dictionnaire des Changes*, Recueil Sirey, Paris, 1955.

Shell, M., *Art and Money*, The University of Chicago Press, Chicago, 1995.

Spaulding, J.E., *Coin of the Realm: an Introduction to Numismatics*, Nelson Hall, Chicago, 1984.

Toynbee A.J., *A Study of History*, abridged edition revised by the author and J. Kaplan, Portland House, New York, 1988.

Veit, L., *Das Liebe Geld*, Prestel, München, 1969.

Vilar, P., *Or et Monnaie dans l'Histoire, 1450-1920*, Flammarion, Paris, 1974 (edição brasileira, Paz e Terra, 1981).

Voigtlaender, H., *Löhne und Preise in vier Jahrtausenden*, Numismatisches Gesellschaft Speyer, Speyer, 1994.

Williams, J. (ed.), *Money: A History*, British Museum Press, London, 1997.

Yeoman, R.S., *A Catalog of Modern World Coins, 1850-1964*, edited by H. Wallace, Western Publishing Co., Racine, Wisc. 1978.

Yeoman, R.S., *Current Coins of the World*, Western Publishing Co, Racine, 1976.

O Mundo Grego e a Antiguidade em Geral

Allen, D.F. e Nash, D.E.N., *Coins of the Ancient Celts*, Edinburgh University Press, Edinburgh, 1980.

Austin, M. M. e Vidal-Naquet, P., *Economic and Social History of Ancient Greece; an Introduction*, University of California Press, Berkeley, 1980.

Babelon, E., *Traité des Monnaies Grecques et Romaines*, Paris, 1907-1933.

- Boardman, J., Griffin, J. e Murray, O., *The Oxford History of the Classical World*, Oxford University Press, Oxford, 1986.
- Boutin, S., *Catalogue Des Monnaies Grecques Antiques de L'Ancienne Collection Pozzi, Monnaies Frappées en Europe*, A.G. Van der Dussen, Maastricht, 1979.
- British Museum, Department of Coins and Medals, *Catalogue of the Greek Coins in the British Museum*, 29 vols., London, Printed by Order of the Trustees of the British Museum, London, 1873-1927.
- British Museum, Department of Coins and Medals, *A Guide to the Principal Coins of the Greeks*, British Museum, London, 1965.
- Buttrey, S.E., e Buttrey, T.V., *Calculating Ancient Coin Production, Again*, Review article in *American Journal of Numismatics*, 9 Second Series, The American Numismatic Society, New York, 1997.
- Carradice I., *Greek Coins*, British Museum Press, London, 1995
- Carradice, I., e Price, M., *Coinage in the Greek World*, Seaby, London, 1988.
- Catalli, F., *Monete Etrusche*, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, Libreria dello Stato, Roma, 1990.
- Cohen, E.E., *Athenian Economy and Society: A Banking Perspective*, Princeton University Press, Princeton, 1992.
- Crawford, M.H., *La Moneta in Grecia e Roma*, Laterza, Bari, 1982.
- Davis, N. e Kraay, C.M., *The Hellenistic Kingdoms: Portrait Coins and History*, Thames and Hudson, London, 1980.
- Dembski, G., *Münzen der Kelten*, Kunsthistorisches Museum Wien/Skira, Milano, 1998.
- Donaldson, T.L., *Ancient Architecture on Greek and Roman Coins and Medals*, Argonaut, Chicago, 1966.
- Ducrey, P., *Guerre et Guerriers dans la Grèce Antique*, Payot, Paris, 1985.
- Forrer, L., *The Weber Collection*, 3 vols., Attic Books, New York, 1975, (reimpressão da edição de 1926-1929).
- Finley, M.I., *The Ancient Economy*, University of California Press, Berkeley, 1985.
- Förschner, G. *Die Münzen der Kelten*, Münzkabinett des Historischen Museums Frankfurt am Main, 1983.
- Garnsey, P., Hopkins, K. e Whitakker, C.R., *Trade in the Ancient Economy*, University of California Press, Berkeley, 1983.

- Gerin, D., Grandjean, G., Amandry, M. e de Callatay, F., *La Monnaie Grecque*, Ellipses, Paris, 2001.
- Grose, S.W., *Catalogue of the McClean Collection of Greek Coins, Fitzwilliam Museum, Cambridge*, 3 vols., Obol International, Chicago, 1979, (reimpressão da edição de 1923-1929).
- Hazard, R.A., *Ptolemaic Coins: An Introduction for Collectors*, Kirk & Bentley, Toronto, 1995.
- Head, B.V., *Historia Nummorum: A Manual of Greek Numismatics*, Argonaut, Chicago, 1967, (reimpressão da edição de 1911).
- Healy, J.F., (ed.) *Sylloge Nummorum Graecorum, Vol. VII, Manchester University Museum, The Raby and Güterbock Collections*, Oxford University Press, Published for the British Academy, London, 1986.
- Heichelheim, F. (ed.), *Sylloge Nummorum Graecorum, vol. IV, Fitzwilliam Museum: Leake and General Collections, Part I Spain (Emporiae, Rhoda) – Italy, Part II (Sicily – Thrace)* Oxford University Press and Spink and Son, London, 1972, published for the British Academy.
- Hendin, D., *Guide to Ancient Jewish Coins*, Attic Books Ltd, New York, 1976.
- Heiss, A., *Atlas of the Ancient Coins of Spain*, Ares Publishers, Chicago, 1976.
- Howgego, C., *Ancient History from Coins*, Routledge, London, 1995.
- Jameson R. (Collection), *Monnaies Grecques Antiques et Impériales Romaines*, 4 vols., Paris, 1913-1932.
- Jenkins, G. K., *Ancient Greek Coins*, Barrie & Jenkins, London 1972.
- Kapossy, B., assisted by Von Hoerschelmann, S., *Sylloge Nummorum Graecorum Schweiz II, Münzen der Antike, Katalog der Sammlung Jean-Pierre Righeti*, in *Bernischen Historischen Museum*, Paul Haupt, Bern, 1993.
- Kemp, B.J., *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization*, Routledge, London, 1989.
- Kraay, C.M., *Archaic and Classical Greek Coins*, Methuen, London, 1976.
- La Tour, H. de, *Atlas des Monnaies Gauloises*, Mis à jour par B. Fischer, Edition Claude Burgan/Maison Florange, Paris, 1994, (reimpressão, com atualizações, da edição de 1892).
- Le Rider, G., *La Naissance de la Monnaie*, Presses Universitaires de France, Paris, 2001.

Lindgren, H.C., e Kovacs, F.L., *Ancient Bronze Coins of Asia Minor and the Levant from the Lindgren Collection*, Chrysopylon Publishers, San Mateo, 1985.

Lindgren, H.C., *Ancient Greek Bronze Coins: European Mints, from the Lindgren Collection*, Chrysopylon Publishers, San Mateo, 1989.

Lindgren, H.C., *Lindgren III Ancient Greek Bronze Coins from the Lindgren Collection*, Chrysopylon Publishers, Quarryville, 1993.

Malraux, A., *La Monnaie de l'Absolu*, Albert Skira, Paris, 1950.

Mørkholm, O., *Early Hellenistic Coinage*, Cambridge University Press, Cambridge, 1991.

Mathiesen, H.E. (ed.) *Sylloge Nummorum Graecorum, Aarhus University, Denmark*, Munksgaard, Copenhagen, 1986.

Nercessian, Y.T., *Armenian Coins and their Values*, Armenian Numismatic Society, Los Angeles, 1995.

Newell, E.T., *The Coinage of the Eastern Seleucid Mints. From Seleucos I to Antiochus III*, with additions and corrections by O. Mørkholm, Numismatic Studies n° 1, The American Numismatic Society, New York, 1978, (reimpressão, com adições e correções, da edição de 1938).

Newell, E.T., *The Coinage of the Western Seleucid Mints. From Seleucos I to Antiochus III*, with additions and corrections by O. Mørkholm, Numismatic Studies n° 4, The American Numismatic Society, New York, 1977, (reimpressão, com adições e correções, da edição de 1941).

Nicolet, H. et al., *Sylloge Nummorum Graecorum, France, Bibliothèque Nationale, Cabinet des Médailles, Collection Jean et Marie Delepierre*, Bibliothèque Nationale, Paris, 1983.

Plant, R., *Greek Coin Types and their Identification*, Seaby, London, 1979.

Price, M. (ed.) *Sylloge Nummorum Graecorum, Vol. IV, Fitzwilliam Museum: Leake and General Collections, Part VIII Syria-Nabathaea*, Oxford University Press and Spink and Son, London, 1971, published for the British Academy.

Price, M. (ed.), *Sylloge Nummorum Graecorum, Vol. VI, The Lewis Collection in Corpus Christi College, Cambridge, Part I, The Greek and Hellenistic Coins (with Britain and Parthia)*, Oxford University Press and Spink and Son, London, 1972, published for the British Academy.

Rebuffat, F., *La Monnaie dans l'Antiquité*, Picard, s.l., 1996.

Roebuck, C. (ed.), *The Muses at Work*, M.I.T. Press, Cambridge, 1969.

- Saggs, H.W.F., *Civilization Before Greece and Rome*, Yale University Press, New Haven, 1989.
- Scheers, S., *Les Monnaies Gauloises de la Collection A. Danicourt à Péronne (France, Somme)*, Cercle d'Études Numismatiques, Travaux 7, Bruxelles, 1975.
- Schultz, H-D., *Antike Munzen*, Münzkabinett, Staatliche Museen zu Berlin, Preussischer Kulturbesitz, Berlin, 1997.
- Sear, D.R., *Greek Coins and their Values*, Vol. I, Europe; Vol. II Asia and North Africa; Seaby, London, 1978 e 1979.
- Shore, F., *Parthian Coins and History*, Classical Numismatic Group, Quarryville, Pennsylvania, 1993.
- Sugden, K.F. (ed.), *Sylloge Nummorum Graecorum, Vol. VIII, The Hart Collection, Blackburn Museum*, Oxford University Press and Spink & Son, published for the British Academy, Londres, 1989.
- Sweden, Royal Coin Cabinet, *Sylloge Nummorum Graecorum Sweden I: 2, Sammlung Eric Von Post*, Kungl. Myntkabinettet, Stockholm, 1993.
- Sylloge Nummorum Graecorum Deutschland, Sammlung der Universitäts Bibliothek Leipzig, 1. Band, Autonome Griechische Münzen*, Hirmer, München, 1993.
- Sylloge Nummorum Graecorum, The Royal Collection of Coins and Medals*, 8 vols., Danish Royal National Museum, Copenhagen, 1942-1969, (reimpressão Sunrise Publications, West Milford, 1981-1982).
- Hornblower, S. e Spawforth, A., *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford University Press, Oxford, 1996.
- Vismara, N. (ed.) *Sylloge Nummorum Graecorum Italia, Milano, Civiche Raccolte Numismatiche, vol. XII, Syria-Bactria et India, Parte 4. Iudaea-Bactria et India*, Comune di Milano, Settore Cultura, 1991.
- Visona, P., *Carthaginian Coinage in Perspective*, in *American Journal of Numismatics 10*, Second Series, American Numismatic Society, New York, 1998.
- Wartenberg, U., *After Marathon: War, Society and Money in Fifth-Century Greece*, British Museum Press, London, 1995.
- Westermarck, U. (ed.) *Sylloge Nummorum Graecorum, Sweden II, The Collection of the Royal Coin Cabinet National Museum of Monetary History, Stockholm, Part I – Gallia – Sicily*, The Royal Academy of Letters History and Antiquities, Stockholm, 1976.

O Mundo Romano

Andreau, J., *Banking and Business in the Roman World*, Cambridge University Press, 1999.

Bartoloni, R., *Monete di Roma Imperiale*, Mondadori, Milano, 2001 (2ª edição).

Breglia, L., *L'Arte Romana nelle Monete dell'Eta Imperiale*, Silvana Editoriale d'Arte, Milano, 1968.

Bruhn, J.A., *Coins and Costume in Late Antiquity*, Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington D.C, 1993.

Bufalini, G.A., *La Moneta Romana*, Museo Nazionale Romano, Palazzo Massimo alle Terme, Medagliere, Electa, Milano, 2001.

Burnett, A.M., *Coinage in the Roman World*, Seaby, London, 1987.

Burnett, A.M., Amandry M. e Ripollès, P.P., *The Roman Provincial Coinage I*, Bibliothèque Nationale de France, Paris/British Museum Press, London 1992 e Supplement I (1998).

Burnett, A.M., Amandry, M. e Carradice, I., *The Roman Provincial Coinage II*, Bibliothèque Nationale de France, Paris/British Museum Press, London 1999.

Butcher, K., *Roman Provincial Coinage: An Introduction to Greek Imperials*, Seaby, London, 1988.

Carson, R.A.G., *Coins of the Roman Empire*, Routledge, London, 1990.

Casey, P.J., *Roman Coinage in Britain*, Shire Publications, Aylesbury, Bucks, 1980.

Cayón, J.R., *Compendio de las Monedas del Imperio Romano*, Vol. I (81 A.C. a 198 D.C.) e Vol. II (198 D.C. a 285 D.C.), edição do autor, Madrid, 1985.

Cohen, H., *Description Historique des Monnaies frappées sous l'Empire Romain*, 8 vols. Feuardent, Paris, 1880-1892, (reimpressão de A.G. Van der Dussen, Maastricht, 1983).

Crawford, M.H., *Coinage and Money under the Roman Republic, Italy and the Mediterranean Economy*, Methuen, Londres, 1985.

Crawford, M.H., *The Roman Republican Coinage*, Cambridge University Press, Cambridge, 1974.

Curtis, J.W., *Tetradrachms of Roman Egypt*, Durst Publications, New York, 1990.

Dattari, G., *Numi Augg. Alexandrini, Monete Imperiale Greche*, Forni, Bologna, 1969 (reimpressão da edição do Cairo de 1901).

- Duncan-Jones, R., *The Economy of the Roman Empire: Quantitative Studies*, Cambridge University Press, 1982.
- Garnsey, P.D., e Saller, R.P., *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*, University of California Press, Berkeley, 1987.
- Gilles, K.-J., *Das Münzkabinett im Rheinischen Landesmuseum Trier*, Trier, 1996.
- Grant, M., *Roman History from Coins*, Cambridge University Press, Cambridge, 1968.
- Greene, K., *The Archaeology of the Roman Economy*, B.T. Batsford, London, 1986.
- Harl, K.W., *Coinage in the Roman Economy 300 B.C to A.D. 700*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1996.
- Herbert, K., assistido por Candiotti, K. *The John Max Wulff Collection in Washington University, Roman Republican Coins*, The American Numismatic Society, New York, 1987.
- Hill, P., *The Monuments of Ancient Rome as Coin Types*, Seaby, London, 1989.
- Hill, P.V., Kent, J.P.C. e Carson, R.A.G., *Late Roman Bronze Coinage*, Spink & Son Ltd, London, 1972.
- Jones, A.H.M., *L'Economia Romana: Studi Di Storia Economica e Amministrativa Antica*, Einaudi, Torino, 1984, (tradução Italiana da edição inglesa de 1974).
- Kent, J.P.C., *Roman Coins*, New York, 1978.
- Mattingly, H., Sydenham, E.A., Sutherland, C.M.V., Carson, R.A.G. et alii, (eds.), *The Roman Imperial Coinage (R.I.C.)*, Vols. 1-10, Spink, London, 1923-1994.
- Metcalf, W.E., *The Silver Coinage of Cappadocia, Vespasian-Commodus*, The American Numismatic Society, New York, 1996 (Numismatic Notes and Monographs nº 166).
- Picozzi, V., *La Monetazione Imperiale Romana*, P. & P. Santamaria, Roma, 1966.
- Rostovtseff, M.I., *Histoire Economique et Sociale de L'Empire Romain*, Robert Laffont, Paris, 1988. (Tradução da edição inglesa de 1957).
- Sear, D.R., *Greek Imperial Coins and their Values: The Local Coinages of the Roman Empire*, Seaby, London, 1982.
- Sear, D.R., *Roman Coins and their Values*, Seaby, London, 1988 (4ª edição revista).
- Sear, D.R., *Roman Coins and their Values, Vol. I, The Republic and the Twelve Ceasars, 280 B.C.-AD 96*, Spink, London, 2000.

Sear, D.R., *Roman Silver Coins, I., Republic to Augustus*, Seaby, London, 1978 (3ª edição revista).

Stack's, *Men of Rome, The Golden Military Years, Lucius Sulla to Severus Alexander, 82 B.C. – 235 A.D., The John Whitney Walter Collection*, Public Auction Sale, Stack's, New York, November 29, 1990.

Thurlow, B.K. e Vecchi, I.G., *Italian Cast Coinage – Italian Aes Grave* by B. K. Thurlow and *Italian Aes Rude, Signatum and the Aes Grave of Sicily* by I. G. Vecchi, V.C. Vecchi & Sons, London and B.& H. Kreindler, Dix Hills, 1979.

Bizâncio e seus Vizinhos, c. 498-1453.

Berk, H.J., *Eastern Roman Successors of the Sestertius*, H.J. Berk, Chicago, 1986.

Burnett, A., *The Coins of Late Antiquity, AD 400-700*, British Museum Publications, London, 1993.

Bustacchini, G., Ravenna, *Mosaics, Monuments and Environment*, Cartolibreria Salbaroli, Ravenna, 1984.

Cook, B. e Williams, J., *Byzantine Coinage*, in Buckton, D., *Byzantium: Treasures of Byzantine Art and Culture*, British Museum Press, London, 1994.

Evans, E.C. e Wixom, W.D., (eds.) *The Glory of Byzantium: Art and Culture of the Middle Byzantine Era 843-1261*, Metropolitan Museum of Art Harry N. Abrams, New York, 1997.

Grierson, P., *Byzantine Coins*, Methuen, London, 1982.

Grierson, P., *Byzantine Coinage in its International Setting*, Fitzwilliam Museum, Cambridge, 1990.

Hahn, W., *Die Münzprägung des Axumitischen Reiches*, Sonderdruck aus dem 2. band der *Litterae Numismatae Vindobonsenses*, 1983.

Metcalf, D.M., *Coinage in the Balkans, 820-1355*, Institute for Balkan Studies, Thessaloniki, Tessalônica, 1965.

Miles, G.C., *The Coinage of the Visigoths of Spain; Leovigild to Achila II*, *Hispanic Numismatic Studies* 2, New York, 1952.

Norwich, J.J., *A Short History of Byzantium*, Knoff, New York,

Ratto, R., *Monnaies Byzantines et d'autres Pays Contemporains à L'Époque Byzantine*, (Vente Privée aux Enchères), Rodolfo Ratto, Lugano, 1930, (reimpressão de J. Schulman, Amsterdam, 1959).

Sabatier, J., *Description Générale des Monnaies Byzantines*, 2 vols., 1862, (reimpressão de A. Forni, Bologna, 1974).

Sear, D.R., *Byzantine Coins and their Values*, Seaby, London, 1987.

Sotheby's, *The John J. Slocum Collection of Coins of the Crusades*, Sotheby's Auction, London, 6 and 7 March 1997.

Spink, Auctions, *The Dr. Anton C.R. Dreesmann Collection of Ancient Coins, Part II, Byzantine and Early European Gold Coins*, Spink, London, Auction of 13 July 2000.

Τζαμαλη, Α.Π., *Τα Νομίσματα της φραγκοκρατίας 1184–1566*, ΕΚΔΟΣΕΙΣ ΝΟΥΜΜΙΟ, Atenas, 1981.

Webster, L. e Brown, M., *The Transformation of the Roman World, A.D. 400-900*, British Museum Press, London, 1997.

Whitting, P.D., *Monnaies Byzantines*, Office du Livre, Fribourg, 1973 (tradução da edição inglesa).

Europa Medieval, c. 800-1453

Antonetti, P., *La Vita Cuotidiana a Firenze ai Tempi di Dante*, Rizzoli, Milano, 1983.

Belaubre, J., *Dictionnaire de Numismatique Médiévale Occidentale*, Le Léopard d'Or, Paris, 1996.

Belaubre, J., *Histoire Numismatique et Monétaire de la France Médiévale*, Le Léopard d'Or, Paris, 1986.

Belaubre, J., *Les Monnaies Médiévales dans Les Collections Monétaires de l'Administration des Monnaies et Médailles Tome 1, L'Époque du Denier*, Administration des Monnaies et Médailles, Paris, 1987.

Bloch, M., *Esquisse d'une Histoire Monétaire de L'Europe*, Armand Colin, Paris, 1954, (tradução Italiana, Einaudi, Torino, 1981).

Bolton, J.L., *The Medieval English Economy 1150-1500*, Dent, London, 1980.

Boudeau, E., *Monnaies Françaises Provinciales*, Cabinet de Numismatique E. Boudeau, Paris, 1913. (Reimpressão, s.d.).

Cavicchi, A., *La Moneta Medievale in Italia de Carlo Magno al Rinascimento*, Gruppo Archeologico Romano, S.L., 1991.

Cipolla, C.M., *Before the Industrial Revolution: European Society and Economy, 1000-1700*, W.W. Norton, New York, 1976.

Contamine, P., Bompaire, M., Lebecq, S. e Sarrazin, J-L, *L'Économie Médiévale*, Armand Colin, Paris, 1993.

- Cornier, J.P., *Monnaies Médiévales*, Rempart, Paris, 1998.
- Engel, A. e Serrure, R., *Traité de Numismatique du Moyen Age*, 3 vols., Arnaldo Forni, Bologna, 1964 (reimpressão da edição de 1891-1905).
- Erslev, K., *Medieval Coins in the Christian J. Thomsen Collection*, Attic Books, New York, 1992.
- Gedai, I., *Magyar Uralkodók Pénzeiken*, Zrinyi, Budapest, 1991.
- Grierson, P., *Monnaies du Moyen Age*, Office du Livre, Fribourg/Bibliothèque des Arts, Paris, 1976.
- Hazlitt, W.C., *The Coinage of the European Continent, Middle-Ages-20th Century*, new edition with a Preface and Reference Bibliography by AL. N. Oikonomides, Ares Publishers, Chicago, 1974, (reimpressão da edição de 1893).
- Marques, A.H.O., *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos da Vida Quotidiana*, Livraria Sá da Costa, Editora, Lisboa, 1964. (Existe edição americana de 1971).
- Deutschen Mittelalters, *Versteigerungskataloge der Sammlungen von E. Bahrfeldt (1921) und F. Friedensburg (1924)*, Zentral Antiquariat der Deutschen Demokratischen Republik, Leipzig, 1984, (reimpressão dos catálogos de Leilões de 1921 e 1924).
- Poëy d'Avant, F., *Les monnaies féodales de la France*, 3 vols. Rollin et Feuarent, Paris, 1858-62. (reimpressão de Akademische Druck- und Verlagsanstalt, Graz, 1961).
- Prévité-Orton, C.W., *The Shorter Cambridge Medieval History*, 2 vols., Cambridge University Press, Cambridge, 1971.
- Prou, M., *Catalogue des Monnaies Mérovingiennes de la Bibliothèque Nationale*, Rollin et Feuarent, Paris, 1896, (reimpressão, Akademische Druck- und Verlagsanstalt, Graz, 1969).
- Prou, M., *Les Monnaies Carolingiennes de la Bibliothèque Nationale*, Paris, Rollin et Feuarent, Paris, 1896.
- Spufford, P., *Money and its Uses in Medieval Europe*, Cambridge, 1988.
- Spufford, P., *Handbook of Medieval Exchange*, London, Offices of the Royal Historical Society, University College, London, 1986.
- Stahl, A.M., *Zecca, The Mint of Venice in the Middle Ages*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2000.
- Strozzi, Beatrice P., *Monete Fiorentine della Repubblica ai Medici*, Museo Nazionale del Bargello, Firenze, 1984.
- Suhle, A., *Deutsche Münz- und Geldgeschichte Von den Anfängen bis zum 15. Jahrhundert*, Veb Deutscher Verlag Der Wissenschaften, Berlin, 1973.

Islã, Oriente Médio e Norte da África

Album, S., *Checklist of Popular Islamic Coins*, Stephen Album, Santa Rosa, 1998.

Album, S., *Marden's Numismata Orientalia Illustrata*, Attic Books, New York, 1977.

Ashtor, E., *A Social and Economic History of the Near East in the Middle Ages*, Collins, London, 1976.

Balog, P., *The Coinage of the Ayyubids*, Royal Numismatic Society, London, 1980.

Bates, M.L. e Darley-Doran, E. *The Art of Islamic Coinage*, in T. Falk (ed.), *Treasures of Islam*, The Wellfleet Press, Secaucus, N.J., 1985.

Broome, M., *Islam and the Near East*, in Price, M.J., *Coins*.

Cook, M.A. (ed.), *A History of the Ottoman Empire to 1730*, Chapters from the Cambridge History of Islam and from the New Cambridge Modern History, Cambridge University Press, Cambridge, 1976.

Edhem, I. Ghalib, *Catalogue des Monnaies Turcomanes du Musée Impérial Ottoman*, Arnaldo Forni, Bologna, 1965, (reimpressão da edição de 1894).

Frye, R.N., *The Golden Age of Persia: The Arabs in the East*, Phoenix Press, London, 1975.

Flynn, D.O. e Giráldez, A., *Silver and Ottoman Monetary History in Global Perspective in The Journal of European Economic History*, vol. 31, n° 1, spring, 2002.

Hourani, A., *A History of the Arab Peoples*, Harvard University Press, Cambridge, 1991.

Ibrahim, T. e Canto, A., *Moneda Andalusí en la Alhambra*, Museo de la Alhambra, Patronato de la Alhambra y Generalife, Scriptorium, (Granada), 1997.

Inalcik, H. com Quataert, D. (ed.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*, Vol. I, 1300-1600, Cambridge University Press, 1994.

Issawi, C., *An Economic History of the Middle East and North Africa*, Methuen, London, 1982.

Mantran, R., (ed.), *Histoire de L' Empire Ottoman*, Fayard, Paris, 1989.

Miles, G.A., *The Coinage of the Umayyads of Spain*, 2 vols., The American Numismatic Society and Hispanic Society of America, New York, 1950.

Mitchiner, M., *The World of Islam (Oriental Coins and their Values)*, Hawkins Publications, London, 1977.

Özmucur, S. e Pamuk, S., *Real Wages and the Standards of Living in the Ottoman Empire, 1489-1914*, in *The Journal of Economic History*, vol. 62, n° 2, Jun., 2002.

Owen, R., *The Middle East in the World Economy 1800-1914*, Methuen, London, 1981.

Plant, R., *Arabic Coins and How to Read Them*, Seaby, London, 1980.

Saunders, J.J., *A History of Medieval Islam*, Routledge and Kegan Paul, London, 1987. (Edição de 1965).

A África ao Sul do Saara, O Subcontinente Indiano, a Ásia e a Oceania

Bombi, G., Lichtenberger, A., Malabarba, I., Conti, F. e Bozzeti, G., *Os Impérios do Comércio*, Distri Editora, S.L. (Lisboa?), 1983, (tradução da edição italiana de 1981).

Buckley, K. e Wheelwright, T., *No Paradise for Workers: Capitalism and the Common People in Australia 1788-1914*, Oxford University Press, Melbourne, 1988.

Charlesworth, N., *British Rule and the Indian Economy 1800-1914*, Macmillan, London, 1982.

Cribb, J., *The Far East*, in Price, M.J., *Coins*.

Cunliffe, M., *The Age of Expansion 1848-1917*, G. & C. Merriam Co., Springfield, 1974.

Forbes Munro, J., *Africa and the International Economy 1800-1960*, J.M. Dent & Sons Ltd, London, 1976.

Garlake, P., *Early Art and Architecture of Africa*, Oxford University Press, Oxford, 2002.

Gernet, J., *A History of Chinese Civilization*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987 (tradução da edição francesa de 1972.).

Gupta, P.L., *Coins*, National Book Trust, New Delhi, 1979 (2ª edição revista).

Hopkins, A.G., *An Economic History of West Africa*, Columbia University Press, New York, 1973.

Hou, C-M., *Foreign Investment and Economic Development in China, 1840-1937*, Harvard University Press, Cambridge, 1965.

Howe, C., *The Origins of Japanese Trade Supremacy*, Hurst & Co., London, 1996.

Huang, P.C.C., *The Peasant Family and Rural Development in the Yangzi Delta 1350-1988*, Stanford University Press, Stanford, 1990.

- Jacobs, N. e Vermeule, C. C., *Japanese Coinage*, New York, Numismatic Review, 1972, (revisão da edição de 1953).
- Klein, H.S., *The Atlantic Slave Trade*, Cambridge University Press, Cambridge, 1999.
- Lecomte-Collin, V. e Collin, B., *Les Monnaies dans les Collections Publiques Françaises*, Éditions Hervas, Paris, 1990.
- MacDowall, D., *Ancient India*, in Price, M.J., *Coins*.
- Mack, J., *Africa, Arts and Culture*, British Museum Press, London, 2000.
- Markovitz, C., (ed.), *Histoire de l'Inde Moderne, 1480-1950*, Fayard, Paris, 1994.
- Milleker, E.I. (ed.) *The Year One: Art of the Ancient World*, The Metropolitan Museum of Art/Yale University Press, New Haven, 2000.
- Mitchiner, M., *The Ancient & Classical World, 600 B.C. – A.D. 650 (Oriental Coins and their Values)*, Hawkins Publications, London, 1978.
- Morgan, J. de, *Manuel de Numismatique Orientale*, Obol International, Chicago, 1979 (reimpressão da edição francesa de 1923-1936).
- People's Bank of China, *A History of Chinese Currency*, edited by Xinhua (New China), Publishing House and the People's Bank of China/ M.A.O. Management Group, Hong Kong, 1983.
- Pomeranz, K., *The Great Divergence*, Princeton University Press, Princeton, 2000.
- Richardson, P., *Economic Change in China c. 1800-1950*, Cambridge University Press, 1999.
- Robinson, M. e Shaw, L.A., *The Coins and Banknotes of Burma*, S.E., S.L., 1980.
- Rhodes, N., *Medieval and Modern India* in Price, M.J., *Coins*.
- Rothermund, D., *An Economic History of India*, Routledge, London, 1993.
- Sircar, D.C., *Studies in Indian Coins*, Motilal Barnasidass, Delhi, 1968.
- Silva, A. da Costa e, *A Enxada e a Lança: A África antes dos Portugueses*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro e EDUSP, São Paulo, 1992.
- Tanabe, K., *Silk Road Coins: The Hirayama Collection*, The Institute of Silk Road Studies, Kamakura / British Museum, London, 1993.
- Thompson, L., *A History of South Africa*, Yale University Press, 1990.
- Thornton, J., *Africa and the Africans in the Making of the Atlantic World*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

Tsuru, S., *Japan's Capitalism: Creative Defeat and Beyond*, Cambridge University Press, Cambridge, 1993.

Young, A.N., *China's Wartime Finance Inflation, 1937-1945*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1965.

Zaslavsky, C., *Africa Counts: Number and Pattern in African Culture*, Prindle, Weber & Schmidt, Boston, 1973.

A Europa, do Renascimento ao Séc. XX

Aragão, A.C.T. de, *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, tomo 1, 1874; tomo 2, 1877 e tomo 3, 1880.

Arnold, P., *Führer Durch die Ständige Amstellung des Münzkabinetts*, Staatliche Kunstsammlung, Dresden, 1990.

Arnold, P., Kütthmann, H., e Steinhilber, D., *Grosser Deutscher Münzkatalog von 1800 bis heute*, Battenberg, Augsburg, 1990.

Attman, A., *The Bullion Flow between Europe and the East 1000-1750*, Kungl. Vetens Kaps – ochr Vitterhets-Samhället, Goteborg, 1981.

Bairoch, P., *Wages as an Indicator of Gross National Product*, in Scholliers, P. (ed.), *Real Wages*.

Belaubre, J. e Collin, B., *Les Monnaies de France: Histoire d'un Peuple*, Perrin, S.L., 1992.

Bendixen, K., *Denmark's Money, The Royal Collection of Coins and Medals*, The National Museum of Denmark, (Copenhagen), 1967.

Bernal, A.M. (ed.), *Dinero, Moneda y Crédito en la Monarquía Hispánica*, Marcial Pons, Ediciones de Historia, Madrid, 2000.

Bernardo, J.P. (ed.), *Numismática, Historia y Ciencia*, Aledón ediciones, Valencia, 1984.

Bowley, A.L., *Wages in the United Kingdom in the 19th Century*, Cambridge, at the University Press, 1900, (reimpressão de A.M. Kelley, Clifton, 1972).

Braudel, F. e Labrousse, E., *Histoire Économique et Sociale de la France*, 1789, Quadrige/Presses Universitaires de France, Paris, Tome II/1660-1789, 1970; Tome III/1789-1880, 1976; Tome IV 1-2, 1880-1950, 1979 e 1980.

Braudel, F. e Spooner, F., “*Prices in Europe from 1450 to 1750*” in E.E. Rich e C. Wilson (eds.) *The Cambridge Economy History of Europe*, vol. IV, Cambridge University Press, Cambridge, 1967.

Cambridge Economic History of Europe, editores vários, Vols. I-VIII, Cambridge University Press, Cambridge, 1941-1978.

Caron, F., *Histoire Economique de La France, XIX^e – XX^e Siècles*, Armand Colin, Paris, 1981.

Castan, C. e Cayon, J.R., *Las Monedas Hispano Musulmanas y Cristianas, 711-1981*, edição dos Autores, Madrid, 1980.

Chaudoir, S. de, *Aperçu sur les Monnaies Russes*, F. Belizzard & Cie, St Petersburg, 1836.

Clarkson, L.A., *The Pre-Industrial Economy in England, 1500-1750*, Schocken Books, New York, 1972.

Corpus Nummorum Italicorum (C.N.I.), 19 Vols, Tipografia della R. Accademia de’Lincei, Roma, 1910-1940.

Craig, W. D., *Germanic Coinages (Charlemagne to Wilhelm II)*, S. E., S.L., 1954, com Suplemento de 1963.

De Mey, J. e Pauwells, *Les Monnaies de Belgique (1790-1969)*, Éditions Cultura, Wetteren, 1970.

Duplessy, J. *Les Monnaies Françaises Royales de Hugues Capet à Louis XVI*, 2 Vols., Paris/Maastricht, 1988, 1989.

Eichengreen, B., *Globalizing Capital: a History of the International Monetary System*, Princeton University Press, Princeton, 1996.

Engel, A. e Serrure, R., *Traité de Numismatique Moderne et Contemporaine*, Arnaldo Forni, Bologna, 1965, (reedição da edição de 1897).

Fischer, D.H., *The Great Wave: Price Revolutions and the Rhythm of History*, Oxford University Press, New York, 1996.

Flandrin, P., *Les Thalers d’Argent: Histoire d’une Monnaie Commune*, Éditions du Félin, Paris, 1997.

Floud, R. e McCloskey, D., *The Economic History of Britain since 1700*, Vol. 1: 1700-1860; vol. 2: 1860-1939, Cambridge University Press, 1993.

Godinho, V.M., *Prix et Monnaies au Portugal*, Armand Colin, Paris, 1955.

Gomes, A., *Moedas Portuguesas*, edição do autor, Lisboa, 1987.

- Hau, M., *Histoire de l'Allemagne XIX-XX Siècles*, Economica, Paris, 1994.
- Herinek, L., *Österreichische Münzprägungen von 1740-1969*, Vienna: Münzhandlung Herinek, 1970.
- Historisches Museums der Stadt Wien, *Von Pfennig zum Euro: Geld Aus Wien*, Wien, 2002.
- Hlinka, B. e Radomerský, P., *Peníze Poklady Padělky*, Orbis, Praga, 1975.
- Hobsbawm, E., *Industry and Empire: the Birth of the Industrial Revolution*, revised and updated with C. Wrigley, The New Press, Cambridge, 1999.
- Hobson, B., *Catalogue of Scandinavian Coins*, Sterling Publishing Co., New York, 1970.
- Hoffman, P.T., *Growth in a Traditional Society: The French Countryside 1450-1815*, Princeton University Press, Princeton, 1996.
- Israel, J.I., *The Dutch Republic: its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806*, Clarendon Press, Oxford, 1998.
- Kann, R.A., *A History of the Habsburg Empire, 1526-1918*, University of California Press, Berkeley, 1974.
- Kellenbenz, H., *El Desarrollo Economico de la Europa Continental (1500-1750)*, Siglo Veintiuno, Madrid, 1977, (tradução da edição inglesa de 1976).
- Kindleberger, C.P., *A Financial History of Western Europe*, Oxford University Press, New York, 1993.
- Krause, C. L. e Mishler C., *Standard Catalog of German Coins, 1601 to the present*, Krause Publications, Iola, 1999.
- Kurpiewski, J., *Zarys Historii Pienadza Polskiego*, Polskie Towarzystwo Archaologiczne 1, Numismatyczne Konisja Numizmatyczna, Warszawa, 1988.
- Lane, F.C., *Venice: A Maritime Republic*, The Johns Hopkins Press, Baltimore, 1973.
- Lescaze, B., *Genève: sa Vie et ses Monnaies aux Siècles Passés*, Crédit Suisse, Genève, 1981.
- Lobel, R. (Pub.), *Coincraft's Standard Catalogue of the Coins of Scotland, Ireland, Channel Islands & Isle of Man*, Coincraft, London, 1999.
- Lyth, P.J., *Inflation and the Merchant Economy: The Hamburg Mittelstand 1914-1924*, Berg, New York, 1990.
- Mackay, J., *A History of Modern English Coinage, Henry VII to Elizabeth II*, Longman, London, 1984.

- Malanima, P., *La Fine del Primato: Crisi e Riconversioni nell' Italia del Seicento*, Bruno Mondadori, Milano, 1998.
- Miskimin, H.A., *A Economia do Renascimento Europeu – 1300-1600*, Editorial Estampa, Lisboa, 1984.
- Mitchell. B.R., *European Historical Statistics*, Columbia University Press, NY, 1975.
- Morgan, K.O. (ed.), *The Oxford Illustrated History of Britain*, Oxford University Press, Oxford, 1984.
- Renesse-Breidbach, Conde de, *Histoire Numismatique de l'Évêché et Principauté de Liège*, H. Remy, Bruxelles, 1831.
- Ryan, J.C., *A Handbook of Papal Coins*, J.C. Ryan, Washington, 1989.
- Santiago Fernandez, J. de., *Politica Monetaria em Castilla durante el Siglo XVII*, Junta de Castilla y Leon, Consejería de Educación y Cultura, S.L., 2000.
- Saurma-Jeltsch, H.V., *Die Saurmasche Münzsammlung Deutscher, Schweizerischer und Polnischer Gepräge*, Verlag Adolph Weyl, Berlin, 1892 (reimpressão da Gesellschaft für Internationale Geldgeschichte.)
- Scholliers, P. (ed.), *Real Wages in 19th and 20th Century Europe: Historical and Comparative Perspectives*, Berg, Oxford, 1989.
- Seaby, *Coins of England and the United Kingdom*, (Mitchell, S. e Reeds, B.) Seaby, London, 1995.
- Spooner, F.C., *The International Economy and Monetary Movements in France, 1493-1725*, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1972.
- Vaz, J.F., *Livro das Moedas de Portugal*, (edição do autor), Braga, 1973.
- Vicenti, J.A., *Catalogo General de la Moneda Española, España Peninsular y Provincias de Ultramar*, Reyes Católicos-1475 a Isabel II-1868, edição do autor, Madrid 1978.
- Vicenti, J.A., *Catalogo General de la Moneda Española, Imperio Español (Europa), Fernando II 1475 a Fernando I 1825*, edição do autor, Madrid, 1976.
- Vicens-Vives, J., *Historia Económica de España*, Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1977.
- Vries, J. de, *The Economy of Europe in an Age of Crisis, 1600-1750*, Cambridge University Press, Cambridge, 1976.

Vries, J. de, e Woude, A. V. der., *The First Modern Economy: Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997, (tradução da edição Holandesa de 1995).

Zamagni, V., *An International Comparison of Real Industrial Wages 1890-1913: Methodological Issues and Results*, in Scholliers, P. (ed.), *Real Wages*.

O Continente Americano

Adams, E.H., (arr.) *Catalogue of the Collection of Julius Gutttag*, New York, 1929.

Alemán, R.T., *Breve Historia de la Política Económica Argentina 1500-1989*, editorial Claridad, Buenos Aires, 1997.

Arellano Moreno, A., *Guia de Historia de Venezuela, 1498-1968*, Síntesis Dosmil, Caracas, 1971.

Bethell, L. (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, 10 Vols., Cambridge University Press, 1984-1994, especialmente Vol. VI, Part 1.

Bressett, K.E., with the American Numismatic Association, *Collectible American Coins*, Publications International, LAD, Lincolnwood, Ill., 1991.

Brown, J.C., *A Socioeconomic History of Argentina, 1776-1860*, Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

Burkholder, M.A. e Johnson, L.L., *Colonial Latin America*, Oxford University Press, 1990.

Burkholder, M.A., "Bureaucrats" in Hoberman, L.S. e Socolow, S.M. (eds.), *Cities and Society in Colonial Latin America*, University of New Mexico Press, Albuquerque, 1986.

Cárdenas, E., *A Macroeconomic Interpretation of Nineteenth Century México*, in Haber, S. (ed.), *How Latin America Fell Behind*.

Carmagnani, M., *Les Mécanismes de la Vie Économique dans une Société Coloniale: Le Chili (1680-1830)*, S.E.V.P.E.N., Paris, 1973.

Charlton, J.E., *Standard Catalogue of Canadian Coins, Tokens and Paper Money, 1670 to date*, Whitman Publishing Co., Racine, Wisc., 1961.

Cipolla, C. M., *La Odisea de La Plata Española: Conquistadores, Piratas y Mercadores*, Crítica, Barcelona, 1999, (tradução da edição italiana de 1996).

Cortés-Conde, R., *La Economía Argentina en el Largo Plazo*, Editorial Sudamericana, Universidad de San Andrés, Buenos Aires, 1997.

- Cortés-Conde, R., *The First Stages of Modernization in Spanish America*, Harper & Row, New York, 1974.
- Díaz-Alejandro, C.F., *Ensayos sobre la Historia Económica Argentina*, Amorrortu, Buenos Aires, 1973, (tradução da edição americana de 1970).
- Faraone, R., *Introducción a la Historia Económica del Uruguay (1825-1973)*, Arca, Montevideo, 1974.
- Ferrer, A., *The Argentinian Economy: An Economic History of Argentina*, University of California Press, Los Angeles, 1967.
- Ford, A.G., *The Gold Standard 1880-1914: Britain and Argentina*, Clarendon Press, Oxford, 1962.
- Haber, S. (ed.), *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*, Stanford University Press, Stanford, 1997.
- Hamilton, E.J., *American Treasure and the Price Revolution in Spain (1501-1650)*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1934.
- Hamilton, E.J., *War and Prices in Spain 1651-1808*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1947.
- Haslip-Viera, G., "The Underclass" in Hoberman, L.S. e Socolow, S.M. (eds.), *Cities and Society in Colonial Latin America*, University of New Mexico Press, Albuquerque, 1986.
- Klein, H., *Origin and Volume of Remission of Total Tax Revenues from the Viceroyalties of Peru and Nueva España* in A.M. Bernal, (ed.), *Dinero, Moneda y Crédito en la Monarquía Hispánica*, Marcial Pons, Madrid, 2000.
- Le Riverend J., *Historia Económica de Cuba*, Ariel, Barcelona, 1972.
- Hughes, J., *American Economic History*, Harper Collins, S.L., 1990.
- Marichal, C., *Obstacles to the Development of Capital Markets in Nineteenth Century Mexico*, in Haber, S. (ed.), *How Latin America Fell Behind*.
- McCusker, J.J. *Money and Exchange in Europe and America, 1660-1775; A Handbook*, Macmillan, London, 1978.
- McCusker, J.J., e Menard, R.R., *The Economy of British America, 1607-1789*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1985.
- McGreevey, W.P., *An Economic History of Colombia, 1845-1930*, Cambridge University Press, Cambridge, 1971.

Moreno Friginals, M., *The Sugar Mills, The Socioeconomic complex of Sugar in Cuba, 1760-1860*, Monthly Review Press, New York, 1976, (tradução da edição cubana de 1964).

Morineau, M., *En Medio Del Vado: Gold is Beautiful* in A. M. Bernal ed., *Dinero, Moneda, Credito en la Monarquía Hispánica*, Marcial Pons, Madrid, 2000.

Morineau, M., *Incroyables Gazettes et Fabuleux Métaux: Les Retours des Trésors Américains d'après les Gazettes Hollandaises (XVI^e-XVIII^e Siècles)*, Cambridge University Press, Cambridge/Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme, Paris, 1985.

Mossman, P.L., *Money of the American Colonies and Confederation*, Numismatic Studies n^o 20, American Numismatic Society, New York, 1993.

Passell, P. e Atack, J., *A New Economic View of American History*, W.W.Norton, New York, 1994.

Perkins, E.J., *The Economy of Colonial America*, Columbia University Press, New York, 1988.

Schilke, O.G. e Solomon, R.E., *American's Foreign Coins, Foreign Coins with Legal Tender Status in the United States, 1793-1857*, The Coin and Currency Institute, New York, 1964.

Shelton, D.H., *The Banking System: Money and the Goal of Growth*, in R. Vernon. (ed.), *Public Policy and Private Enterprise in Mexico*, Harvard University Press, Cambridge, 1964

Sojo, J.R., *El Comercio en la Historia de Colombia*, Cámara de Comercio de Bogotá, Bogotá, s.d. (1970?).

Temin, P. (ed.), *Engines of Enterprise: An Economic History of New England*, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 2000.

Yeoman, R.S., *A Guide Book of United States Coins*, Whitman/Western Publishing Co., Racine, Wisc., 1981.

Yriarte, J. de, *Catálogo de los Reales de a Ocho Españoles*, Editorial Tecnos, Madrid, 1955.

Atlas

Allen, P., *The Atlas of Atlases*, Harry N. Abrams, New York, 1992.

Arruda, J.J. de A., *Atlas Histórico Básico*, Editora Ática, São Paulo, 2001.

Barracough, G. (ed.), *The Times Atlas of Word History*, Times Books, London, 1988.

Duby, G., *Atlas Historique*, Larousse, Paris, 1996.

Grant, M., *Ancient History Atlas, 1700 B.C. to A.D. 565*, Weidenfeld and Nicolson, London, 1989.

Haywood, J., *Atlas Histórico do Mundo*, Könemann, Colônia, 2001.

Historical Atlas of the World, Barnes & Nobles, New York, 1972.

Kinder, H. e Highmann, W., com adaptação para o francês de P. Mougnot, *Atlas Historique*, Stock, Paris, 1968, (tradução da edição alemã de 1964).

McEvedy, C., *The Penguin Atlas of Ancient History*, Penguin, Harmondsworth, 1967.

McEvedy, C., *The Penguin Atlas of Medieval History*, Penguin, Harmondsworth, 1961.

McEvedy, C., *The Penguin Atlas of Modern History (to 1815)*, Penguin, Harmondsworth, 1972.

Palmer, R.R., *Rand McNally Atlas of World History*, Rand McNally & Company, New York, 1957.

Parker, G. (ed.), *Atlas Verbo de História Universal*, Verbo, Lisboa/São Paulo, 1996.

Pounds, N.J.G., *An Historical Geography of Europe*, Cambridge University Press, 1990.

Catálogos de Leilões e Listas de Vendas a Preço Fixo, Diversas datas, c. 1988-2002:

Argenor, Paris

A.H. Baldwin, London

Bourgey, Paris

Classical Numismatic Group, Lancaster, Penn.

Crédit de La Bourse S.A., Paris

Ghiglione, Genova

Harlan, J. Berk, Chicago

Kölner Münzkabinett, Köln

Maison Platt, Paris

Münzen und Medaillen, Basel

NF Münzhandlung Schulten, Köln

Numismatic Fine Arts, Los Angeles

Seaby, London

Sotheby's, London

Spink, London

Stack's (Coin Galleries), New York

Jean Vinchon, Paris

Anexo 1

Mapas da 2ª Sala
da
Exposição do Museu Histórico Nacional
"As Moedas Contam a História "

Vitrine X

A Europa, Renascimento e Humanismo, *c.* 1460-1560

A Europa, Comércio e Indústria no Séc. XVI

O Império dos Habsburgos, Sécs. XVI-XVII

Vitrine XI

A Europa no Séc. XVII, *c.* 1650

A Europa no Séc. XVIII

A Europa, Comércio e Indústria no Séc. XVIII

Vitrine XII

A Europa após o Congresso de Viena – 1815

A Revolução Industrial na Europa, *c.* 1815 -1914

A Europa em 1914 e a 1ª Guerra Mundial

Vitrine XIII

A Europa no Entre-Guerras, 1920 - 1939

A Europa no Pós-Guerra, 1947

A Comunidade Económica Europeia, 1957 - 1996

A Comunidade dos Estados Independentes, *c.* 1995

Vitrine XIV

A Expansão dos EUA, Sécs. XVII-XX

A Formação do Canadá, até *c.* 1882

O Caribe e as Antilhas, Sécs. XVII-XVIII

O Caribe e as Antilhas, Sécs. XIX-XX

Vitrine XV

O Império Otomano, Séc. XVI

África do Norte e Oriente Médio, fins do Séc. XX

A Ásia Muçulmana, entre os Sécs. XV e XVII

O Subcontinente Indiano, Birmânia e Tailândia, Séc. XX

Vitrine XVI

O Extremo Oriente e Sudeste Asiático, *c.* 2000

A China, *c.* 1980

Impérios Coloniais na Ásia e Oceania, 1914

A Oceania, Após a Descolonização

Vitrine XVII

Os Impérios Coloniais Português e Espanhol, Séc. XVI

A Evolução do Império Colonial Português, Sécs. XVI-XVIII

África – Impérios Coloniais, *c.* 1939
A África ao Sul do Saara, *c.* 2000

Vitrine XVIII

A América Latina Continental no Período Colonial
Comércio e Colonização Portuguesa e Espanhola, *c.* 1600
Divisão Administrativa e Independência Luso-Espanhola

Vitrine XIX

A América Latina, *c.* 2000
América Latina – Exportações Principais, 1995 e 1990

Anexo 2

“As Moedas Contam a História”

**Exposição Permanente no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro,
aberta ao público em dezembro de 2002.**

Diretora

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Ficha Técnica

Curadoria Científica

Luiz Aranha Corrêa do Lago

Coordenação Geral

Heleny Pires de Castro

Coordenação Adjunta

Ruth Beatriz Silva Caldeira de Andrada

Coordenação Técnica de Numismática

Eliane Rose Vaz Cabral Nery

Rejane Maria Lobo Vieira

Equipe Técnica de Numismática

Tratamento Técnico do Acervo

Anália Ramos Perpétuo Paniza

Dulce Cardozo Ludolf

Mariza Chaves Vilela

Sidérea Souza Nunes

Vilma Faria Rodrigues D’Almeida

Projeto Museográfico

Luis Carlos Antonelli Lacerda

Textos e Legendas

Luiz Aranha Corrêa do Lago

Seleção de Iconografia

Luiz Aranha Corrêa do Lago

Pesquisa Iconográfica,

Revisão e Digitação

Liana Flosky Manno

Revisão de Textos

José Breno Salomão

Versão Inglês

Luiz Aranha Corrêa do Lago

Projeto Gráfico

Codex Design

Márcia Neves

Luiz Phillipe Blower

Programação Visual

Codex Design
Márcia Neves
Luis Carlos Antonelli Lacerda

Produção e Montagem Cenotécnica

LCR Produções Luis Celso Ramos

Iluminação

LCR Produções

Digitalização de Imagens

Roberto Albino da Costa
Salette Rodrigues Pena

Equipe Técnica de Museografia

Cristiane Ramos Vianna
Maria Inez Souza
Maria Tereza Pitanga Martins

Controle do Acervo

Norma Botelho Portugal

Assessoria de Comunicação

Angela Cardoso Guedes
Célia Goulart Simões
Cléa Gonçalves dos Santos

Assessoria de Imprensa

Carlos Oscar Apóstolo de Souza Ortman
Século Z Comunicação

Apoio Administrativo

Rozimar Vianna dos Santos
Valéria da Silva Castro Alves

Segurança

Admardo José Rosa e equipe

Serviços Gerais

Maurilo Mendes e equipe

Painéis Iconográficos

Panorama

Impressão Gráfica

Editora Teatral

Agradecimentos:

Petrobras Distribuidora e Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional, Banco Safra, Andrew Burnett, Eugênio Cafarelli, Italo Viola (in memoriam), Marino Guimarães (in memoriam), Luciano Dias de Araújo, Marcelo Magdaleno.

Agradecimento Especial:

Luiz Aranha Corrêa do Lago

Anexo 3

Créditos Fotográficos e de Ilustrações

The Ancient Art and Architecture Collection
 Academy Editions
 Agence Internationale d'Édition
 L. Angeli
 Sq. de Regaldi Angelo
 Architectural Association
 Archivio Fotografico Monumenti, Musei e Gallerie Pontificie
 Archives 2p
 Arquivo Círculo de Leitores
 Arquivo Publicações Alfa S.A.
 José Jobson de A. Arruda
 Artaud Frères et la Goélette
 Editora Ática
 Escandel-Tur e Alexandra Avellano
 Avenue Polychrome
 Foto A.P.N.

Dirk Baaker
 A. H. Baldwin
 Arthur Banks
 Bruno Barbey
 Achim Bednorz
 Ediciones em Lenguas Etranjeras, Beijing
 Joaquim Bérchez Gómez
 Wayne Bernardson
 Sheila S. Blair
 Jonathan M. Bloom
 C. Boisvieux
 Bonecchi Archivi
 Nigel Buesst
 Christoph Bürckle

C.H. Bastin & J. Evrard
 Edições Capitol
 J. Allan Cash photo library
 Serge Chirol
 Christie's images
 Elvira e Vladimir Clain-Stefanelli
 Joe Cribb

Coleção Rainer Daenhardt
 Darling Kindersley
 Ediciones Delroise

Douglas Dickins, Tony Stone Associates
C. M. Dixon
Georges Duby

Edisud
Ekdotike
Ediciones Encuentro S.A. (Marc Linagua)
Electa
Ensec
Raymond F. Errett
Roberto Evans

John Falconer
Toby Falk
S. Filardo
Flammarion
Folkcuba
Klaus Frahm
John R. Freeman
Fried, Frank, Harris, Shriver & Jacobson, NY
Yukio Futagawa / Retoria

Anne Gaël
Dennis Gilbert
Jean-Paul Gisserot
Martyn Gregory Gallery
Michael Grant

Hachette
Robert Harding Picture Gallery
Ricardo Hantzschel
Harvard University Art Museums
Beatrice Hatala
John Haywood
Lesley Heathcote
Marcus Hilbich
Michael Holford
Fundação Huisdoorn
Rose-Hulman

Instituto Arqueológico Alemão, Roma
Instituto do Mundo Árabe, Paris
Toyo Ito

Saad Al-Jadir
Japanese Information Center
G. K. Jenkins
Ute Jung
Ewald Junge

Ada Karmi-Melamede & Partners
P. Katsoyanos
Barry Kemp
Justin Kerr
A. F. Kersting

Larousse
Lourdes Legorreta
Saul Lambert
G. Lambertini
Annick Neveux Leclerc
Scheschter Lee
Berit Lie
Éric Lieussou
Araldo de Luca

Archivio Magnus (Listri)
Mainstream
Manfreds Travel Pictures
Janos Marffy
Arch. Martello
Isabel Marson
Paolo Marton
Paul Maurer
Norman McGrath
Photo-Studio Met
Electa Milano
Zhu-Ming
Carlos Cáceres Monteiro
Rafael Moreira
Kal Muller

National Color Production
National Geographic Society
Jean-Louis Nau

Orion Press, Photoresearchers / George Holton
Giovanni Dagli Orti
Fotostudio Otto

Frank den Oudsten

Paris Match
Luciano Pedicini
Viviane Pelissari
Carlo Perogalli
Rui Petrucci
Phaidon
Michel Plet
Plurigraf
John Porteous
Martin Price
Joe Poon

Reproducta
Réunion des Musées Nationaux
RHPL / Ralf Richardson
Franco Maria Ricci
Antonio Rodriguez

Banco Safra
Istituto Fotografico Editoriale Scala
Paulo Scheuenstuhl
Gonzalo De La Serna
Giovanni Simeone / Archivio Sime
Encontro de Culturas / Mario Soares
Sotheby's
Spink & Sons
H. Stierlin
David Stuart-Fox
Win Swaan
Swanston Graphics

Wei Te-Chen
G. Thouvenin
The Times Atlas of World History
Tradart
Susan Tobin
Jean-Marc Truchet

Vallardi
Archivio Vasari
Miguel Ramón Veja
Jean Vinchon

Nicholas L. Williams
 Thomas H. Wilson
 Robin Wong

Otto Zierer

Fontes das Imagens

Museu Stedeleijk, Amsterdam
 Museu Tropical, Amsterdam
 Museu de Belas Artes, Antuérpia
 Museu da Núbia, Aswan (Egito)
 Museu Nacional, Atenas
 Museu Numismático, Atenas
 Museu Rolin, Autun

“Clone Collection”, Museu de Arte de Baltimore
 The Walters Art Gallery, Baltimore
 Museu Nacional, Bangcoc
 Instituto de Arqueologia da Cidade de Baoji, Província de Shaanxi
 Museu da Tapeçaria, Bayeux
 Museu Nacional, Belgrado
 Antikenmuseum, Berlim
 Museu do Palácio de Charlottenburg, Berlim
 Staatliches Museum, Berlim
 Museu de Artes Islâmicas, Berlim
 Museu de Pergamo, Berlim
 Museu de Belas Artes, Boston
 Museu de Valores, Banco Central do Brasil, Brasília
 Biblioteca da Cidade e da Universidade, Bremen
 Coleção Eduardo Costantini, Buenos Aires
 Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires
 Museu de Arte Oriental, Buenos Aires
 Museo de Arte Hispanoamericano Isaac Fernández Blanco, Buenos Aires

University of Capetown Collection, South African Museum, Cidade do Cabo
 Biblioteca Nacional, Cairo
 Fitzwilliam Museum, Cambridge (Inglaterra)
 Museu Arthur M. Sackler, Cambridge (Mass, EUA)
 Museus de Arte da Universidade de Harvard, Cambridge, (Mass.)
 Museu de Belas Artes, Caracas
 The Art Institute, Chicago
 Chicago Historical Society
 Museu de Châtillon – sur – Seine
 Museu de Arte de Cleveland

Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra
Romisch-Germanische Museum, Colônia
Coleção Ludwig, Colônia
State Historical Association, Coopers Town (N.Y., EUA)
Museu Nacional da Dinamarca, Copenhagen
Corning Museum of Glass, Corning (N.Y.)

Museu de Delfos
The Detroit Institute of Arts
Galeria de Pinturas, Dresden
“Gröne Gewolbe”, Tesouro de Dresden

Biblioteca da Universidade, Edimburgo
Museu Arqueológico, Estrasburgo

Galeria da Academia, Florença
Liebighaus, Frankfurt-am-Main

Museu de Arte e de História, Genebra
Museu do Tesouro, Catedral de Gerona
Abadia de Grottaferrata

Tesouro da Catedral, Halberstadt
Museu Nacional de Cuba, Havana
Casa da África, Havana

Museu of Ife Antiquities, Ife
Museu Arqueológico de Istambul
Topkapi Sarayi Müzesi, Istambul
Turk Ve Islam Eserleri Müzesi, Istambul

Museu Nacional, Jacarta

Coleção Al-Sabah, Museu Nacional do Kuwait

Museu Nacional, Lagos
Coleção Bernardo Batievsky, Lima
Museu Pedro de Osma, Lima
Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa
Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa
British Library, Londres

British Museum, Londres
 Military Museum, Londres
 Museum of Mankind, Londres
 National Gallery, Londres
 Victoria & Albert Museum, Londres
 The Wallace Collection, Londres

Museu Nacional de Arqueologia, Madri
 Museu Nacional Centro Reina Sofia, Madri
 Museu do Prado, Madri
 Museu da Real Academia de S. Fernando, Madri
 Museu Thyssen – Bormenisza, Madri
 Museu da Marinha, Marselha
 National Gallery of Victoria, Melbourne
 Museu de Arte Moderna, Cidade do México
 Museu Nacional de Arte, CNCA-INBA, Cidade do México
 Pinacoteca Ambrosiana, Milão
 Museu Nacional de Artes Plásticas e Visuais, Montevidéu
 Museu de Armas do Kremlin, Moscou
 Museu Lênin, Moscou
 Galeria Estatal Tretyakov, Moscou

Museu de Capodimonte, Nápoles
 The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque
 Museu de Arte Moderna (M.O.M.A.), Nova Iorque
 Sonnabend Gallery, Nova Iorque
 Museu Guggenheim, Nova Iorque
 Brooklyn Museum of Art, Nova Iorque
 American Numismatic Society, Nova Iorque
 Museu Nacional Germânico, Nuremberg

Galeria Nacional, Oslo
 Museu de Ostia
 Bodleian Library, Oxford

Museu Nacional de Artes Asiáticas – Guimet, Paris
 Biblioteca Nacional da França, Paris
 Museu Carnavalet, Paris
 Museu do Homem, Paris
 Museu do Louvre, Paris
 Museu Maillol, Paris
 Museu da Moeda, Paris
 Museu de Orsay, Paris
 Museu de Arte Moderna Georges Pompidou, Paris
 Museum Rodin, Paris
 Museu de Artes do Pacífico, Pasadena

Museu de Pella
Museu do Ermitage, Petersburgo
Galeria Nacional, Praga

Museu Nacional de Régio (Calábria)
Galeria Borghese, Roma
Museu Nacional Romano, Palazzo Massimo Alle Terme, Roma
Museu Nacional Romano, Palácio Altemps, Roma
Museu dei Conservatori, Roma
Museus Capitolinos, Roma
Galeria do Palácio Dória Pamphili, Roma
Museu da Villa Giulia

Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro
Museu de Arte do Rio Grande do Sul
Museu de Arte e História, Rochefort

Museu de Antiguidades Nacionais, Saint-Germain-en-Laye
Museu Nacional de Arte, Santiago do Chile
Museu Arqueológico, Sófia
Museu Provincial de Sichuan

Museu Nacional da África Central, Tervuren
Museu Arqueológico de Tessalônica
Rheinisches Landes Museum, Trier
Museu de Arte Fuji, Tóquio
Instituto Historiográfico, Tóquio

Biblioteca Apostólica do Vaticano
Museus do Vaticano
Galeria do Liechtenstein, Vaduz
Palácio dos Doge, Sala do Conselho dos Dez, Veneza
Museu do Palácio de Versalhes
Kunsthistorisches Museum, Viena
Museu Histórico da Cidade de Viena
Museu Austríaco de Artes Aplicadas (M.A.K.) Viena
Galeria Austríaca, Palácio Belvedere, Viena

Smithsonian Institution, Washington
Freer Gallery of Art, Washington
Hirshhorn Museum, Washington
National Gallery of Art, Washington
National Museum of the American Indian, Washington
The Phillips Collection, Washington

Repositório de Relíquias Culturais da Cidade de Xi'an

Museu Provincial de Henan, Zhengzhou
Museu de Belas Artes, Zurique

Departamento de Economia PUC-Rio
Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marques de São Vicente 225 - Rio de Janeiro 22453-900, RJ
Tel.(21) 31141078 Fax (21) 31141084
www.econ.puc-rio.br
flavia@econ.puc-rio.br